

**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2013**

Aos 22 dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, pelas nove horas e trinta e quatro minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Anabela Mancebo Gomes.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista**

Anabela Mancebo Gomes • António Gabriel Fraga Martins Maio • António Gonçalves Toste Parreira • António Toledo Alves • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Fábio António Lourenço Vieira • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina dos Santos Mendes Pimentel • João Luís Sanchez dos Santos • João Manuel Teixeira Salvador • José Guilherme de Ávila Brasil • José Paulo Mendes de Melo • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Gabriel Martins Gomes • Marco Paulo Vieira Alves • Paulo Agostinho Fagundes Cota • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Luís Andrade de Medeiros • Salvador da Rocha Lopes • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata**

Alberto Rocha Azevedo • Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Basílio Narciso de Sousa • Carla Eduarda Borges Terra • Guilherme Ferreira de Melo • Honorato Bettencourt Lourenço • Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte • Luciva Ventura • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Manuel Conde Bettencourt • Manuel Dinis Fagundes • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

**Grupo Municipal do CDS-PP**

José Alberto Dinis Borges • Maria Eduarda Ferreira Borba • Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

**Deputados municipais independentes**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Câmara Municipal**

**Presidente:** Sofia Machado do Couto Gonçalves.

**Vereadores:** António da Silva Gomes • António Lima Cardoso Ventura • Alonso Teixeira Miguel • Fernando Francisco de Paiva Dias • Hugo Louro da Rosa • Maria Teresa Valadão Caldeira Martins.

----- «» -----

*Posta à votação, sem que se registasse qualquer inscrição, a ata da sessão anterior, realizada a 27 de fevereiro de 2013, foi aprovada com 26 votos a favor e 6 abstenções.*

*O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, disponibilizando aos presentes a sua consulta.*

**Do senhor presidente da Câmara Municipal do Crato, um pedido de intervenção/ajuda para defender o poder local de Portugal e as populações.**

▪ **Dissolução da CULTURANGRA:**

*«Para conhecimento do órgão deliberativo, encarrega-me a senhora presidente da Câmara Municipal de remeter o ofício 2012/102 datado de 4 do corrente enviado pela CULTURANGRA, dando conta do início de procedimento da dissolução daquela empresa municipal junto do registo predial, comercial e automóveis de Angra do Heroísmo. A Câmara Municipal tomou conhecimento do procedimento em causa em reunião realizada a 11 do corrente.»*

▪ **Relatório de atividades das festas Sanjoaninas 2012:**

*«Para conhecimento do órgão deliberativo, encarrega-me a senhora presidente da Câmara de remeter o relatório de atividades das festas Sanjoaninas 2012. A Câmara Municipal tomou conhecimento do relatório em questão, em reunião realizada a 11 do corrente.»*

**B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Não se registaram intervenções por parte do público presente.*

**C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Alberto Azevedo:** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e senhores membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

A minha intervenção vem no sentido de agradecer à Câmara, à senhora presidente e a todo o executivo, aos Serviços de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e aos Serviços Municipalizados, todo o apoio prestado à freguesia do Porto Judeu por ocasião do transbordo da ribeira do Testo e da grotta do Tapete, pela eficiência e rapidez com que procuraram resolver os problemas e repor o abastecimento de água à freguesia; a todos, um bem-haja. Muito obrigado.

**Sr. d. m. João Salvador:** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados.

A freguesia de S. Pedro traz aqui um assunto que consideramos da maior importância. Como sabem, a falésia da baía do Fanal é constituída por tufo, rocha de pouca consistência sujeita a desmoronamentos. Podemos confirmar que a situação se alterou de há 2 anos para cá e em especial nos últimos 6 meses, espaço de tempo em que já aconteceram mais quedas da falésia do que nos últimos 20 anos.

Sempre que houve desmoronamentos da falésia, a Junta oficiou à secretaria da tutela, através da Direção Regional do Ambiente, com conhecimento à Câmara Municipal, chamando a

atenção para uma prevenção adequada, anexando fotografias e, até agora, nada foi feito para tentar impedir a degradação da mesma.

Há cerca de 10 dias, aconteceu algo que a Junta previa; no entanto, aconteceu ainda antes disso. O desmoronamento foi grande e ocorreu a 20 metros da Estação Elevatória da ETAR, tendo também levado uma quantidade de metros de muro marginal. Felizmente não houve vítimas a lamentar porque o desmoronamento ocorreu entre as 20 e as 21 horas.

Sabemos que este último outono/inverno foi anormal. Porventura, o mar alteroso com o constante embate das marés na falésia e a trepidação provocada pelos veículos na via contígua terão sido os fatores que contribuíram para um desmoronamento maior e mais rápido. Quem conhece a zona, certamente estará a pensar nos riscos que daí poderão advir e rezear que algo aconteça à Estação Elevatória da ETAR.

A berma da estrada está agora a uma distância de cerca de 8 metros do local onde ocorreu o desabamento, embora noutros locais a distância seja ainda mais pequena mas, felizmente, a falésia aí não cedeu. Se nada for feito antes do próximo inverno, a segurança das pessoas e dos veículos poderá ficar comprometida.

Conclusão: a avenida General Fernando Borges, vulgo Estrada do Fanal, poderá ter que ser fechada na próxima queda da falésia. Com certeza estarão a imaginar um regresso ao antigamente, entrando e saindo da cidade exclusivamente pela rua de S. Pedro.

Não se pode perder mais tempo. Sem querermos substituir os técnicos, achamos que, ainda no decorrer deste ano, deve ser edificado um quebra-mar de proteção de modo a impedir que as marés embatem diretamente na falésia nos períodos de maior alteração marítima, especialmente no inverno ou deverá ser encontrada outra solução que, tecnicamente, cumpra os mesmos objetivos; parados, é que não podemos nem devemos ficar.

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, caro público, bom dia a todos.

Felicito as autoridades locais e regionais pela sua intervenção no Porto Judeu aquando as últimas intempéries, assim como todas as pessoas e coletividades que ali acorreram em ato de solidariedade no apoio às vítimas.

Quero também destacar o papel dos 3 membros da Junta de Freguesia e da Casa do Povo do Porto Judeu que também estiveram no terreno junto das autoridades locais e regionais e tudo fizeram para socorrer as pessoas.

Da parte da Câmara Municipal, já se nota o desenvolvimento de tarefas com vista à resolução de problemas daquela freguesia e esperamos que aconteça o mesmo por parte do Governo Regional. Peço à senhora presidente da Câmara que acione os meios ao seu alcance junto do Governo Regional para que as estradas sejam reconstruídas o mais rapidamente possível.

Lembro uma situação de perigo constante no Caminho da Esperança, naquela curva fechada um pouco abaixo da ermida, em que o muro de proteção ficou em risco de ruir após a catástrofe de 13 de maio do ano passado. Trata-se de uma estrada regional pertencente às Obras Públicas que carece de intervenção urgente. Em nome do grupo municipal do PSD, quero expressar a nossa solidariedade para com todos.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Senhor presidente, excelentíssimos membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e restantes membros do executivo camarário, senhoras e senhores deputados, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, começo por pegar na intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro referente aos problemas da falésia do Fanal. Relembro que a requalificação envolvente a toda aquela zona e eventual recuperação da antiga zona balnear

foi alvo de uma recomendação do PSD nesta casa e nos manifestos eleitorais de campanha de ambos os partidos.

Na altura em que eu trouxe aqui o assunto, fui acusado de alguma megalomania porque, em campanha, por vezes as pessoas entusiasmam-se e prometem coisas impossíveis de cumprir. Quero congratular-me com o facto de, afinal, se tratar de um assunto importante e merecedor de rápida atenção, sob pena de os danos futuros serem gravosos e irremediáveis. Estou consciente dos custos financeiros que uma intervenção daquelas possa acarretar porque não vivemos tempos fáceis mas é sempre melhor prevenir que remediar.

Em segundo lugar, visto que o hotel do Canta Galo está a funcionar há 7 meses numa situação de ilegalidade e sabendo que ainda não passaram os 20 dias após a vistoria realizada, gostaria de saber se há alguma informação adicional que a Câmara Municipal possa prestar à Assembleia, uma vez que essa vistoria foi realizada pela Câmara Municipal, pela Inspeção Regional de Turismo, pela Direção Regional da Cultura, pelo SRPCBA e pelo Delegado de Saúde de Angra do Heroísmo.

Contava que o empresário hoteleiro estivesse aqui presente para dizer algo no período destinado ao público mas entendeu por bem não comparecer porque, se calhar, as notícias publicadas no jornal não lhe eram favoráveis.

Quero referir também a requalificação da frente marítima de Angra do Heroísmo cujas obras já começaram ou estão a começar. Sabendo que se trata de uma obra da Associação de Portos dos Açores, parece-me que a não divisão dessa obra em 2 fases será lesiva para os interesses do concelho, quer em termos da diminuição dos poucos lugares de estacionamento gratuito que a cidade ainda possui, quer ao nível do escoamento do trânsito.

Ao fazer-se a obra de uma só assentada, não se poderá circular ou estacionar em toda aquela envolvente marítima desde o Clube Náutico até ao Porto das Pipas; acho que isso não foi devidamente previsto e tratado aquando a decisão de início das obras e a Câmara poderia ter intervindo no sentido de inculcar algum bom senso, levando a que a obra fosse dividida em 2 fases. Esperemos que a cidade não se transforme num estaleiro de obras, a maioria das quais, inacabadas, inestéticas e atentatórias ao seu estatuto de património mundial.

Há que ter em conta que, ao ser necessária esta requalificação, a última requalificação da dita frente marítima com menos de 10 anos, terá sido um fracasso total. Gostaria de ouvir alguns comentários por parte da Câmara Municipal quanto à qualidade do que foi feito e do que se pretende fazer.

Quanto às ribeiras e à tragédia do Porto Judeu, já foi praticamente tudo dito pelo representante da Junta de Freguesia e pelo deputado Guilherme Melo que já presidiu àquela Junta de Freguesia, mas gostaria de lembrar que a limpeza das ribeiras nas zonas urbanizadas é da competência da Câmara e não, das Juntas de Freguesia que acabam por fazer esse trabalho porque, se assim não for, a limpeza não será feita.

Como sabemos, os meios ao dispor das Juntas de Freguesia para a limpeza das ribeiras têm vindo a diminuir ao longo do tempo e não é fácil lutar contra o crescimento das infestantes sobretudo em anos chuvosos e húmidos como este, para não falar dos descuidos e dos atos inqualificáveis de alguns moradores que sujam as ribeiras, tratando-as como se fossem lixeiras. Também se espera uma maior exigência no que diz respeito à fiscalização de construções clandestinas no leito de ribeiras, algo que é incómodo mas é um ónus da governação.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, ilustre Mesa, senhora presidente da Câmara e vereadores, senhoras e senhores deputados da Assembleia Municipal.

Não quero ser um *enfant terrible* e falar contra a corrente e começo por me associar aos votos de apreço expressos pelos membros desta Assembleia no que concerne à atuação das autoridades concelhias no desastre que ocorreu no Porto Judeu que prejudicou imenso a população e ocasionou despesas futuras.

Coloco à consideração de todos e da senhora presidente da Câmara, como órgão executivo, a seguinte questão: será que o povo do Porto Judeu ou de outras freguesias que têm ribeiras não merece um pouco mais em termos de previsão?

Temos atitudes sempre reativas; não se é previdente, não se é cauteloso, há erros de conceção nas estradas e nos escoamentos das águas, constrói-se onde não se deve e depois, quando acontece um desastre devido a condições aleatórias do clima, as pessoas são as primeiras a ficarem prejudicadas e os serviços tudo fazem para obviar a essas situações.

Gostaria que este meu comentário nos fizesse refletir sobre o que se deverá fazer para se evitar estas situações. Tecnicamente é possível fazer-se muito melhor do que o que tem sido feito. Somos um povo de brandos costumes e não gostamos de afrontar os pequenos interesses da população, sacrificamos as decisões técnicas a esses pequenos interesses e depois todos saem prejudicados quando há uma catástrofe, desde os habitantes às instituições; tem que se gastar dinheiro e isso não é uma boa atuação.

Não me posso associar às autoridades locais e governamentais no que se refere a essa capacidade de previsão e acautelamento dos interesses de todos. Governar é tentar encontrar as melhores soluções para se evitar, tanto quanto possível, as situações infelizes que o tempo pode determinar e que nos escapam completamente ao controlo.

A questão de S. Pedro não será tão grave como a do Porto Judeu porque não há ali casas muito próximas mas é uma parte da nossa costa que tem que ser acutelada e estou convencido que as pessoas responsáveis farão, logo que possível, o que for necessário para resolver aquele assunto.

A minha segunda questão tem a ver com o financiamento. Como tenho uma mentalidade de dona de casa, sempre defendi que nos devemos acautelar em relação aos processos de endividamento.

Neste momento, a nossa Câmara está como a família que se desgraçou com endividamentos quase a 100% e, de repente, a casa sofreu um incêndio parcial. A família não tem dinheiro para reconstruir a parte incendiada e pede ao banco que, por caridade, faça o favor de lhe conceder um empréstimo excecional para que possa recuperar a sua casa.

Assim estamos nós, que tivemos uma legislação nacional a excecionar as câmaras que estão sobre endividadas para socorrerem as populações e remediarem as situações decorrentes de catástrofes; assim, ficaremos com uma taxa de endividamento superior à que tínhamos antes.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Bom dia, senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

O senhor deputado Manuel Conde falou em dona de casa referindo-se a este incêndio parcial que afetou o nosso concelho e colocou em causa a gestão da Câmara, dizendo que, se não tivéssemos atingido esses níveis de endividamento, a Câmara Municipal não teria agora a necessidade de solicitar ao Governo da República que aumentasse o nível de endividamento.

Se este tivesse sido um incêndio parcial, estaríamos eventualmente abrangidos ao abrigo da resolução do Conselho de Ministros 64/2012 que excecionou os concelhos de Tavira aquando os incêndios no Algarve para que, além de se poderem endividar, tivessem acesso a outro tipo de mecanismos financeiros para recuperarem os estragos.

Relembro ao senhor deputado Manuel Conde, como poderemos ver mais à frente na nossa agenda de trabalhos, que a Câmara Municipal de Angra tem uma situação financeira invejável nos tempos que correm. Não estamos nos limites de endividamento ao contrário de muitas outras autarquias por esse país fora.

Tenho a certeza que a Câmara Municipal não pediu ao Governo da República para aumentar o seu nível de endividamento; apenas pediu para que o nosso concelho fosse tratado como a Madeira ou os outros concelhos do continente aquando os incêndios; pede-se tratamento igual para situações semelhantes.

**Sra. presidente da Câmara:** – Bom dia a todos. Agradeço as palavras amáveis em relação à participação da Câmara por altura das intempéries do Porto Judeu. Houve uma onda de solidariedade muito grande e muita gente ajudou contribuindo com roupa ou comida e lavando a roupa das casas que ficaram inundadas. Várias instituições colaboraram de forma muito ativa e muito se fez e se recuperou em tão pouco tempo num período de 24 ou 48 horas. A Câmara já manifestou o seu agradecimento por escrito a todas essas pessoas e entidades e reforça-o aqui.

Em relação à falésia da baía do Fanal, não se pode dizer num dia que se quer uma zona balnear e, no dia seguinte, dizer-se que a falésia caiu e que o município tinha sido alertado. O município foi fortemente pressionado para construir ali uma zona balnear e, em reunião de Câmara na própria freguesia, manifestou-se contra essa solução devido à instabilidade daquelas falésias.

Penso que as fortes chuvas dos últimos tempos acabaram por provocar aqueles deslizamentos numa zona sem rocha e já foi feito um relatório prévio pela Proteção Civil Municipal que será articulado com a Secretaria Regional do Ambiente sobre uma intervenção a realizar ali, uma vez que se trata da orla marítima. Não podemos reconstruir simplesmente o muro; temos que testar a estabilidade do solo.

Falando agora da questão do senhor deputado Luís Rendeiro sobre o hotel do Canta Galo, a vistoria foi realizada. Não se passaram ainda os 20 dias e aguardamos os Pareceres das restantes entidades para procedermos ao relatório final. Há pormenores que têm que ser corrigidos em projeto ou em obra. Provavelmente serão corrigidos em projeto, na sua maior parte, uma vez que o último projeto apresentado está dissonante com o que está construído em obra. Numa primeira análise não foram detetadas situações inultrapassáveis.

Em relação às obras realizadas na marginal, como já foi referido, é uma obra da competência da Associação de Portos dos Açores e não há dúvida que se poderia ter dividido em 2 fases. A obra vai durar 1 ano e, se fosse dividida em 2 fases, duraria 2.

Em termos de trânsito, não seria uma boa alternativa porque as ruas dirigem-se para diferentes zonas da cidade e em termos de estacionamento estamos a falar de cerca de 70 lugares apenas. O Bailão encontra-se lotado mas ainda restam alguns lugares de estacionamento junto à Praça de Touros com a possibilidade do recurso aos transportes. Esta é uma obra importante que trará mais-valias para a cidade e no final deste ano teremos um dos troços abertos ao trânsito.

A última questão que me foi colocada tem a ver com o endividamento do qual falaremos mais à frente; no entanto, esclareço que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo não só está abaixo dos seus níveis de endividamento, como reduziu a sua dívida à banca e encontra-se numa posição muito confortável.

As 2 últimas leis do Orçamento de Estado estipulam que os novos limites de endividamento dos municípios correspondam ao resultado da dívida a 31 de dezembro do ano anterior, o que quer dizer que, quanto mais reduzirmos a dívida, menor será a nossa capacidade de

endividamento mas essa é uma opção que temos assumido e que tem sido benéfica para o concelho.

Tal como foi aqui referido, trata-se de uma questão de justiça e igualdade de tratamento porque Angra do Heroísmo não deve ser tratada de forma diferente em relação aos restantes 307 municípios do país. Pedimos ao Governo Central que assumisse as suas responsabilidades como o fez em relação a outros municípios, em vez de nos deixar com o prejuízo e os juros sobre essa dívida.

**Sr. d. m. António Maio:** – Senhor presidente, excelentíssima Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais, bom dia a todos.

Quero apenas corroborar o que foi dito em relação ao endividamento da Câmara. Percebo o que disse o deputado Manuel Conde e nunca é demais chamar à atenção para estas questões do endividamento porque podem pôr em causa a solidez, a consolidação e o equilíbrio financeiro da autarquia.

A dívida deve ser totalmente cumprida nos seus prazos certos, o que, infelizmente, não acontece com outras autarquias do país que não cumprem atempadamente os seus compromissos. Esta Câmara pagou cerca de € 300 000,00 de juros em 2012 e € 1 650 000,00 de amortização do empréstimo.

Quando se fala em € 20 000 000,00 de *stock* de dívida, assusta um pouco mas penso que, no que toca ao balanço e aos rácios de autonomia financeira, de solidez e de liquidez nas contas da Câmara, estamos relativamente confortáveis como referiu a senhora presidente.

Não esqueçamos que, pouco mais de 1 milhão de euros de capacidade de endividamento pode potenciar um investimento reprodutivo na casa dos 4 ou 5 milhões desde que as verbas sejam bem aproveitadas e direcionadas.

Quero aproveitar para fazer também uma pequena introdução relacionada com o ambiente recessivo macroeconómico que se vive no país. Embora estejamos a falar do orçamento de uma autarquia, não podemos pensar que as contas do orçamento de Estado não têm nada a ver connosco porque já todos percebemos que o Governo Central está a desenvolver uma política dura no sentido do controlo e diminuição das transferências para as autarquias e todo o ambiente recessivo que se vive no país tem implicações dramáticas no nosso concelho.

O senhor deputado Joaquim Ponte conhece bem este dossiê porque está na Assembleia da República. Perante os indicadores macroeconómicos credenciados e reconhecidos, a situação do país era claramente melhor do que agora, quando o atual governo assumiu funções.

Tivemos um crescimento do PIB de 2,4% em 2010, sofremos uma desaceleração de 1,7% em 2011, de 3,2% em 2012 e de 2,3% em 2013. São essas as previsões do ministro e é natural que a contração seja ainda maior com o corte adicional dos € 800 000 000,00.

Segundo as estatísticas do Fundo Monetário Internacional, da OCDE, do próprio governo e do Banco de Portugal, quando o governo tomou posse a percentagem da dívida pública no PIB era de 93,5% e hoje situa-se nos 124,3%.

O investimento, que é a variável macroeconómica fundamental para recuperar o país, no último governo do PS em 2010 tinha sofrido uma desaceleração de 4%, em 2011 essa desaceleração foi de 11%, em 2012 aumentou para 14%, na primeira versão do orçamento de Estado para 2013 era de 4% e o próprio ministro anunciou há dias na televisão a correção para 7,6%.

Como é que podemos ter alguma retoma económica, perspetivas de consolidação do défice de dívida e assumir os nossos compromissos em termos de finanças públicas, com o investimento a desacelerar para 7,6%? Não podemos, de maneira nenhuma.

A taxa de desemprego situava-se nos 10,8% em 2010, passou para 12,7% em 2011, aumentou para 15,5% em 2012, na primeira versão do orçamento de Estado para 2013 era de 16,4% e, pelas palavras do senhor ministro, vai ultrapassar os 18%. É este ambiente macroeconómico recessivo que o país vive e nos afeta profundamente.

Não é cómodo para quem está no governo, mas nós, que temos uma atividade produtiva, falamos com os municípios, com as empresas e com as famílias, não nos podemos aliar disto porque é profundamente doloroso. Não se trata apenas da minha opinião mas também, a dos analistas independentes e figuras proeminentes do próprio PSD que são muito críticas em relação a tudo isto. O doutor Mota Amaral escreveu 2 artigos que eu subscreveria da primeira à última linha.

A economia do país, da região e do poder local está a ser destruída. Este é o governo mais incompetente que Portugal alguma vez teve desde o 25 de abril. Peço desculpa pelas palavras duras mas temos que ter consciência do ambiente recessivo em que vivemos e das implicações inevitáveis que se refletem no nosso dia-a-dia.

**Sr. d. m. José Borges:** – Muito bom dia, senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Trago aqui um assunto que foi anunciado na Assembleia e refere-se à construção de um pavilhão na freguesia das Doze Ribeiras. Na altura fui acusado pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de ter algo contra as Doze Ribeiras; é claro que nada tenho contra aquela ou qualquer outra freguesia.

Agora fiquei espantado com uma entrevista dada pelo senhor presidente da Junta de Freguesia a um jornal local referindo que, afinal, não é necessário um pavilhão porque não há desporto nas Doze Ribeiras, possuem um campo de futebol dos melhores da ilha Terceira e, afinal, um lar de idosos é de maior utilidade. Concordo que assim seja porque vi o campo, que se encontra mal tratado, mas fico a pensar que o senhor não conhece as prioridades da sua freguesia. Em final de mandato lembra-se que precisam de um lar de idosos e eu concordo plenamente.

Uma vez que a escola de Santa Bárbara está prestes a ser construída, sugiro que aquele espaço se destine aos idosos porque assim evitar-se-iam custos acrescidos para a Câmara Municipal. Lembro ao senhor presidente da Junta que sou coerente com as minhas ideias. O que digo hoje, não desminto amanhã e o senhor deveria pedir desculpas a essas pessoas porque houve votações, o senhor andou aqui a enganar esta gente toda e agora vem dizer publicamente que, afinal, não é necessário construir um pavilhão. Não vou entrar em polémica nem lhe vou responder; apenas lhe digo que sou coerente com as minhas ideias e com os meus princípios.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Senhor presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, bom dia a todos.

Vou fazer um pequeno comentário à intervenção do senhor António Maio que não deixa de ser factual num conjunto de situações mas, na sua conclusão, parte de uma falácia porque há consequências mas também há antecedentes.

Se a nossa economia parece um carro a chocar com uma parede, a verdade é que a parede já lá estava e o carro não travou a tempo. A parede continua a esborralhar-se, o carro continua a desfazer-se e, é no mínimo falacioso, que ponhamos em causa a competência do atual condutor que está a tirar o carro da parede e esqueçamos que alguém não parou antes.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Parece-me que o atual condutor fez um exame de código baseado num código de estrada assinado por outros, também pelo PS, mas, mal pegou no carro, a primeira coisa que fez foi acelerar e embater na parede. Não me parece que essa analogia seja



correta. Com base no que tinha sido assinado e aceite por todos, quem veio a seguir só piorou a situação. Falaciosa é a sua mensagem que nem vou chamar de narrativa.

Os cortes que foram feitos estavam previstos no memorando de entendimento? Estava previsto nesse memorando de entendimento, um dos maiores ataques à constituição deste país e aos direitos adquiridos ao longo de 30 anos, segundo o Tribunal Constitucional?

O país está de rastos, meus senhores! Não digo que a culpa é vossa, porque não são membros do governo e nem todos são deputados na Assembleia da República, mas é inegável que o país está de rastos graças à coligação PSD/CDS-PP.

**Sr. d. m. António Maio:** – Achei a analogia interessante mas o meu colega Fábio Vieira já respondeu. Posso dar como adquirido que o ponto de partida fosse mau, mas vou repetir as palavras de uma antiga líder do PSD: «*A eficácia de uma política económica mede-se pelos seus resultados.*» Esses senhores andam há 2 anos a teimar numa política que não obtém esses resultados.

É dramático que não se olhe para a economia porque, sem libertar rendimento, *cash flow* e renda, não se consegue fazer face aos compromissos; não se baixa a dívida nem o défice e todos os indicadores pioraram. O objetivo dessa política é dizer à *troika* que somos capazes de impor em Portugal uma política drástica de redução do emprego e do produto e reduzir a economia praticamente a zero; os credores olham para isto e dizem que Portugal é um excelente aluno.

Temos um ministro das finanças impiedoso, com uma insensibilidade social nunca antes vista; é uma coisa incrível! Nunca vi tamanha insensibilidade como a do atual governo. Isto é gritante e ultrapassa todos os limites. O importante é agradar aos credores para ver se nos dão mais 2 ou 3 anos; parece que agora nos vão conceder 7. O problema está nas políticas implementadas que estão completamente erradas desde o início. Na minha modesta análise, como macroeconomista ando a dizer isto há muito tempo.

O general Ramalho Eanes, que é insuspeito a este respeito, disse numa entrevista ao jornal Expresso, que não se importaria de dar um contributo maior se visse resultados; o problema é que esses resultados não estão à vista porque estes políticos são profundamente incompetentes e o modelo macroeconómico em que se baseavam estava errado.

Para terminar, senhor deputado Nuno Melo Alves, o Orçamento de Estado para 2013 é uma evidência da opção do governo. De acordo com o que estava previsto no memorando inicial da *troika*, negociado pelo Partido Socialista e subscrito pelo PSD quando assumiu funções, seria feito um ajustamento financeiro de 2/3 do lado da despesa e 1/3 do lado da receita. O senhor sabe qual era a percentagem de ajustamento no Orçamento de Estado para 2013? Era de 80% no lado da receita e 20% no lado da despesa como se pode ver no editorial do Semanário Económico; inverteram completamente a situação.

Como o Tribunal Constitucional anunciou a inconstitucionalidade daquelas medidas, o governo não podia massacrar mais a receita e virou-se para a despesa. Durante 14 horas, num Conselho de Ministros, o governo conseguiu arranjar milagrosamente 800 Milhões de euros que serão explicados até ao final do mês mas não sabemos bem que cortes é que farão na despesa social.

A reforma do Estado e a despesa administrativa, que devia ter sido controlada, não o foi e preferiram optar pelo mais fácil: para os vencimentos e para as reformas! Isto é dramático! Paralisaram a economia do país! Veja os indicadores. Apenas analiso os resultados; mais nada! É pena, mas isto é de uma incompetência gritante! No quadro parlamentar desta coligação que ganhou as eleições e tem toda a legitimidade para governar, há gente muito competente capaz de fazer melhor do que isto.

**Sra. d. m. Irina Pimentel:** – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados. Gostaria de manifestar aqui o pesar da freguesia de S. Mateus da Calheta pela perda de 3 vidas no naufrágio da embarcação “Gracilária”, ocorrido em março ao largo de S. Jorge, do qual houve um sobrevivente e 3 desaparecidos.

É do conhecimento da população mas gostaríamos de referir, mais uma vez, que os nossos pescadores continuam a arriscar a sua vida para ganharem o seu sustento, colhendo, neste caso, apenas a tragédia e o vazio.

Da parte da nossa freguesia, achámos importante referir e partilhar com todos esta manifestação de pesar nesta Assembleia. Muito obrigada.

## **D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

**1.1 – Informação da senhora presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 26 de fevereiro a 22 de abril, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, para apreciação.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Das atividades realizadas no período decorrido deste a última reunião da Assembleia Municipal, destaco: o início da empreitada de construção do novo canil municipal, obra há muito ambicionada, o apoio logístico nas operações de resgate nas intempéries que assolaram a freguesia do Porto Judeu, a empreitada de pavimentação das sobras de estacionamento a decorrer em todas as freguesias, a empreitada da pintura de arruamentos municipais e o recomeço dos trabalhos da empreitada de requalificação das calçadas da cidade de Angra, um processo que tem sido difícil de ultrapassar.

Evidencio também o lançamento do concurso público para a empreitada de construção da nova escola do ensino básico de Santa Bárbara que foi aprovado na última reunião de Câmara, a preparação das peças de procedimento do projeto de requalificação do edifício do Teatro Angrense, a assinatura dos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia do concelho, a assinatura dos protocolos de comodato nos edifícios escolares de S. Bartolomeu e da Conceição que puderam receber cerca de 30 instituições, o concurso de atribuição das moradias em regime de renda apoiada e ainda os «30 Anos – 30 Medidas», porque comemoramos este ano os 30 anos de classificação da cidade de Angra, Património Mundial e as 30 medidas que serão implementadas.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte:** – Bom dia, senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Por manifesta falta de tempo no período anterior, não tive oportunidade de intervir, por isso, faço-o agora. Ouvi atentamente tudo que aqui foi dito relativamente à situação do país e penso que este talvez não seja o fórum mais adequado para se discutir essas matérias mas, já que o assunto foi aqui trazido, merece algum reparo da nossa parte.

Ouvi tudo com muita atenção e enorme estupefação porque parece que as pessoas querem fazer crer aos outros que o governo atual, não só é responsável pela situação a que o país chegou, como é também um governo masoquista que gosta de fazer as coisas mal feitas e tem prazer em castigar as pessoas; sacrifica os cidadãos e provavelmente deverá querer perder as

eleições rapidamente com a tomada de medidas negativas. Esta narrativa não lembra ao diabo. Só quem não tem noção da realidade é que pode afirmar tamanhas enormidades!

Este governo começou a governar um país deixado sob um regime de protetorado. Na altura em que o Partido Socialista abandonou o governo, o país estava falido e a viver da caridade internacional.

Este país e os seus governantes não podem ter autonomia nem governação própria e este governo está a tentar fazer com que, em 2015, quando a *troika* abandonar o país (se lá chegarmos), possamos reganhar a soberania do Estado que os senhores deixaram perder.

Este governo tem estado até agora a ganhar credibilidade externa para que nos possam emprestar dinheiro para pagarmos salários, o mínimo que as pessoas precisam para a sua subsistência; é isso que tem estado a ser feito e com grande sucesso.

Os senhores vêm aqui fazer afirmações demagógicas mas esquecem-se que a alteração das nossas maturidades e as dívidas perante os nossos credores estão a ser aprovadas pelo parlamento alemão; quem nos emprestou o dinheiro é que está a ditar as políticas. Foi a esse estado que os senhores nos conduziram e é nesse enquadramento que este governo tem que trabalhar e com o qual temos vindo a ganhar a confiança dos credores internacionais para que o país possa continuar a funcionar.

Doutor António Maio e representantes do Partido Socialista, é muito fácil os senhores virem aqui dizer que cortam nas pensões, nos salários, aqui e acolá, mas o governo tem que cortar aí porque é aí que está a despesa.

Doutor Maio, o senhor diz que é preciso cortar na despesa; como certamente saberá 80% da despesa do Estado situa-se no funcionamento dos setores da educação e da saúde, nos custos com o pessoal desses 2 serviços. Diga lá onde é que se deve cortar. O senhor vem novamente com a narrativa do Partido Socialista de que podemos ter sol na eira e chuva no nabal mas sabe que não é possível cortar-se no lado da despesa sem se afetar setores tão importantes como a saúde, a educação ou a segurança social porque é aí que se verifica o maior volume da despesa.

Tudo isto é muito bonito mas a verdade é que o Governo da República vai fazendo o que pode. Estamos a ser fiscalizados de 3 em 3 meses pelos nossos credores para verificarem se estamos a cumprir com aquilo a que os senhores nos comprometeram; estamos a responder perante quem nos empresta o dinheiro para que o país possa ir andando num quadro de recessão internacional. Estamos a ganhar a confiança e o crédito dessas pessoas para que possamos retomar a soberania do Estado que os senhores deixaram perder. Quer os senhores gostem, quer não, é esta a verdade.

Nós também não gostamos de muitas medidas e preferíamos que não fossem tomadas. Também gostaríamos de ter um governo que pudesse fazer crescer a economia mas não foi isso que os senhores nos deixaram e é com isto que temos que governar. Estamos convencidos que o nosso país sairá desta crise para retomar um caminho de crescimento contrário ao que os senhores nos deixaram.

O doutor Maio disse que a economia crescia quando acabaram os governos do Partido Socialista; oh, doutor Maio, se as coisas estavam assim tão boas, para que é que foi preciso chamar a *troika*?

**Sr. presidente da Mesa:** – Senhores deputados, lembro que estamos a discutir um outro ponto da ordem dos trabalhos. A fazer fé no professor César das Neves, (ninguém terá dúvidas que nada tinha a ver com a área do Partido Socialista), ele dizia que, menos de 40% da dívida de Portugal pertence ao Estado e os restantes 60% referem-se a dívidas de todos

nós; dos privados, das empresas e das Câmaras. Vamos discutir o que é essencial e deixemos as questões de coração para outros fóruns.

**Sr. d. m. António Maio:** – Oh, senhor deputado Joaquim Ponte! Calculei que o senhor viesse a terreiro fazer o discurso que fez, porque não pode fazer outro. O senhor faz habitualmente um discurso eloquente, tudo isso são conceitos muito vagos. Esperaria de si outro tipo de intervenção, visto que o senhor já está lá há 17 anos e tem muita experiência política.

Oh, senhor deputado! Nós sabemos que há uma recessão e um problema europeu por resolver que não ajudou o país, há um problema relacionado com as dívidas soberanas que também não ajudou o país, mas nenhuma das políticas implementadas apresentou resultados até hoje e este ministro das finanças não acertou uma previsão que fosse. Se eu tivesse uma empresa em que o meu gestor financeiro falhasse todas previsões, não sei o que faria.

Os grandes macroeconomistas nacionais, gente de muita categoria nessa área, afirmam que havia alternativas para as políticas que foram adotadas. Não vou discutir as culpas do Partido Socialista nessa área ou se o memorando foi bem ou mal elaborado; o governo é claramente responsável pelo estado em que nos encontramos.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Gostaria de fazer uma interpelação à Mesa lembrando que neste período da ordem de trabalhos deveria haver 2 rondas de debate e o senhor deputado António Maio já fez 2 intervenções na primeira ronda.

**Sr. presidente da Mesa:** – Não. Esta é a primeira.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Então peço desculpa pelo erro. Ao ouvirmos a narrativa do doutor António Maio, parece-nos que ele se esquece do que tem sido a realidade do efeito François Hollande em França, tão citado e usado foi, como exemplo pelo Partido Socialista português; agora calaram a boca e nunca mais falaram nele.

A primeira coisa que o senhor Hollande fez, foi implementar fortes medidas restritivas e de austeridade no seu país em setores fulcrais como a saúde e educação, (aqueles em que Portugal terá que cortar), e começou por dizer que não era para alargar o cinto nem afrouxar as medidas de controlo orçamental a países devedores como Portugal, Irlanda e Grécia. Quanto a políticas de austeridade julgo que estamos conversados.

Quanto ao tema da ordem do dia que é a atividade municipal, da qual não nos devemos voltar a desviar, porque acho que o doutor Joaquim Ponte já respondeu ao que deveria ter sido respondido, queria começar por referir de novo a questão das calçadas.

Em primeiro lugar, penso que há uma gralha nos destaques da atividade municipal que é o «*recomeço dos trabalhos da empreitada de requalificação das calçadas da cidade*». Não recomeçaram os trabalhos da empreitada; começaram os trabalhos dos calceteiros da Câmara numa zona da rua do Marquês que está parada há demasiado tempo, com grandes prejuízos dos moradores, dos comerciantes e do trânsito da cidade. Esta obra peca por tardia, sei que há questões judiciais que contribuíram para o seu atraso, mas não é o recomeço da empreitada; é apenas um calcetamento municipal.

Volto a frisar que esta situação das calçadas é uma oportunidade perdida desta governação autárquica que tem várias responsabilidades; uma delas já foi aqui referida por nós, à qual a senhora presidente da Câmara nunca respondeu. Refiro-me às responsabilidades da empresa de fiscalização e pergunto se essa empresa voltou a fiscalizar uma obra parada há mais de 6 meses, tal como outras empresas fiscalizaram outras obras paradas nesta cidade, como foi o caso da biblioteca pública, enquanto recebiam para tal.

A segunda questão tem a ver com a preparação de peças para o procedimento de requalificação do Teatro Angrense. Desde o início deste mandato que as térmitas têm sido

motivo de preocupação e até de negociação em sede de orçamento da Câmara por parte do PSD.

Nas várias composições do executivo camarário (desculpem-me o termo, que é forte), o Partido Socialista sempre se esteve «nas tintas» para as preocupações do PSD e o estado do Teatro Angrense é o que hoje se vê com a impossibilidade da sua abertura no carnaval deste ano e os riscos que são do domínio público, visto que também têm sido referidos na comunicação social.

Quanto a outros destaques da atividade municipal, como o lançamento do concurso público para a empreitada da nova escola de Santa Bárbara, o mercado duque de Bragança, etc., lamento, mas estes orçamentos já constavam de orçamentos de início de mandato; agora cheiram a campanha eleitoral e duvido que alguma destas obras se venha a concretizar no decorrer deste mandato. Tudo isto já deveria estar feito em vez de estar agora a ser anunciado o início dos trabalhos das peças concursais.

Quanto aos lugares de estacionamento que se perderão enquanto decorrerem as obras de requalificação da frente marítima, julgo que serão mais de 70. Tendo em conta as dificuldades existentes de estacionamento gratuito junto ao centro de Angra e o grau de saturação do parque de estacionamento do Bailão, que esgota facilmente e está cheio a partir das 14 horas, julgo que a Câmara ainda está a tempo de poder interferir junto da autoridade portuária, no sentido de se fasear aquela obra porque duvido que a empresa vá partir aquela frente e construir em toda a sua extensão de uma só vez. Seria bom que se pudesse fasear aquilo de modo a minimizar os constrangimentos para os munícipes.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Penso que li que tinha sido aprovado em reunião de Câmara o pagamento das rendas sociais em atraso através de contrapartidas com trabalho prestado à autarquia. Acho que poderemos abrir um grave precedente porque o cumpridor, que tem os mesmos direitos que os que não pagam, poderá querer deixar de pagar, preferindo prestar serviços à Câmara em troca do pagamento da renda.

Não sei em que regime de trabalho se poderá enquadrar a troca de um determinado valor (salário) por hora para descontar no valor da dívida da renda. Haverá seguro para possíveis acidentes de trabalho? Se houver acidentes, os mesmos serão abrangidos pelo seguro da Câmara?

Terá também que existir um contrato de prestação de serviços e essas pessoas terão que se coletar para poderem receber da Câmara e declararem esses valores para efeitos de IRS. Poderemos estar em presença de um contrato de trabalho que terá que ser orientado pela Câmara Municipal.

Penso que existem situações de dificuldades de pagamento devido à crise e à falta de emprego mas também há muitas situações de desleixo por parte de quem não quer cumprir com as suas obrigações. Imaginemos que toda a gente deixa de pagar a água porque prefere trabalhar para os Serviços Municipalizados!

Acho que se deveria estudar melhor outras situações, isentando, se calhar, aquelas pessoas de pagamento desde que comprovem a falta de rendimentos porque há muita gente que possui Sport-TV em casa, têm carro, dinheiro para tabaco e para muitas outras coisas mas só não o têm para a renda.

Alerto mais uma vez que isto poderá representar um contrato de trabalho ou prestação de serviços. Há que ter em atenção que a Câmara, com a intenção de ajudar, não saia prejudicada.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Há que lembrar que a parede que referi há pouco vem sendo construída desde 1991 quando Portugal aderiu ao sistema monetário europeu e ao sistema de

câmbios fixos. Essa parede foi consolidada com a adesão à moeda única e foi reforçada com mais betão e ferro. Entretanto, Portugal comprou um carrinho alemão que andava muito depressa, entusiasmou-se e esqueceu-se dos travões.

Nada disto vem deste governo. Podemos discutir se as políticas atuais surtem maior ou menor eficácia mas não há dúvidas que nos estão a ser impostas. Portugal está obrigado a cumpri-las e a seguir um rumo que muitos economistas não consideram o mais adequado. O FMI já veio dizer que este rumo tem erros nas folhas de cálculo mas é o que nos foi imposto, aceite e está a ser seguido, não só em Portugal, mas também noutros países europeus como a Irlanda e a Grécia.

Não podemos esquecer que temos a crise na República mas temos um governo nos Açores onde há também orçamento e investimento público e medidas, muitas das quais aprovadas pelo Partido Socialista nos últimos meses. Há uma agenda para o emprego de 60 medidas e um conjunto de soluções que o Governo Regional diz ter e estamos à espera desses resultados para mitigar a crise nos Açores.

O Partido Socialista tem feito o discurso de que a culpa é sempre dos outros. Quando o engenheiro Sócrates era primeiro-ministro a culpa era dos *junk bonds* nos Estados Unidos e de uma crise financeira internacional que rebentou com a Europa e com o mundo. Acontece que os Estados Unidos estão a recuperar e esse problema dos *junk bonds* já não é premente. Noutros países da Europa a crise tem-se vindo a agravar devido às medidas de austeridade aplicadas nos países sujeitos aos acordos da *troika*.

Quando o engenheiro Sócrates deixou de ser primeiro-ministro, a culpa passou a ser do atual governo e, ironicamente, o governo anterior saiu incólume de tudo isto. Dantes havia um problema exterior e agora há um problema interno; é como andar à chuva sem se molhar, uma habilidade rara e fabulosa. Espanta-nos que isto seja visto desta maneira e que o Partido Socialista na ALR tenha a tendência de culpar a república por todos os seus erros e falhas quando tem 60 medidas aprovadas e criou uma sedeia.

Relembrando as palavras da Secretária Regional da Segurança Social, nos Açores existem cerca de 18 000 beneficiários do rendimento mínimo e os desempregados são cerca de outros tantos, o que equivale a quase 30% dos 105 000 da população ativa dos Açores.

É evidente que uma parte do peso da crise económica açoriana provém de fora, mas grande parte vem de cá de dentro e há uma linha comum de desresponsabilização no discurso do partido Socialista ao afirmar que a culpa é sempre dos outros.

Em relação à atividade municipal, pelo que vi nas atas, pareceu-me que há um assunto que ainda não foi esclarecido; há uns tempos houve uma decisão do tribunal em relação à aplicação de janelas de PVC numa casa aqui mais acima, contrariando a vontade da Câmara e da Secretaria que pretendiam que as coisas fossem feitas de acordo com o decreto legislativo que regulamenta a construção na zona classificada de Angra. Pergunto se há diligências no sentido do recurso dessa decisão porque se pode abrir um precedente perigoso, visto que as janelas não são um elemento estrutural de suporte de uma habitação.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Gostaria que a senhora presidente me esclarecesse sobre uma questão que eu já tinha levantado na última reunião da Assembleia; gostaria que me indicasse a data concreta em que a empreitada das calçadas parou e a data em que o contrato da fiscalização foi suspenso.

**Sra. presidente da Câmara:** – Em resposta ao senhor deputado Luís Rendeiro sobre a empreitada das calçadas, não há dúvida que há aqui uma gralha. Isto foi esclarecido em reunião de Câmara e está mal descrito aqui. Houve uma rescisão de contrato com a empresa que estava a realizar o trabalho das calçadas que deu lugar a 2 rescisões distintas.

A rescisão do contrato foi deliberada em reunião de Câmara na quinta-feira, na sexta-feira deu-se início aos trabalhos de calcetamento na rua do Marquês e tudo isto deu origem a um novo concurso que englobará a rua da Palha e a rua do Pisão. Estas ruas juntar-se-ão às que estavam por concluir e esse novo concurso será lançado o mais rápido possível para que possamos terminar o processo das calçadas. Agora vamos finalizar as infraestruturas na parte final da rua do Marquês e o calcetamento em falta.

Em relação às peças de procedimento do Teatro Angrense, nos meses anteriores estivemos em preparação e este mês tivemos uma reunião com um técnico que nos foi aconselhado pelo Teatro Nacional de S. Carlos, o qual pretendemos contratar para coordenador da obra e depois lançaremos o concurso para as diferentes peças procedimentais.

Já foi entregue uma primeira proposta e estamos em negociações com esta equipa porque o Teatro Angrense tem especificidades que pretendemos manter, por isso, queremos alguém que perceba desta área.

Foi aqui referido que sempre nos estivemos «nas tintas» para as preocupações do PSD. Como é óbvio, as preocupações da Câmara não são as do PSD nem as do PS, nem as do CDS-PP, que são os 3 partidos com assento na Assembleia; as preocupações da Câmara são as preocupações do concelho e dos munícipes e assim é que deve ser.

Nunca houve qualquer preocupação desta Câmara em aprovar as propostas do PSD, do CDS-PP ou do PS. O Teatro Angrense é uma preocupação da Câmara de Angra e não do PSD e reconheço que estamos a tratar do assunto mais tarde do que pretendíamos.

A respeito da afirmação «já cheira a campanha eleitoral», acho que sou das pessoas desta sala que menos campanha faz. Neste momento não tenho necessidade de fazer campanha do que quer que seja e nunca tive esse hábito. As diversas vezes em que as questões me foram colocadas sob um ponto de vista partidário, tentei sempre responder sob o ponto de vista técnico, direto, esclarecedor e objetivo. Tenho o vício do trabalho e a campanha não é uma prática minha; talvez algumas pessoas nesta sala tenham esse objetivo mas não tenho qualquer tipo de ambição nesse sentido.

Já esclareci a questão da obra e o estacionamento do Bailão e teria que me repetir.

Agradeço que a questão das rendas me tenha sido colocada porque o esclarecimento é pertinente. Houve um artigo de opinião no jornal há relativamente pouco tempo que referia que, antes de se partir para esta alternativa de pagamento de rendas da habitação social, se deveriam fazer planos de pagamento; esses planos já existem e neste momento encontramos numa situação bastante mais avançada.

Temos mais de 300 mil euros de dívida de rendas de habitação social que variam entre os 5/10 euros e os 125. Muitas pessoas sentam-se à nossa frente com o telemóvel na mão a efetuarem chamadas, o que significa que possuem saldo para as fazerem; dizem-nos que não conseguem pagar a renda mas conseguem pagar o telemóvel e, se calhar, vão para a fila para pagarem a TV por cabo, têm a prestação do carro ou outras coisas do género. Isto não é justo nem correto para a pessoa que mora na casa imediatamente ao lado e que recebe o mesmo ou ainda menos e paga a sua renda.

Não temos nenhuma situação de pessoas sem rendimentos a ocupar casas de renda social, seja devido ao seu trabalho ou por via do benefício do rendimento social de inserção, por vezes mais elevado do que o vencimento de muitos outros que trabalham.

As rendas são calculadas e ajustadas aos rendimentos das pessoas e o número de elementos do agregado familiar que moram em cada casa. Nós cá estamos para termos em conta certos casos pontuais que possam existir mas não há explicação para uma situação de dívida tão generalizada.

O município é obrigado a ter algumas casas disponíveis para situações de despejo. Se avançarmos para o despejo, acabamos por ter que realojar as pessoas. Tudo isto se passa depois de termos insistido com o apelo ao pagamento das rendas, aplicado multas e facilitado os planos de pagamento.

Chegámos a uma situação de impasse em que os devedores estão a ser claramente beneficiados e a prejudicarem os vizinhos cumpridores. Partimos do pressuposto que não há lugar a perdão de dívida, salvo em situações extremas como o falecimento do elemento do agregado familiar que trabalhava ou outras situações mais graves.

O município tem custos com diversos serviços. Se estas pessoas prestarem serviços à Câmara através do regime de voluntariado a uma IPSS e esses serviços resultarem numa poupança para o município, é como se pagassem a sua renda.

O ano passado pagámos 3 mil euros na limpeza de zonas balneares. Se as pessoas com dívidas efetuarem esses serviços, o município paga à IPSS mas amortiza o valor das rendas. Há um pagamento a uma IPSS através de um protocolo com a Câmara e tudo isso resulta numa poupança efetiva para o município e na amortização da dívida. Nós pagamos à instituição que acaba por nos devolver o dinheiro, pagando-nos a renda.

A Câmara continua a pagar, por exemplo, 3 mil euros pelas limpezas das zonas balneares mas esse valor retorna à Câmara amortizando as dívidas da habitação social. Estas pessoas trabalham à hora. Em termos contabilísticos, há uma saída, uma entrada e uma amortização efetiva sem qualquer perdão de dívida. Há quem deva 3 mil euros à Câmara, por isso terá que trabalhar muitas horas. Haverá um entendimento entre o arrendatário, a IPSS e a Câmara Municipal que trata de um seguro de voluntariado, pago pelo próprio através dos seus serviços.

Temos imensas ruas para limpar, zonas balneares que requerem manutenção, há escolas que necessitam de pinturas, precisamos de serviços de vigilância em diversos parques e há muitas reclamações da própria habitação social para que as casas sejam pintadas no exterior. Há muito trabalho a fazer por estas pessoas que resulta numa mais-valia para o município.

Quanto à questão colocada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves sobre as janelas em PVC, terei que recolher mais informação e talvez a possa prestar ainda ao longo da manhã.

Vou pedir que me entreguem também as datas das empreitadas das calçadas e da suspensão dos trabalhos e daqui a pouco posso fornecer essa informação solicitada pela senhora deputada Alódia Silva.

**Sr. d. m. Manuel Gabriel Gomes:** – Exma. Mesa, Exma. Câmara, senhoras e senhores deputados. Pergunto à senhora presidente da Câmara se, no próximo concurso das obras das calçadas, se prevê reutilizar toda a pedra de calçada existente porque há pedra que não pode ser reutilizada.

Nas calçadas intervencionadas há muita pedra que não tem condições de lá estar, por isso a calçada não pode ficar boa. Esta questão poderá ter a ver com o concurso e não com a fiscalização. Se o concurso exigia a reutilização de toda a pedra, pergunto se a mesma foi devidamente inspecionada. Penso que se discute se deve utilizar saibro, pó de pedra ou areia do mar na reabilitação das calçadas.

Não sou técnico mas recordo que, há tempos, um senhor que tinha feito a quarta classe de adultos, chamou a atenção porque os engenheiros tinham-se esquecido do escoamento das águas nas obras da rotunda do Marquês de Pombal em Lisboa. Por vezes os técnicos não sabem porque nunca fizeram aquele trabalho. Basta perguntar aos calceteiros se o pó de pedra faz uma calçada consistente porque esse pó é absorvido cada vez que passa o aspirador vassoura.



Se passarmos pelas ruas que já foram intervencionadas, verificamos que há uma altura de 1,5 ou 2 centímetros sem pó de pedra entre as pedras da calçada. Ao passar um carro a pedra resvala porque não tem altura suficiente para se aguentar. Há pedras com falta de cantos, umas são mais largas e outras mais estreitas; aquilo seria muito bonito em ruas onde não passa trânsito. A pedra tem que ser escolhida e a que não presta não deve ser reutilizada.

Havia tanta pedra cá na ilha e não sei se a Câmara tem alguma em armazém. Toda a pedra da antiga via rápida era muito melhor do que a que se está a utilizar e andamos para aqui a discutir bola para cá, bola para lá, etc. Penso que as gargantas das diversas caixas não têm altura para a pedra se aguentar, sequer, com saibro; se for utilizado o pó de pedra, cada vez que passar um carro, a pedra levanta.

Tenho muita pena mas penso que os técnicos não avaliaram bem as condições da futura calçada porque o trânsito que temos hoje na cidade de Angra, nada tem a ver com o trânsito de há 50 anos.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Bom dia, senhor presidente, senhora Câmara, caros colegas deputados municipais.

Se calhar, sou um pouco leiga nesta questão do trabalho voluntário por causa das dívidas das rendas sociais. Como a senhora presidente disse, à partida, todas estas pessoas recebem o rendimento social de inserção, um subsídio de desemprego, enfim, algum apoio do Estado para fazerem face às suas despesas porque não terão condições para possuírem uma casa.

Pergunto se, em termos legais, a partir de agora, não será possível dizer à Segurança Social que desconte a estas pessoas, esses 5 ou 10 euros do valor da renda mensal para que o mesmo reverta diretamente a favor da Câmara. À partida, estas pessoas recebem rendimentos para poderem fazer face às suas necessidades básicas de água, luz e alimentação e, por vezes, há muitas crianças que chegam à escola sem terem comido.

Estamos a pagar, descontando dos nossos impostos para que as pessoas recebam estes rendimentos, depois acabamos por verificar que muitos deles os gastam em tabaco, telemóveis, cerveja e sabe-se lá mais o quê e as crianças não recebem alimentação e chegam à escola cheias de fome.

Por outro lado, também descontamos para que as escolas lhes forneçam o pequeno-almoço e o almoço. Andamos aqui a pagar por todos os lados e essa deve ser uma das razões porque este país chegou à situação a que chegou.

Sabemos que há pessoas com muitas dificuldades que precisam de ajuda, mas acabamos por ver que o dinheiro que recebem está a ser usado para outras coisas. Ajudámo-las dupla e triplamente por outras vias mas isto acaba por ser um buraco sem fundo porque estas pessoas não têm quaisquer responsabilidades.

Não sei se é possível, em termos legais, que a Segurança Social lhes deposite menos esses 5 ou 10 euros do valor da renda para que o mesmo seja entregue diretamente à Câmara. Assim, essas pessoas não teriam forma de fugir ao pagamento das rendas e seria mais justo para o vizinho que cumpre com o pagamento.

**Sr. d. m. Guilherme Melo:** – Concordo com a prestação de trabalho a favor da comunidade para efeitos de pagamento da dívida mas não sei se a forma encontrada será legal ou a melhor resposta à situação.

A IPSS não pode reter essas verbas em dívida porque é ilegal. Talvez pudesse haver um regime jurídico próprio através da ALR que previsse essa situação, porque nem o próprio tribunal pode determinar a penhora do subsídio de desemprego ou do RSI, porque são valores

protegidos por lei para a subsistência. Independentemente do resultado da opção encontrada e da verificação da sua legalidade, se calhar, o melhor seria um diploma emanado da ALR.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Gostaria de esclarecer que não sou contra o princípio e apenas questiono se foram analisadas todas as situações. Não quero que julguem que quero pôr as pessoas na rua ou que não têm direito a receberem este tipo de solidariedade.

**Sra. presidente da Câmara:** – A respeito das calçadas, a pedra que temos é, por si só, património e deve ser recolocada sempre que possível mas nunca fica a mesma pedra no mesmo local; tem que ser devidamente aparelhada, muita é desperdiçada porque não presta e acaba por faltar.

Tive a oportunidade de falar com o senhor Diretor Regional que se disponibilizou para trabalhar em parceria com a Câmara no sentido de se preparar tudo em consonância para que o Parecer seja elaborado em concordância com as diversas entidades.

Durante muito tempo usou-se o pó de pedra nas calçadas, que não resulta e passou a usar-se o saibro na fixação das pedras. O pó de pedra é unicamente usado para a base e sub-base a cerca de 40 ou 50 centímetros de profundidade e coloca-se o saibro por cima para a fixação das pedras.

Quanto às golas das sarjetas, trata-se de uma situação difícil porque as caixas não têm altura suficiente e ao colocar-se lá uma pedra, ela revira. Optou-se pelo betão mas não reuniu o Parecer da Direção Regional.

Em relação às rendas sociais, das cerca de 430 pessoas que moram nas habitações sociais, nem todas estão lá por não terem rendimentos; algumas foram realojadas após o sismo de 1980 e têm a sua vida perfeitamente organizada.

Dou-vos o caso da D. Olímpia que se mudou para a sua casa nova no dia 31 de dezembro de 1979 para passar ali a noite de ano novo. Dormiu lá uma noite, a casa caiu no dia seguinte, a senhora continuou a pagar o empréstimo ao banco e ficou com a casa em ruínas; como não teve a possibilidade de a reconstruir e muito menos de contrair novo empréstimo para comprar uma segunda casa, a D. Olímpia mora atualmente no Lameirinho.

Temos muitas pessoas nestas condições, tal como há famílias nos diferentes bairros com a vida perfeitamente organizada e com todas as condições de pagarem as suas dívidas mas muitas delas descuidam-se.

Falou-se no acerto entre a Câmara e a Segurança Social mas não havia suporte legal para essa opção. A contratação por parte das IPSS é um regime de voluntariado. Existe um contrato a 3 em que a instituição paga as rendas do arrendatário em troca de um trabalho de voluntariado. Tudo isto foi discutido com o gabinete jurídico e enviámos Parecer ao Tribunal de Contas.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Se há uma contrapartida não é voluntariado...

**Sra. presidente da Câmara:** – Percebo a questão mas não há um pagamento; há um compromisso entre a IPSS e a Câmara Municipal. Eu pago um serviço e a instituição salda-me uma dívida através dos seus voluntários.

**Sr. d. m. Carlos Ormonde:** – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, caros colegas, bom dia. Gostaria que a senhora presidente me clarificasse uma situação relacionada com as obras de requalificação das calçadas e a alteração do trânsito na entrada da rua de S. João e na saída da rua do Salinas.

Esta situação transitória da entrada na rua de S. João no sentido ascendente da rua da Sé não tem causado transtorno na circulação automóvel, como seria de esperar. Por isso, parece-me que não se justifica o regresso à opção anterior. Pergunto se será feita uma reavaliação ao

trânsito que permita, pelo menos, a entrada na rua de S. João por quem circule no sentido ascendente na rua da Sé.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte:** – A minha referência à situação do Governo da República não foi de minha iniciativa, mas sim suscitada por outra bancada, por isso senti o dever de intervir sobre essa matéria. Dou por encerrado esse assunto mas não queria deixar de fazer 2 ou 3 precisões que me parecem fundamentais numa Assembleia como esta, onde os assuntos de atualidade e importância política podem e devem ser tratados.

Não se pode analisar a situação difícil que a sociedade portuguesa vive atualmente, compartimentando-a ao início de funções do atual governo. É necessário que apreciemos os últimos anos de governação ou «desgovernação» para que possamos fazer uma análise correta de tudo o que se passa na nossa sociedade.

Não se pode dizer que tudo começou com a tomada de posse deste governo porque há antecedentes que conduziram à situação que vivemos atualmente. Se apelidamos de incompetente um governo que está a tentar retirar o país desta situação, gostaria de saber como deveríamos classificar o governo que nos trouxe até aqui. Usei 2 conceitos que me parecem importantes e precisos: o Estado falido e a perda de soberania; são ambos objetivos e de grande gravidade.

Como ilustre bancário que é, o doutor António Maio sabe que se deve ganhar credibilidade e confiança perante quem tutela o Estado português, que, quer queiramos quer não, neste momento vive sob uma condição de protetorado. Temos que ganhar credibilidade junto de quem satisfaz as nossas necessidades financeiras.

Por fim, retomando a nossa agenda de trabalhos, perante algumas intervenções que aqui ouvi, pareceu-me que, no que toca às calamidades, o Governo da República tem discriminado a região autónoma dos Açores, dando-lhe um tratamento diferente do que foi dado, há algum tempo, à região autónoma da Madeira. Se assim for, gostaria que a senhora presidente me concretizasse em que consiste essa discriminação.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Vou retomar o assunto das calçadas, começando por dar os parabéns ao senhor deputado Manuel Gomes pela sua brilhante intervenção porque as preocupações que aqui levantou são as que também temos e foram verificadas após uma volta que demos pelas zonas da cidade já calcetadas.

Assino por baixo de tudo o que disse a respeito dos problemas derivados à utilização de pedra sem qualidade, para não voltar a remeter ao que foi descrito pela documentação da Direção Regional da Cultura, já debatida em reuniões anteriores desta Assembleia Municipal. Confirmam-se as nossas preocupações e entendo a sua intervenção como pertinente, conscienciosa e preocupada com a qualidade dos trabalhos que se fazem na nossa cidade.

Gostaria de perguntar à senhora presidente da Câmara se o novo concurso vai ser feito com o mesmo Caderno de Encargos porque o PSD teve a oportunidade de reunir com vários empreiteiros de empresas (que ainda não se encontram em dificuldades financeiras, o que lhes dá alguma credibilidade para se poderem pronunciar sobre o assunto) e a opinião era geral: com aquele Caderno de Encargos e aquelas obrigações relativas ao preço e ao custo da obra, não é possível fazer-se um trabalho de qualidade.

Se, por um lado, devemos defender os interesses do município, procurando gastar o mínimo de verba possível, por outro, convém que essas obras tenham um mínimo de qualidade para que a sua durabilidade seja consentânea com a importância da obra a realizar. Verificou-se que as obras feitas não têm qualidade nem durabilidade e, se calhar, será necessário voltar a intervencionar todas aquelas ruas porque aquilo não vai aguentar.

Como referiu o senhor deputado Manuel Gomes, o aspirador é tão ou mais responsável do que as águas pluviais pela libertação das pedras das calçadas, muitas delas mal escolhidas devido à sua fraca qualidade.

Segundo notícias do Diário Insular e perante as declarações da senhora presidente da Câmara, o processo de concurso público não deverá ficar concluído antes do fim do verão, o que remeterá qualquer início de obras para o próximo mandato.

Salvo os pacotes 3 e 4 de arruamentos e estradas, continuamos a ver que tudo o que o Partido Socialista se propôs fazer neste mandato eleitoral vai sendo sucessivamente adiado. Houve sempre um conjunto de fatores que contribuiu para que um conjunto de compromissos assumidos com os angrenses não se realizasse.

Quanto ao Teatro Angrense, as preocupações do PSD são também as preocupações dos municípios que o nosso partido aqui representa e a minha melhor ou pior qualidade de linguajar, utilizando termos como «estar-se nas tintas», é provocatória e propositada para obrigar a uma resposta.

Todos os orçamentos deste mandato de 4 anos mereceram a preocupação do PSD no que respeita às térmitas no Teatro Angrense e houve um ano em que foi motivo da inviabilização de um orçamento juntamente com as ETAR's de S. Mateus e de S. Sebastião e a não queda de um executivo camarário. Temos essa moral para falarmos da preocupação do Teatro Angrense e quando digo que a Câmara se esteve nas tintas, é porque nada fez por inação.

Se o meu linguajar é excessivo, assumo desde já e peço desculpa porque não sei se o regimento permite alguns termos mais informais mas faço-o de forma provocatória e propositada para suscitar o debate.

Quanto à questão das dívidas das rendas da habitação social, eu também sou a favor do trabalho comunitário. Se somos todos obrigados a pagar impostos porque temos que cumprir a lei e ninguém paga porque lhe apetece, o que é uma chatice, aqueles que não tiveram a mesma felicidade, a mesma sorte, as mesmas condições de vida ou o mesmo acompanhamento familiar, que a maioria de nós aqui presentes teve, também devem ter algumas obrigações.

Se todos nós, como cidadãos, temos a obrigação de os ajudar, também eles devem ter alguns deveres e não apenas direitos. Dentro das possibilidades de cada um, o trabalho comunitário poderá ser o seu contributo para a sociedade que também os ajuda mediante as suas possibilidades. Quem ganha mais, contribui com mais, quem ganha menos, contribui com menos e quem não ganha nada ou tem mais dificuldades não deverá estar isento de algum contributo dentro das suas possibilidades, seja ele qual for, por mais pequeno e modesto que seja; sou claramente a favor do princípio.

Julgo que a senhora presidente está a ser simpática ao referir algum descuido no pagamento das rendas porque, quando as prioridades vão para o telemóvel, para a TV cabo, para o automóvel e para outro tipo de luxos, desleixando o pagamento dos 5 euros da renda que se vai acumulando até atingir os milhares de euros, não se trata apenas de descuidos; é má-fé e inação da Câmara Municipal que também não agiu, não aplicou coimas, nem outro qualquer tipo de intervenção, de modo a evitar esse avolumar de circunstâncias.

Visto que muitas dessas famílias são beneficiárias de prestações sociais, poderá facilmente haver uma ligação à Segurança Social com a aplicação de penalizações de modo a que sejam condicionadas ao cumprimento das suas obrigações, tal como todos nós sofreremos pesadas penalizações se não entregarmos as nossas declarações de IRS porque o Estado não perdoa a ninguém.

A Câmara tem responsabilidades na regulamentação e fiscalização para evitar que as dívidas se avolumem. A governação não é só dar boas notícias; muitas vezes significa a tomada de decisões que desagradam a certas pessoas, o que se torna mais complicado em anos eleitorais.

No que toca aos apoios da Segurança Social, mais complicado se torna; aí tenho toda a moral para falar porque acabei de entregar um requerimento na ALR que punha em causa um conjunto de circunstâncias que se passaram em tempo de campanha eleitoral nas últimas eleições regionais que tem a ver com muitas ajudas e montantes elevados dados pela Segurança Social em apoio a famílias, umas mais carenciadas do que as outras.

Foram difundidas notícias na RTP Açores que não foram desmentidas por quem tutela a Segurança Social, com intervenções de deputados do Partido Socialista, mencionando pretensos fundos europeus que ajudariam ao pagamento de viaturas automóveis, enfim, um conjunto de tropelias sobre as quais espero resposta do Governo Regional em 60 dias. Julgo que a Câmara Municipal não se envolverá em situações dessas.

A senhora presidente já nos disse que isso foi picado em tribunal e teve o devido enquadramento e felicito-a por isso. Se houver alguma iniciativa na ALR, espero que tenha um alargado consenso no sentido de regulamentar o tipo de trabalho comunitário a desenvolver.

Não lhe vou chamar voluntariado porque implica o pagamento de uma dívida; chamemos-lhe outro tipo de retribuição. É preciso cuidado porque existe um documento conhecido por «memorando dos € 135 000 000,00» que impede a região de tomar um conjunto de iniciativas que a tornam também refém do memorando de entendimento entre Portugal e a *troika*.

**Sr. presidente da Mesa:** – Quanto à questão que colocou, diria que é um estilo de retórica próprio de um praticante de artes marciais para levar o adversário ao tapete.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – A minha intervenção anterior foi no sentido de alertar a Câmara para evitar que arranje mais um problema além dos que já tem. Aprecio a forma como a senhora presidente tem gerido esta Câmara, como técnica e não como agente partidária. Elogio quando tiver que elogiar e critico quando for preciso porque é esta a minha forma de estar aqui e se a senhora continuar assim terá todo o meu apoio.

Queria alertar também que as marcações do estacionamento junto ao liceu não foram efetuadas de acordo com o que foi decidido e aprovado nesta Assembleia. Foi decidido que as marcações seriam feitas de forma paralela aos passeios e não em forma de espinha porque o minibus via-se obrigado a saltar os passeios, embora as pinturas efetuadas ao pé do Petiskaky atenuem um pouco os problemas naquela zona que era a mais crítica.

**Sr. d. m. Manuel Gabriel Gomes:** – O senhor presidente vai-me desculpar mas vou voltar à situação do país. Tenho pena que o senhor deputado Joaquim Ponte não esteja presente porque queria lembrá-lo que toda esta situação começou com o primeiro governo do professor Cavaco.

Fui obrigado a reformar-me com 54 anos porque, se não o fizesse, não subiria ao 9º escalão e perderia os benefícios da redução do IRS em relação aos outros aposentados. Eu fi-lo com esta idade porque não queria perder dinheiro mas aconteceu o mesmo com outros colegas mais novos do que eu.

Por acaso não foi o professor Cavaco que fez a lei dos 10 anos para quem quisesse aumentar os anos de desconto para a sua reforma? Não sei se se recordam, mas essa lei vigorou durante pouco tempo. Aumentava-se 10 anos desde que se tivesse sido regente de filarmónica, se tivesse dado explicações, etc. e hoje o governo queixa-se que há demasiados aposentados.

Com a benesse do professor Cadilhe eram 6 anos. Quem tivesse 30 anos de trabalho podia ir imediatamente para a reforma. Há muita gente aposentada desde essa altura e foi aí que tudo começou; nada disto começou com o governo de Sócrates. É claro que as coisas foram-se avolumando e todos os governos foram pondo mais uns pozinhos em cima, mas tudo começou muito lá atrás.

As pescas foram ao ar e o peixe que hoje comemos é quase todo importado. Deram-se subsídios aos armadores; os pescadores deixaram de trabalhar ou tiveram que emigrar; a agricultura e a siderurgia nacional foram ao ar para que entrassem uns milhões para os proprietários destas indústrias.

Esta coisa de diabolizar apenas o governo de Sócrates já irrita porque as coisas começaram muito lá atrás. Há pouco tempo perguntaram ao Marcelo Rebelo de Sousa quando é que isto começou e ele disse que começou muito lá atrás no tempo do professor Cavaco.

**Sr. d. m. António Maio:** – Senhor deputado Joaquim Ponte e senhor deputado Nuno Melo Alves, peço um minuto de atenção porque o Expresso XL *online* de hoje refere o que eu sempre disse desde o início mas o senhor fez a interpretação que lhe conveio: «*Barroso, o presidente da comissão europeia, reconhece que se cedeu demasiado a conselheiros tecnocratas; “não fizemos tudo bem. A política de austeridade atingiu os seus limites”. O presidente da comissão europeia afirmou hoje que a política implementada na Europa, centrada na redução dos défices, atingiu os seus limites. Segundo Durão Barroso, para as políticas serem bem-sucedidas, devem granjear um apoio político e social mínimo...*»

Há mais uma citação na parte final: «*... uma política que é apenas vista como austeridade, não é sustentável.*»

Tenho dito exatamente isto desde o início. A minha discordância tem apenas a ver com as políticas implementadas; não discuti a perda de soberania nem a falência do Estado. Perda de soberania é entregar-se aos alemães e dizer-lhes que mandem nisto tudo; a Espanha, a Itália e outros países não fizeram isso.

Se me permitem, vou citar mais uma frase: «*Sei que há conselheiros tecnocratas que nos dizem qual é o melhor modelo, mas, quando perguntamos como o implementar, dizem que isso já não é com eles e isto não pode acontecer ao nível europeu. Foi aqui que penso que não fizemos tudo bem.*» O senhor presidente da comissão europeia reconhece isto e esperava que o senhor deputado fizesse o mesmo; o próprio CDS-PP tem-no dito por várias vezes a nível partidário.

Em tempos foi apresentado um CD da bancada parlamentar do PSD relativamente a 60 anomalias verificadas no concelho e eu considereei uma boa maneira de fazer política de oposição porque gostamos muito do nosso concelho. Infelizmente, com a mudança de escritório perdi o CD porque não consegui arquivar tudo; se o encontrasse, entregá-lo-ia à senhora presidente da Câmara.

Como sabem, estou de saída e gostaria de deixar uma recomendação à senhora presidente da Câmara para que os serviços técnicos da autarquia estejam atentos ao que se passa no concelho. Às vezes existe um jardim mal ornamentado, a calçada que não foi bem tratada, uma parede mal caiada, a muralha que podia ser pintada, um buraco na estrada que deveria ser tapado ou o entulho que não foi retirado. Para isto não é necessário muito dinheiro; basta que tenhamos gosto pela nossa cidade porque a Câmara não pode chegar a tudo e devemos desenvolver um trabalho coletivo com gosto pela nossa cidade porque a época turística começa dentro de alguns dias e teremos a visita de muitos turistas.

Tudo isto extravasa as questões partidárias. De vez em quando ouvíamos aqui o doutor Jorge Forjaz com a sua forma enfática de abordar as coisas, por vezes demonstrando um excesso de

fundamentalismo, mas trouxe aqui por diversas vezes questões pertinentes relacionadas com o embelezamento e a conservação da nossa cidade.

Tenho a certeza que a Câmara acautela tudo isto, mas quem anda pela rua repara em certos pormenores que poderiam ser melhorados e, por vezes, não é apenas uma questão de dinheiro.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte:** – Corroboro o que disse o doutor António Maio relativamente às declarações do senhor presidente da comissão europeia mas é bom que o nosso ponto de divergência fique clarificado perante esta Assembleia porque não precisaríamos destas medidas que nos trouxeram à situação atual. Esta alteração recente nas maturidades resulta da credibilidade que temos vindo a ganhar perante os nossos credores.

Chegámos a um ponto em que foi necessário tomar estas medidas e é a 3ª vez que o país se vê numa situação de resgate por consequência de governos da responsabilidade do Partido Socialista.

**Sr. presidente da Mesa:** – Para uma 3ª volta, pode inscrever-se quem ainda não o fez. Se calhar, na próxima Assembleia, vamos acrescentar mais um ponto denominado «Toda a verdade» ao som das Doce para podermos discutir assuntos fora da ordem de trabalhos.

**Sra. presidente da Câmara:** – Em resposta ao senhor deputado Carlos Ormonde, a entrada do trânsito para a rua de S. João e a saída da rua do Salinas são alterações definitivas ao trânsito que têm resultado muito bem, como temos constatado pelas manifestações de satisfação por parte das pessoas.

Quanto à responsabilidade da fiscalização referida pelo senhor deputado Luís Rendeiro, foram feitos relatórios sucessivos e o contrato terminou em fevereiro porque a empresa não quis continuar a receber sem fiscalizar.

Quanto à questão da janela colocada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, tratou-se de um processo que decorreu entre a DRC e o tribunal sem a envolvência da Câmara que apenas tomou conhecimento.

O senhor deputado Joaquim Ponte questionou sobre a diferenciação de tratamento. Antes de tomarmos medidas, tinha pedido ao gabinete jurídico que fizesse um levantamento das deliberações tomadas nos últimos tempos em Conselho de Ministros sobre situações similares. Foi feito um mapa comparativo que vou distribuir pelo menos um por bancada.

A nossa indignação deveu-se à tomada de deliberações divergentes. Foi-nos dada a resposta de que tinha sido tomada a mesma deliberação, o que é parcialmente verdade porque houve deliberações semelhantes no caso da Madeira mas foram tomadas outras deliberações, além da exceção da capacidade de endividamento. Para nós, essas deliberações não foram tidas em atenção e na carta que enviei ao senhor primeiro-ministro, solicitei-lhe que revisse essa decisão.

Em resposta ao senhor deputado Luís Rendeiro, o novo concurso das calçadas não será feito com o mesmo Caderno de Encargos por se tratar de um processo novo; tudo será revisto e deliberou-se que seriam aplicadas multas e acionada a garantia bancária. Foi também levantada a questão sobre o prazo para lançamento do novo concurso que será tão curto quanto possível.

Em relação ao que disse o senhor deputado José Alberto Borges, que não se encontra aqui no momento, devo dizer que, dos comentários feitos acerca do trabalho que tenho desenvolvido nesta Câmara, este foi provavelmente o que mais me agradou por se entender que o trabalho está a ser gerido de forma técnica e não partidária, preocupação que tenho mantido e procurarei levar até ao fim.

No que toca às pinturas do estacionamento na Praça Almeida Garrett, a inclinação em espinha foi acentuada para evitar a subida nos passeios, mas vou averiguar.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Em relação ao esclarecimento que foi pedido pelos senhores deputados da bancada do PSD, a respeito das intempéries e ao quadro que temos à nossa frente, causa-me alguma estranheza que um deputado à Assembleia da República e um ilustre angrense não tenha conhecimento do que é feito lá fora e das medidas que foram tomadas a respeito desta situação.

Há aqui um quadro elucidativo a respeito deste assunto, temos também aqui a resolução 64/2012, considerando o que tinha acontecido nos municípios do Algarve e da Madeira e com toda a razão e depois, durante uma página e meia, é referida uma série de mecanismos de apoio a essas calamidades.

Podiam excecionar a lei do Orçamento de Estado no aumento do endividamento líquido e há uma série de pontos que referem o acionamento de uma conta de emergência, a atuação dos vários departamentos governamentais, etc. Na área da solidariedade social são referidos os apoios às famílias e aos pensionistas que perderam as suas fontes de rendimento, etc., etc., etc.

Passados 8 meses e, nas mesmas circunstâncias, o mesmo governo coloca aqui pouco mais de meia página, considerando a desgraça que aconteceu mas refere no ponto 3: «... *Permitir, para efeitos do disposto no número anterior, que os municípios aí referidos...*», (referindo os municípios açorianos afetados), «... *ultrapassem os limites de endividamento líquido e do endividamento de médio e longo prazo pelo valor estritamente necessário à contratação de empréstimos para financiamento das intervenções necessárias à reposição das infraestruturas e dos equipamentos municipais atingidos...*» Nos 3 pontos seguintes é referido que o governo vai acompanhar a situação. Isto é tratamento claramente diferente para situações iguais.

Há pouco foi aqui lançado um pedido pela deputada Alódia que pretendia uma informação concreta sobre as calçadas. Pergunto à senhora presidente se os serviços camarários podem, ainda durante o dia de hoje, fazer o levantamento dos processos de licenciamento das várias construções efetuadas ao longo da orla da ribeira do Porto Judeu porque há vários fatores que influenciaram o desenrolar daquelas situações. As obras que ali foram feitas comprimiram o leito da ribeira e revelaram-se fundamentais para que aquela desgraça acontecesse.

Seria importante sabermos que executivos camarários licenciaram a construção daquelas casas porque me parece que vamos encontrar aqui uma relação causa e efeito de antigos executivos camarários que licenciaram aquelas obras, alguns de há 20 ou 30 anos.

Já que se está aqui a falar de culpa, eu sou daqueles que acha que a culpa começou na guerra que o D. Afonso Henriques teve com a mãe.

**1.2 - Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2012, para apreciação e votação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Ativos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Ativos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.**

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

**Fluxos financeiros:**



- **Saldo da gerência anterior:** € 2 273 883,15 (dois milhões duzentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e três euros e quinze cêntimos).
- **Receitas orçamentais:** € 17 032 069,08 (dezassete milhões trinta e dois mil sessenta e nove euros e oito cêntimos).
- **Despesas orçamentais:** € 18 076 331,84 (dezoito milhões setenta e seis mil trezentos e trinta e um euros e oitenta e quatro cêntimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** € 1 229 620,39 (um milhão duzentos e vinte e nove mil seiscentos e vinte euros e trinta e nove cêntimos).

#### **Demonstração dos resultados do exercício:**

- **Custos e perdas:** € 14 062 657,71 (catorze milhões sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos).
- **Proveitos e ganhos:** € 17 026 756,35 (dezassete milhões e vinte e seis mil setecentos e cinquenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos).
- **Resultado líquido do exercício:** € 2 964 098,64 (dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil noventa e oito euros e sessenta e quatro cêntimos).

#### **Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:**

- **571 – Reservas legais:** € 148 205,00 (cento e quarenta e oito mil duzentos e cinco euros).
- **574 – Reservas livres:** € 2 815 893,64 (dois milhões oitocentos e quinze mil oitocentos e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos).

**Sra. presidente da Câmara:** – Antes de apresentar o orçamento, gostaria de referir 4 notas: a primeira diz respeito à lei nº 66-B/2012 do Orçamento de Estado que vem novamente definir critérios muito apertados para vivência dos municípios, nomeadamente com a diminuição do número de funcionários, a proibição do aumento do endividamento, entre outros aspetos.

Em segundo lugar temos a introdução da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) com a relevância da questão dos fundos disponíveis que vieram limitar a autonomia e a iniciativa dos municípios. Quando os restantes municípios prestarem contas, vamos verificar que muitos deles estagnaram porque não tinham fundos disponíveis, influenciando fortemente a execução de 2012.

A lei nº 49/2012 veio obrigar os municípios a reverem a sua orgânica para se adaptarem a estruturas mais pequenas e com menos chefias e finalmente, a lei nº 50/2012 veio definir novos critérios para a existência das empresas municipais e intermunicipais que levou a uma proposta relâmpago, face aos *timings* da lei, para encerramento da CULTURANGRA EEM. Qualquer um destes 4 aspetos teve muita influência na execução do orçamento.

Em termos de resultados de prestação de contas, em 2011 houve um aumento de 3,8% nas receitas correntes em termos financeiros mas, em termos de execução, registou-se uma diminuição de 1,4%.

Nas receitas de capital registou-se uma redução de 28,2% em termos de tesouraria, fortemente relacionados com fundos comunitários e com as transferências do Estado. Em termos de execução registou-se uma redução de 0,8% em relação ao ano anterior, ou seja, tinha-se executado 57,5% e executou-se 58,3%.

Em termos de receitas gerais do município, em 2011 houve uma execução de 76,2% e subimos para 80,7%.

No que toca às despesas correntes, temos uma execução de 85,1% em 2012, menos 3,7% do que o executado no ano anterior. Quando falamos de despesas correntes temos que ser muito cautelosos relativamente às taxas de execução; este ano foram cortadas muitas despesas em recursos humanos com algum peso na taxa de execução mas também representam economia.

Na despesa de capital, registou-se um aumento de 14,3% na taxa de execução; em 2011 tinha sido de 55,5% e passámos para 69,8% em 2012.

Em termos gerais, a despesa registou um aumento de 8,4% na sua taxa de execução. Há uma redução de 0,3% em termos reais mas, em termos de taxas de execução, aumentámos 8,4%, passando de 68,8% para 77,2%.

O resultado líquido do exercício tinha sido de € 1 890 000,00 em 2011 e em 2012 foi de € 964 098,64. Em termos totais, com saldo de gerência em 2012, falamos de € 19 305 952,00. O saldo de gerência deste ano é de € 1 229 620,39.

É importante salientar que estas taxas de execução estão calculadas em função do pagamento e não da faturação, o que significa que a execução física é superior às taxas apresentadas. É uma opção da equipa técnica da Câmara que entende calcular as taxas ao seu pagamento mas, em bom rigor, se quisermos comparar com a execução física, o ideal é compará-las a taxas de execução de faturação porque essas é que correspondem à entrega das faturas.

Quanto à receita, deve evidenciar-se um aumento oriundo de impostos com um acréscimo de mais de € 820 000,00. Por outro lado, as transferências do Estado sofreram uma quebra efetiva de cerca de € 3 500 000,00 que engloba o PROCONVERGÊNCIA. Pode ainda referenciar-se um aumento da receita patrimonial.

Do lado da despesa destacamos a escola da Ribeirinha, as delegações de competências às Juntas de Freguesia, os apoios ao desporto, os apoios a entidades sem fins lucrativos, as transferências para a CULTURANGRA que permitiram a realização das festas Sanjoaninas e a aquisição da máquina de cinema digital, entre outros. Ainda a aquisição de habitações sociais, regularizando valores pendentes, a empreitada de remodelação de habitações sociais, o pagamento do acordo extrajudicial da ETAR, as transferências para os Serviços Municipalizados, o apoio à Tertúlia Tauromáquica Terceirense, a reabilitação da Sede do Angrense e do Clube Náutico, o pacote 3 de reabilitação de arruamentos do concelho, a intervenção nas calçadas do centro urbano e intervenções em diversos arruamentos e muros.

Relativamente a despesas correntes, é no pessoal, nos subsídios e na aquisição de bens e serviços que se encontram os valores mais expressivos.

Em 2012 o prazo médio de pagamento a fornecedores foi de 55,48 dias, o que revela um relevante esforço de cumprimento dos prazos legais.

O endividamento líquido em 2011 era de € 21 240 026,00 e reduzimos para € 19 492 915,00 em 2012, menos 8,20%.

O endividamento líquido relevante passou de 7 331 039,00 de euros para 6 567 171,00, ou seja, houve também uma redução no endividamento em 10,40%. Tínhamos 85% de capacidade utilizada em 2011 e passámos para 90% em 2012, unicamente relacionado com a lei do Orçamento de Estado e a fórmula de cálculo porque reduzimos os valores do empréstimo.

O município encontra-se em situação financeira equilibrada, saudável e com capacidade para fazer face a todos os seus compromissos atuais e aos dos próximos anos.

No que toca ao resultado líquido do exercício, é importante salientar a diminuição dos custos com pessoal em cerca de 500 000,00 euros, uma redução de cerca de € 200 000,00 em fornecimentos e serviços externos, o zelo face às alterações da lei, o exemplo do IMT que nos veio representar 600 000,00 euros e uma prestação de habitação e equipamentos em relação ao saldo de gerência que também tem um peso significativo neste resultado.

A LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) acaba por atrasar muitos compromissos, quanto mais não seja, pela obrigatoriedade de termos fundos disponíveis.

Fico disponível para qualquer esclarecimento.

**Sr. d. m. Joaquim Ponte:** – Muito obrigado pelas suas explicações, senhora presidente. Numa apreciação superficial e muito rápida destas contas, porque confesso que não fiz o trabalho de casa como deveria, há um valor que chama imediatamente a atenção e sobre o qual lhe peço algumas explicações; refiro-me ao saldo de gerência de 1 200 000,00 euros.

Num concelho como o nosso, com tantos problemas e dificuldades, além das recentes calamidades que me suscitam uma grande preocupação e às quais dispensei a maior atenção, peço à senhora presidente que me esclareça, agradecendo desde já o mapa que nos foi facultado, relativamente ao diferente tratamento sobre estas matérias.

Gostaria de dar conhecimento à Assembleia e à senhora presidente da Câmara de um documento que tenho comigo que é uma resposta do Governo da República a umas perguntas que foram feitas pelos deputados do Partido Socialista sobre estas matérias na Assembleia da República, visto que, as que foram feitas pelos deputados do PSD ainda não obtiveram resposta.

Nesta resposta do Governo da República, relativamente às calamidades, diz-se que foi feito um pedido pelo Governo Regional e que o Governo da República satisfaz a sua pretensão. Vou ler um documento que foi enviado aos deputados do Partido Socialista:

*«...Seguindo, para o efeito, os termos utilizados a 1 de agosto de 2012, na resolução 64/2012 destinada a acorrer os prejuízos provocados na região autónoma da Madeira, pelos incêndios que atingiram a região a 9 e 10 de julho de 2012 e que, pela sua dimensão e gravidade, suscitaram igualmente a adoção de medidas extraordinárias de apoio.*

*Não houve, portanto, qualquer mudança de critério ou diferenciação no tocante ao tratamento dado às 2 regiões autónomas, sendo exatamente o mesmo que foi dado à região autónoma da Madeira em julho de 2012.*

*Assim, a resolução do Conselho de Ministros, aprovada em 27 de março, permite que os municípios afetados possam ultrapassar os limites de endividamento líquido para financiamento das intervenções necessárias à recuperação das infraestruturas e dos equipamentos atingidos, retomando o disposto na resolução relativa à região autónoma da Madeira».*

O Governo da República teve o cuidado de dar conhecimento prévio do texto do projeto de resolução ao Governo Regional antes do Conselho de Ministros de 27 de março. Em resposta, o Governo Regional agradeceu o gesto e sugeriu que fosse aditado ao projeto de resolução, a possibilidade de ultrapassagem dos limites de endividamento da administração regional, invocando que uma parte substancial, mas não detalhada dos prejuízos, se tinha verificado em equipamentos da responsabilidade ou propriedade da região.

*«...Tal argumentação foi efetivamente apreciada pelo Conselho de Ministros. Contudo, e conforme se transmitiu subsequentemente ao Governo Regional, as medidas adicionais por este sugeridas não foram adotadas porque não poderiam ser vertidas numa resolução aprovada pelo Conselho de Ministros, uma vez que teriam de resultar, de modo*

*incontornável, da aplicação dos dispositivos específicos previstos pela Lei das Finanças Regionais e pela Lei do Orçamento de Estado. Ora, essa competência encontra-se cometida pela constituição à Assembleia da República, a quem cabe legislar sobre a possibilidade das regiões autónomas ultrapassarem os respetivos limites de endividamento, não cabendo pois, a competência própria do Conselho de Ministros.*

*Por último, importa sublinhar que, em fevereiro de 2010, quanto à região autónoma da Madeira e em função da valoração então feita sobre os danos causados pela intempérie verificada, a Assembleia da República aprovou uma lei orgânica fixando um regime excepcional para minorar o impacto de uma situação descrita no seu artigo 1º, como sendo de emergência nacional.*

*Como é do conhecimento público, este juízo, sobre a gravidade dos prejuízos provocados, não foi, no caso vertente, retomado pela Assembleia da República.»*

Ao contrário do que aqui tentaram insinuar, que eu não me preocupava com estas questões ou que não estava suficientemente informado sobre elas, esta resposta foi dada ao Governo Regional e aos deputados do Partido Socialista, esses sim, parece que não terão dado conhecimento à Câmara Municipal nem aos membros desta Assembleia Municipal.

Segundo este documento que acabei de ler, não há diferenciação relativamente aos critérios; há, sim, uma aparente concordância do Governo Regional relativamente à postura adotada pelo Governo da República.

Acho que este meu esclarecimento poderá ser útil para que a senhora presidente da Câmara possa atuar em conformidade e tenha melhor sucesso do que o Governo Regional nos apoios que tem solicitado para estes prejuízos, através das diligências diretas que fará junto do senhor primeiro-ministro.

Recentrando novamente a minha dúvida, solicito que a senhora presidente me esclareça este saldo de gerência porque me parece que, (com todas as dificuldades existentes aqui levantadas por vários membros desta Assembleia), se trata de dinheiro que não foi gasto em obras que deveriam ter sido executadas no nosso concelho com o prejuízo óbvio, evidente e lamentável para todos os munícipes e para a comunidade angrense.

**Sra. presidente da Câmara:** – Se calhar não percebeu ou talvez eu não tenha sido suficientemente clara mas voltarei a esclarecer. O saldo de gerência de € 1 229 000,00 diz essencialmente respeito a 2 aspetos: o primeiro tem a ver com a prestação da habitação e equipamentos que foi recebida no fim do ano, significando receita sem aplicação imediata, transitando em saldo de gerência e o segundo aspeto tem a ver com os 2 meses de um valor reservado em caixa para cobrir qualquer imprevisto que possa surgir como, por exemplo, os atrasos nas transferências do Estado ou esta obrigatoriedade do pagamento dos subsídios deliberada pelo Tribunal de Contas.

Esse valor representa 700 000,00 euros, permitindo que fiquem salvaguardados 2 meses de salários dos funcionários, transitando sempre em saldo de gerência, uma prática de há algum tempo que funciona como uma almofada financeira. Como referi, o restante valor está associado a uma transferência que nos chegou no fim do ano e não teve aplicação imediata, transitando para o ano seguinte.

Em relação ao que o senhor deputado referiu sobre o Governo Regional, na altura em que tudo isto sucedeu, fui informada da deliberação que viria a ser tomada em Conselho de Ministros porque tinha havido um contacto informal.

Logo que recebi a informação, comecei a reunir os dados para perceber se havia fundamento para agir porque não faria sentido estarmos a pedir qualquer tipo de solidariedade se não

tivesse já sido prestada à região autónoma da Madeira noutras situações semelhantes, com a agravante da situação que se vive no nosso país.

É verdade que esta medida foi aplicada de modo igual mas também foram aplicadas outras desiguais em simultâneo. Esse quadro é uma cópia integral das deliberações da região autónoma da Madeira e nele podemos verificar que não houve uma uniformidade de critérios.

O presidente do Governo Regional teve o cuidado de me dar conhecimento por escrito do ofício que remetera ao senhor primeiro-ministro, solicitando que essa deliberação fosse revista, por isso estranho um pouco. Por vezes as coisas processam-se em patamares que não dominamos mas faço questão de apurar um pouco mais essas informações.

Recordo que o senhor presidente do Governo Regional remeteu um ofício ao senhor primeiro-ministro solicitando que revisse essa deliberação e que, pelo menos, fosse permitido ao Governo Regional dos Açores ultrapassar os limites ao endividamento ou contrair um empréstimo maior, à semelhança do que aconteceu com a Madeira. Estamos a verificar que há informações dissonantes e é bom que sejam esclarecidas.

Em relação à ação tomada pelo município, com base nos termos comparativos referidos nesse quadro, enviei de imediato uma carta, solicitando que isso fosse revisto e foi votada uma proposta em reunião de Câmara para solicitar ao primeiro-ministro que revisse essa deliberação em Conselho de Ministros.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Como já foi aqui referido, a Câmara de Angra apresenta um saldo positivo de gerência de € 1 229 000,00 mas este valor é quase anulado pelo valor dos compromissos assumidos que não foram pagos, que somam mais de 1 milhão e 200 mil euros, restando um saldo real de € 18 177,00.

Neste momento, a dívida da Câmara de Angra é de cerca de € 23 400 000,00 que se podem desagregar de forma grosseira em € 21 000 000,00 de empréstimos, incluindo o IHRU, € 789 000,00 a fornecedores, € 500 000,00 dos compromissos assumidos com o Belém e com os Leões e a complicação dos € 1 100 000,00 relacionados com a Associação Cultural Angrense que trataremos mais adiante na agenda de trabalhos.

Salienta-se um ponto extremamente positivo, que é a redução das dívidas a fornecedores que passaram de € 3 700 000,00 para € 2 400 000,00. Congratulamo-nos com esta redução significativa que significa uma injeção de dinheiro na economia.

Também se saúda o ligeiro aumento da margem de endividamento bancário do concelho de Angra de 2011 para 2012 que passou para um pouco mais de um milhão de euros. Apesar de nos focarmos nas coisas más, que importam resolver, também constatamos as coisas boas.

As contas de 2012 estão menos mal que as dos anos anteriores, passando do péssimo, (que qualificamos de inadmissível, com valores inferiores a 50% nas execuções das Grandes Opções do Plano e do Plano Plurianual de Investimentos), para valores próximos dos 60% nestas rúbricas que, na nossa opinião, continuam baixos e maus.

As receitas de capital sofreram uma forte quebra porque, como não se cumpriram as promessas e não se fizeram as obras, também não vieram as verbas dos fundos comunitários e do IHRU. A Câmara recebeu menos 28,2% do que o orçamentado, o que equivale a € 2 500 000,00, obtendo uma receita de capital muito mais baixa do que o inicialmente previsto. De novo, houve uma sobre orçamentação das receitas de capital.

As medidas de austeridade do Governo da República, que vossas excelências tanto culpam por tudo e mais alguma coisa, permitiram encher os cofres da Câmara com receitas do IMI, do IMT e do imposto único de circulação; estas medidas favoreceram a obtenção de receitas.

Nem tudo é mau porque o contribuinte ajudou a aumentar a liquidez da Câmara, o que deu origem a uma execução de 131% nestas rubricas; a isto é que se chama um *superávit*.

Depois desta minha breve análise de números, que decerto merecerá resposta por parte do doutor António Maio, porque toda a gente sabe que não sou economista, queria tecer algumas considerações de âmbito mais político.

Esta é a última vez que este elenco camarário procederá à prestação de contas nesta Assembleia Municipal, por isso seria o momento ideal para que a Câmara e o PS fizessem o balanço do seu mandato, a autoavaliação do seu trabalho e a demonstração dos progressos que tal governação, por ventura, trouxe ao concelho de Angra.

Deixo este pensamento para reflexão de todos, uma vez que a minha opinião, que é amplamente conhecida e se mantém, é a de que estes últimos 4 anos foram o pior mandato autárquico que Angra jamais teve desde o 25 de abril.

Tivemos aqui um conjunto de incidentes, acidentes e circunstâncias que nunca foram revistas; a questão da «dança das cadeiras» tanto discutida, nunca antes vista nem imaginada no poder local e 4 presidentes de Câmara no mesmo mandato.

Apesar do esforço e o socorro prestado ao partido pela segunda vez, pela doutora Sofia Couto, o PS não aposta na recandidatura desta presidente às próximas eleições, como já correu na opinião pública e ela própria também o terá assumido. Diz-se que o candidato será o professor Álamo Meneses; a ver vamos, se isso se confirmará ou se trata apenas de mexerico.

A Câmara de Angra continuará, certamente, a contar com a doutora Sofia Couto no seu lugar de carreira, uma vez que já demonstrou que, qualquer semelhança entre a sua postura e a de outros presidentes de Câmara do PS será fruto de coincidência.

Qual é o presidente de Câmara que se vai responsabilizar por estes 4 anos de mandato? Será o primeiro? Será o segundo? Será o terceiro? Serão todos ou nenhum? Na nossa opinião, tudo o que aconteceu em Angra nestes últimos 4 anos foi por decisão do Partido Socialista.

O PS é o responsável por tudo o que aconteceu; pelas contas, pelas execuções orçamentais, pelas obras que se fizeram e não se fizeram e por todas as promessas feitas que não se cumpriram. Só se lamenta que quem manda no PS na Terceira se tenha mantido sempre escondido por detrás do seu vice-presidente, que, neste caso, é presidente da Assembleia Municipal e que acabou por dar a cara nos momentos mais difíceis que o partido teve que enfrentar ao longo desta governação. Foi, de facto, um mandato difícil.

Apesar de termos discordado quase todas as vezes, saúdo sempre mais quem dá a cara nos momentos de dificuldade e saúdo menos quem se esconde. No meio das discussões e das divergências que tivemos, vai daqui o meu elogio para o doutor Ricardo Barros como vice-presidente do secretariado de ilha do Partido Socialista, pelos momentos difíceis em que deu a cara pelo seu partido porque também houve quem tivesse dado a cara do lado de cá em circunstâncias idênticas.

Vamos pôr os nomes nos bois: Sérgio Ávila fez de contas que não existe e que não foi o criador da defeituosa criatura que é a Angra de 2013.

Fez-se a escola da Ribeirinha que não esteve isenta de polémicas e foi um sumidouro de dinheiro; ainda não está pronta, tem trabalhos a mais e pequenas obras por fazer e há verbas que continuam a ser transferidas.

A escola de Santa Bárbara não sai do papel, vamos ver em que mandato arranca a construção do pavilhão do Posto Santo e, como se costuma dizer nos bailinhos de carnaval, a porca comeu o pavilhão das Doze Ribeiras.

Um piso sintético, que deveria ser colocado, apodreceu junto ao aterro sanitário com um arrelvamento de campos numa execução de apenas 58% e o silêncio cúmplice da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras.

O reforço policial no Porto das Pipas foi executado em apenas 42%, ou seja, em vez dos € 9 200,00 orçamentados, foram gastos apenas 3 896,00, o que ajuda a explicar muita coisa quanto à segurança daquele local.

A Teleassistência ou equipamento SOS para idosos teve uma execução de apenas 42,32%.

A casa mortuária da Serreta recebeu da Câmara de Angra e do Secretário José Contente e nunca ficou pronta.

Continua a falhar o controlo de roedores do concelho. O PSD avisou logo no início do mandato como se deveria proceder e fez recomendações em Assembleia Municipal que foram rejeitadas pelo PS.

A CULTURANGRA foi extinta em boa hora, uma vez que voltou a ter que levar com uma injeção de mais de € 2 000 000,00, em vez dos € 1 260 000,00 previstos inicialmente. Essa injeção de capital foi para despesas correntes, demonstrando que nunca se soube respeitar nem cumprir orçamentos naquela empresa municipal.

A Casa do Chá do jardim é mais um fracasso a adiar para o próximo mandato e a colocação de árvores em espaços públicos teve uma execução de 27,84%, demonstrando que a Câmara de Angra é muito rápida e lesta a cortar árvores mas é péssima a replantá-las.

O Teatro Angrense já mereceu aqui discussão e não vou continuar a bater na questão das calçadas, onde apenas se fez 37% do executado.

Os documentos referem uma execução de 40% no monumento da rotunda Infante D. Henrique; gostaria de saber a que corresponde essa percentagem e o que lá foi feito porque me parece que a rotunda está na mesma.

Na nossa opinião, tudo isto é muito mau e envergonha-me como angrense. A vós, em quem o povo mais confiou, porque ganharam as eleições, deveria envergonhar muito mais.

**Sra. presidente da Câmara:** – Fui tomando notas mas ficaram muitas para trás porque falou muito depressa e tive dificuldade em acompanhá-lo.

O IHRU e os fornecedores não fazem parte da mesma conta; é um erro somá-los porque o IHRU é uma receita e os fornecedores são despesa. Pegar em valores soltos do orçamento, é um erro enorme. Ao juntarmos IHRU e fornecedores na mesma conta, estamos a somar a receita com a despesa; do IHRU recebemos o dinheiro para pagarmos aos fornecedores, neste caso a um empreiteiro. À partida, há contas erradas aqui.

Você considera que 10% da margem de endividamento é um «ligeiro» aumento? Trata-se de um aumento enorme num só ano difícil com todas as dificuldades que enumerou! Se vamos chamar os bois pelos nomes, há que reconhecer que houve um aumento excecional na capacidade de endividamento de quase € 2 000 000,00.

As contas só estarão perfeitas quando estiverem a 100% e, mesmo assim, haverá sempre pontas por onde pegar porque podemos fazer sempre melhor. Neste caso, aplica-se a ótica do copo que poderá estar meio vazio ou meio cheio. Atendendo ao contexto atual, há um aumento positivo da execução e as contas estão muito melhores em relação aos últimos 10 anos.

A respeito do que referiu acerca do PPI, não houve um ligeiro aumento; nós duplicámo-lo do ano passado para este ano!

Tal como referiu, houve uma redução nas receitas de capital porque, se não há execução da despesa, não haverá receita proveniente dos fundos comunitários.

Presidirei a esta Câmara pelo menos até outubro, independentemente das discordâncias que possam existir e assumo as responsabilidades do atual e do elenco anterior, assim como as responsabilidades dos elencos camarários de há 10, 15, 20 ou 30 anos porque o presidente da Câmara deve lidar com todas as situações, quer tenham sido criadas por ele ou pela equipa que o acompanha.

No que toca às calçadas, como todos sabem, tivemos uma insolvência e, por muito que tentássemos (e fizemo-lo arduamente), não foi possível executar as obras.

Se usasse chapéu, tirá-lo-ia ao senhor presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras porque não tomou uma decisão fácil. Disse-lhe que não seria possível construir o pavilhão municipal, atendendo ao nosso orçamento e às dificuldades existentes e o senhor presidente teve a humildade de reconhecer que não se justificaria a construção de 1 pavilhão para uma população de cerca de 500 habitantes, esperando-se 2 pavilhões nas freguesias vizinhas. Isto não tem a ver com a oportunidade porque os fundos comunitários estão aí e podem ir até aos 95%, mas depois há que manter aquelas estruturas. O senhor presidente da Junta teve a humildade de aceitar e repensar as alternativas e o Centro de Dia foi uma delas, como falámos.

Passou-se uma situação semelhante a respeito do pavilhão do Posto Santo. Embora não se tenha excluído a obra, o projeto previa um pavilhão que não possuía 20X40 e o Futsal é a principal atividade praticada naquela freguesia com resultados excecionais; o campo pedia 20X40 mas o PDM não o permitia.

Tomámos a decisão consciente de atrasarmos a construção do pavilhão em 2012, pedimos ao Governo que suspendesse o PDM (o que foi aqui votado), vamos rever o projeto e vamos construir um pavilhão que vai durar mais 20, 30 ou 40 anos e vai servir a modalidade com as medidas mínimas necessárias. Executámos menos € 1 200 00,00 apenas nestes 2 pavilhões mas tenho a consciência que foi uma boa decisão, que assumo a 100% e mereceu a concordância dos presidentes de Junta.

Está a decorrer o processo da estufa do jardim; a obra talvez possa ser adjudicada durante o próximo mês de maio e começará a breve trecho. Por muito que se queira responsabilizar o município, as empresas que deveriam executar as obras nas calçadas e na estufa do jardim foram à falência.

Houve aqui mais uma confusão relativamente ao IMI e IMT. É certo que o Estado transferiu para a Câmara no decorrer de 2012 uma verba extraordinária de IMT mas retirou-a sem que nos apercebêssemos como a conta foi feita.

Essa transferência surpreendeu-nos e os serviços técnicos propuseram sensatamente que não se contabilizasse aquela verba até vermos o que iria acontecer e a mesma foi-nos sendo retirada ao longo do ano até ao final de 2012. O dinheiro que nos foi dado com uma mão foi-nos retirado com a outra ao longo do ano.

O grande impacto do resultado do IMI será sentido este ano de 2013 porque as revisões foram feitas agora. O que temos aqui um pouco mais à frente é uma revisão que prevê a inserção da receita extraordinária de IMI mas isto será para 2013 e não se reflete nas contas de 2012.

Vou tentar manter a minha postura em relação aos comentários sobre os «4 piores anos de mandatos autárquicos», a «dança das cadeiras» e ainda sobre os 4 presidentes do mandato porque não foram 4, foram 3.



Não considero que este tenha sido o pior mandato autárquico. Por melhor que a Câmara seja, algum mandato será sempre o pior dos melhores. Se avaliarmos desta forma e atendendo às pessoas que me antecederam nesta Câmara, aceitaria plenamente que o meu fosse o pior mandato porque reconheço o valor dos outros que me antecederam; por mais que eu tenha feito, reconheço que as pessoas que me antecederam fizeram muito melhor do que eu.

Em resposta ao comentário sobre a falta de apoio do PS a esta candidata, devo dizer que eu não sou candidata; sou a presidente da Câmara de Angra e isto não é o Partido Socialista. Estamos numa Assembleia Municipal, estou aqui na qualidade de presidente desta Câmara, mesmo sem a vossa concordância, estamos a discutir a prestação de contas do município de Angra do Heroísmo e não vejo qualquer relação entre esta prestação de contas e as eleições autárquicas.

Já é a 3ª ou a 4ª vez que mencionou as eleições autárquicas; está-se a tentar estabelecer um elo que não terá continuidade da minha parte. Associo-me ao elogio ao doutor Ricardo Barros, quanto mais não seja, pela presidência.

O comentário à escola da Ribeirinha é mais um erro porque a escola está pronta, está-se apenas a finalizar alguns processos circundantes e entendeu-se que a mesma abriria apenas no próximo ano letivo para não se mudar as crianças numa correria.

O piso sintético que referiu está no exterior mas não está podre; discutiu-se essa possibilidade mas não será reutilizado nas Doze Ribeiras.

Não partilho da opinião de que a CULTURANGRA foi extinta em boa hora porque a preparação das festas Sanjoaninas deste ano está a ser tão difícil face às exigências do município na contratação de artistas, que a empresa municipal seria um elemento chave.

Desde a criação da CULTURANGRA, que era uma mais-valia enorme para o município, começou-se a reduzir custos até aos 50% nos últimos 7 ou 8 anos. Infelizmente a empresa municipal teve que ser extinta mas eu discordo.

No que toca à rotunda Infante D. Henrique, volto a referir que há situações que, para nós, representam despesa mas, como se trata de delegações de competências, a partir do momento em que a verba é transferida para as Juntas de Freguesia, há uma execução do município, independentemente do trabalho que está a ser feito pela Junta no âmbito da elaboração do projeto que tem custos. A obra ainda não apareceu porque leva o seu tempo e acarreta custos.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Vou fazer algumas apreciações genéricas aos documentos, tendo em conta a nossa defesa ao longo destes anos do realismo que devem ter os documentos orçamentais da Câmara. A falta de realismo que apontávamos tinha quase sempre como sustento as baixas taxas de execução, tendo em conta a situação económica que o país atravessava e atravessa. Felicitamos a Câmara pela redução dos valores que apresentava nos orçamentos, aproximando-os da realidade económica.

Um dos assuntos que foi hoje aqui falado por diversas vezes tem a ver com as falências das empresas contratadas pela Câmara com impactos que espelham o momento atual e reduzem os recursos da autarquia disponíveis para novas contratações e manutenção da sua atividade.

Às vezes, os orçamentos não são irrealistas apenas pelos valores que apresentam, mas também pela substância a eles subjacente que não é exequível por motivos de outra ordem além dos financeiros.

Foi com alguma satisfação que vimos os planos e orçamentos mais adequados e temos a noção do esforço da redução da dívida nesta fase. Durante este mandato, a capacidade de endividamento já esteve esgotada em 98% e neste momento situa-se nos 90%, numa altura em que os limites de endividamento foram reduzidos.

Percebemos que há aqui um esforço, inclusive com os prazos de pagamentos a fornecedores e um conjunto de medidas que estão a ser tomadas que acabam por ser benéficas para o impacto da atividade económica que a Câmara Municipal deve ter no nosso concelho. Há que ter em conta estes aspetos positivos na apreciação destes documentos.

Se nos perguntarem se gostaríamos que algo mais tivesse sido feito ao longo deste ano, diríamos que sim. Numa análise a este ano orçamental, desejaríamos que algumas coisas tivessem sido feitas de outra maneira e noutras circunstâncias mas, lamentavelmente, não foi o caso.

Apesar dos contratemplos, dos 4 orçamentos que analisámos, este é talvez o que mais se aproxima dos objetivos e vem de encontro às nossas expectativas. Apreciamos e temos muito em conta este estilo de governação municipal com maior realismo e menos euforia.

Vamos abster-nos na votação deste documento.

**Sr. d. m. João Santos:** – Senhor presidente, Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais, bom dia.

Para colocarmos os nomes nos bois, começemos pelo senhor deputado Luís Rendeiro. Senhor deputado, reconheço-lhe legitimidade, porque é por isso que todos estamos aqui, mas não lhe reconheço, nem a si nem ao PSD, qualquer autoridade para falar do desenvolvimento do concelho de Angra.

Apesar da legitimidade, não lhe reconheço essa autoridade, quer pelo trabalho que fizeram enquanto geriram o município, quer pela oposição demagógica, irresponsável e, no final do anterior mandato, quase terrorista que fizeram quando os angrenses vos retiraram esse poder de gestão; o fim do anterior mandato foi pouco menos do que uma vergonha.

Já lhe disse uma vez e volto a fazê-lo numa perspetiva de solidariedade para poupar o seu tempo, se assim o quiser: nem eu, nem o PS lhe vamos dar palco para a campanha eleitoral, que não sei se é sua, se o senhor sabe se é sua ou se, no PSD, alguém sabe de quem é, mas há-de ser de alguém; nesse aspeto, vai continuar a falar sozinho.

Tive a oportunidade de falar consigo sobre a gestão da região no período que precedeu as eleições regionais; trocámos as nossas opiniões e disse-lhe que o povo açoriano seria o árbitro dessa discussão. Lembramo-nos do que dissemos um ao outro, eu lembro-me perfeitamente do que ouvi e o seu discurso continua a ser invariavelmente igual, demagógico e nalguns aspetos, peço-lhe que não se ofenda com isso, irresponsável.

Volto a dizer-lhe o que lhe disse há alguns meses: não vou discutir consigo, por isso não se arrogue do que não lhe compete. Os angrenses é que darão resposta a todas as dúvidas que levantou dessa forma e com esse discurso, que é apanágio seu.

**Sr. d. m. António Maio:** – Há que reconhecer que o mandato autárquico que estamos a terminar agora foi atípico; conto 2 e não 3 presidentes, mas isso agora pouco importa. O mandato acaba muito bem, senhora presidente da Câmara.

A apreciação geral que faço dessa conta é muito positiva e felicito-a pela excelente execução orçamental. Para quem acusa permanentemente os documentos previsionais de sobre orçamentação, não poderia haver melhor resposta e o deputado Nuno Melo Alves acabou por reconhecer isso.

Comparando as execuções deste ano com as do ano passado, houve um acréscimo do PPI quase para o dobro e nas restantes execuções as coisas não foram assim tão más. Se bem se recordam, o ano passado limitei-me a referir os números e acusaram-me de malabarismos, favores partidários e coisas do género; agora, espero que não voltem a acusar-me do mesmo.

Infelizmente, essas imprecisões da bancada do PSD neste mandato são habituais. Tive a oportunidade de discutir questões técnicas ligadas ao orçamento com ilustres colegas, a quem reconheço competência e conhecimento na matéria para podermos conversar ou discordar de forma civilizada como sempre gostei mas, infelizmente, isso não é possível neste mandato. Quase assistimos aqui a uma atitude terrorista porque os números são interpretados de forma completamente errada e, quando os apresentamos tal qual como são, somos acusados de malabarismo e favores partidários.

Se os senhores deputados repararem, a percentagem das taxas de execução ultrapassa os 80%. O ano passado as receitas totais situavam-se nos 76% e este ano são de 81%, as receitas por grandes agregados são de 83%, a receita fiscal é de 130%, a despesa corrente é de 85%, a despesa de capital situa-se nos 70% e as célebres despesas do Plano, as chamadas despesas de investimento, são praticamente de 60% contra os 34% do ano passado.

Há um acréscimo no investimento de € 1 700 000,00 mas não significa o nosso contentamento porque desejaríamos que tivesse sido superior. Não se pode ignorar que a grande quebra dessa variável tem a ver com a própria receita de capital, em virtude das restrições ao endividamento e, sobretudo, pela diminuição das transferências, quer do Estado, quer dos fundos comunitários. O Governo da República, com a sua política pura e dura, como é seu apanágio, deliberou cortar no valor das transferências do Estado para as autarquias.

A senhora presidente já falou e muito bem das participações dos fundos comunitários. A decisão relativa ao pavilhão do Posto Santo e à suspensão do pavilhão das Doze Ribeiras tem todo o meu apoio, pelas razões por já referidas; foram medidas muito prudentes, frontais e corajosas.

Se olharmos para o quadro 9, tendo em conta o montante comprometido das despesas de capital no valor de € 9 000 000,00, a taxa de execução passaria para 76% em comparação com os atuais 69,8%. Baixa execução? Basta olhar para as câmaras do PSD ou outras câmaras do país!

Creio que a senhora presidente referiu que a construção dos 2 pavilhões tinha um impacto na quebra da receita no valor de 1 200 000,00 euros, mas as calçadas andam à volta dos 700 000,00. O desvio entre o orçado e o executado nas receitas de capital anda à volta de 2,8% e só aqui temos mais de metade disto. Há desvios devidos aos compromissos, que atrasaram por razões diversas, relativamente às empreitadas.

Ninguém fala aqui nas receitas estruturais versus despesa estrutural, um indicador muito importante de sustentabilidade da atividade orçamental porque permite perceber as receitas dos recursos regulares e estáveis que a Câmara é capaz de produzir nos diferentes anos económicos e de que forma esse montante vai fazer face às despesas estruturais, ou seja, aquelas que designam gastos regulares, como os gastos com pessoal e todo o serviço da dívida inerente ao passivo financeiro existente.

O ano passado tínhamos um valor à volta dos € 3 000 000,00 e este ano é de € 3 800 000,00; melhorámos € 800 000,00, face ao ano anterior. É muito importante que tenhamos em conta a sustentabilidade das contas deste executivo camarário.

Dei-me ao trabalho de ler a ata do ano passado relativa à aprovação as contas de 2011 e o PSD afirmou na altura que os orçamentos desta Câmara eram orçamentos de mentira, que as despesas com pessoal e com a CULTURANGRA estavam a afogar o município e a conduzir à estagnação e que a Câmara de Angra era um fator de afundamento da economia do concelho. Isto está escrito em ata. Na altura, tais afirmações eram completamente levianas, para não dizer irresponsáveis.

Passado um ano, fica bem demonstrada a conta de gestão de 2012. Apesar das inúmeras dificuldades por que todos passamos, da responsabilidade do Governo da República, que semeou uma profunda contração económica e desemprego galopante em todo o país, esta Câmara continua a ser um bom exemplo de sustentabilidade e rigor orçamental.

O serviço da dívida tem sido totalmente cumprido nos prazos certos. Quem trabalha na atividade bancária sabe quanto vale o pagamento nas datas certas, cumprindo com os compromissos assumidos. Não preciso de vos lembrar o incumprimento autárquico que existe no país mas esta Câmara paga nos prazos certos.

A margem de endividamento teve um acréscimo bastante confortável de 23%, relativamente a 2011. A Câmara não se endividou em 2012, daí esse aumento da sua capacidade de endividamento. Agora, tanto quanto sei, teve que fazer uma consulta devido às intempéries e à falta de apoio do Governo da República.

Faço um apelo ao senhor deputado Joaquim Ponte, que é deputado na Assembleia da República, para que tente perceber porque é que o seu primeiro-ministro e o seu governo aplicaram tratamentos diferentes à Madeira e aos Açores. A avaliar pelo que diz a senhora presidente, o Governo da República deu muito mais à Madeira, numa situação de favor, relativamente ao que aconteceu aqui.

Nunca são referidos os excelentes 33% de rácio de autonomia financeira. O tempo médio de permanência das matérias-primas baixou de 139 para 121 e o prazo de pagamento a fornecedores também diminuiu, como foi reconhecido pelo próprio PSD. O saldo de gerência positivo é de € 1 229 000,00; o resultado líquido é de, praticamente, € 3 000 000,00 e ninguém o referiu, além da senhora presidente.

De realçar ainda que foram cumpridas todas as disposições legais no que respeita às transferências para as freguesias, para a CULTURANGRA e para os Serviços Municipalizados, além de toda uma importante obra social que esta Câmara tem vindo a desenvolver para ajudar as empresas e as famílias no combate à crise.

Refira-se ainda que o Relatório e o Parecer do fiscal único é perentório no sentido da apreciação destas contas, sem a mínima reserva, ao contrário do que se passa em alguns municípios do país.

Termino como comecei, fazendo um claro apelo para que as contas da Câmara sejam aprovadas sem a mínima reserva, por serem verdadeiras, rigorosas, sustentáveis e por traduzirem claramente o compromisso eleitoral da maioria que governa esta Câmara perante os seus munícipes.

Felicito a senhora presidente e a sua equipa pelo excelente desempenho à frente dos destinos desta autarquia em condições verdadeiramente adversas durante este período de mais de um ano e digo que foi um enorme prazer poder trabalhar com ela e com todo o executivo que a acompanhou.

**Sr. d. m. António Toste:** – Muito boa tarde, senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

O senhor deputado Luís Rendeiro esteve ao seu melhor estilo. Relativamente à candidatura da senhora presidente da Câmara, que já falou por si, gostaria de lembrar que, perante o que li, ela sempre disse que não seria candidata.

Senhor deputado, eu entendo a sua preocupação quanto aos candidatos do PS, porque já percebeu quem será o candidato à Câmara de Angra. Houve uma sondagem encomendada pelo PSD em que se perguntava qual seria o seu melhor candidato à Câmara de Angra e, pelo que sabemos, o mais votado foi o senhor vereador António Ventura que está mais ou menos

obrigado a ser candidato e acho que já percebeu que vai perder. Pelo que ouvi falar, pergunto-lhe se é verdade que, através dessa mesma sondagem, o senhor foi o menos votado, situando-se aí pelos 2%...

**Sr. presidente da Mesa:** – Oh, senhor deputado! Estamos a discutir o orçamento e não, percentagens de resultados de sondagens.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O senhor acabou de perder uma oportunidade de não se sujar todo porque eu nem sequer constava das sondagens! O senhor enterrou-se todo agora!

**Sr. d. m. António Toste:** – Eu não estou enterrado; estou bem de pé e a olhar muito direitinho para si!

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Perdeu uma oportunidade linda de não dizer uma tolice!

**Sr. d. m. António Toste:** – Não fiz uma afirmação; fiz uma pergunta!

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – ... E eu já lhe respondi!

**Sr. d. m. António Toste:** – Não me enterrei, coisa nenhuma! Enterrado, está o senhor há muito tempo porque, se bem se lembra, foi o senhor que escreveu para o jornal, bem ao seu estilo, que haveria um desmame na altura das eleições regionais, esse desmame foi a grande derrota do seu partido e talvez haja mais um agora em outubro!

Mudando de assunto, acho que o senhor não gosta da Ribeirinha e as pessoas já se aperceberam disso...

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Quem lhe disse isso?

**Sr. d. m. António Toste:** – Quando o senhor fala da Ribeirinha ou da sua escola, puxa sempre para baixo, o que demonstra claramente que está contra aquela freguesia e não vejo porquê, mas as pessoas estão a perceber isso e será um bom sinal para uma resposta futura.

A Ribeirinha é uma freguesia típica da ilha Terceira e talvez dos Açores. Tem muitas dificuldades de acessos desde há 445 anos que serão comemorados este ano. Tenho lutado junto da Câmara de Angra e do Governo Regional porque assumi que haveria de fazer tudo o que estivesse ao meu alcance, enquanto presidente de Junta.

Temos uma zona mais desfavorecida, que é a zona da Serra, onde há mais dificuldades e as pessoas têm menos meios e falta de dinheiro. Deveria ser feita uma grande obra ao nível dos acessos mas ficou parada no tempo. Houve uma polémica enorme, lançada pelo CDS-PP e pelo PSD...

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Legítima, legítima!

**Sr. d. m. António Toste:** – Legítima para os senhores! Aquilo diz unicamente respeito às pessoas da Ribeirinha. Vocês não ouviram o povo nem o presidente da Junta da Ribeirinha; falaram de cor sem saberem o que estavam a dizer!

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O que o senhor está a dizer é de uma irresponsabilidade tremenda!

**Sr. d. m. António Toste:** – Irresponsável é o senhor! Basta lermos os artigos que o senhor escreve para percebermos isso claramente!

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Se o senhor não gosta...

**Sr. d. m. António Toste:** – Eu não tenho que gostar ou deixar de gostar; o povo é que vota!

Os senhores tiveram uma ideia errada da escola e veremos quem terá razão na altura da sua inauguração. É certo que sofreu alguns atrasos mas está ali uma grande obra! Todos nós

conhecemos e penso que o senhor também conhece as razões desses atrasos que se deveram às empresas.

Já o disse e volto a dizer que será a melhor escola primária da região, do continente ou da Europa; é uma escola de excelência. Há pouco, o senhor disse que, no mínimo, as coisas devem ser feitas em condições. Aqui, quando há dinheiro a mais é um problema; as Doze Ribeiras, com dinheiro a menos, também são um problema.

Estamos perante uma grande obra. Não interessa se aquele arruamento não foi feito por dificuldades financeiras ou qualquer outra razão, mas estava previsto desde a presidência da Câmara do doutor Joaquim Ponte com a finalidade de ligar a parte antiga à parte nova da freguesia porque não temos um acesso fácil e agora vai servir também a escola.

O senhor falou há dias da ribeira da Ribeirinha. Fala-se em agir ou reagir e a aquela foi uma grande obra, contestada por muita gente na altura, mas foi feita antes que acontecesse alguma coisa. Todos vimos o que aconteceu no Porto Judeu, em S. Miguel ou noutras ilhas.

A ribeira da Ribeirinha tem um problema tão grave como o do Porto Judeu. No Porto Judeu existem construções dentro da ribeira e na Ribeirinha também há quintais e casas por cima da ribeira. Foi feita uma reparação na parte aberta mas não pudemos fazer nada onde existem os quintais e as casas que estão em perigo.

Não temos garantias a 100% de que nada aconteça ali mas fez-se uma grande obra com a consolidação das paredes e dos fundos da ribeira e acabámos com a deposição de lixos. Foi uma obra pensada antes que algo de mau aconteça mas ninguém a valoriza porque é mais fácil de se falar depois de as coisas acontecerem.

O senhor e o seu partido nunca preveem antes; no PSD, fazem sempre ao contrário, como é habitual. As obras estão à vista de todos, quer o senhor as critique bem ou mal; o povo, que é soberano, avaliará as obras da Câmara e das Juntas de Freguesia nas eleições de outubro.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Senhor presidente da Assembleia e Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais, muito boa tarde a todos.

Vou falar um pouco do orçamento, subscrevendo o que disse o senhor António Maio. Como gosto de falar apenas do que sei, usando o coração, não posso passar sem dizer que a obra do pavilhão do Posto Santo estava adjudicada mas não reunia as condições necessárias e a senhora presidente disse que não andava aqui a fazer obras só por fazer; ouviu as preocupações da população do Posto Santo e dos praticantes de desporto e meteu os pés ao caminho para resolver a situação.

Infelizmente, sabemos que os *timings* para se resolver alguma coisa são sempre a correr com 90 dias para aqui, 90 dias para ali, as coisas resolvem-se sempre em cima dos prazos e o tempo passa mas espero que possamos sentir o gosto de iniciar aquela obra ainda neste mandato.

Gostaria de lembrar que a senhora presidente está a fazer tudo com uma equipa reduzida que não tem maioria com 2 vereadores a fazerem o trabalho que antes era feito por 4 ou 5, o que tentamos esquecer porque não queremos despir algumas camisolas políticas.

Já que hoje se tem falado aqui muito do país, gostaria também de realçar que, ultimamente, as freguesias têm sido muito mal tratadas e ninguém falou disso. Ainda aguardo que alguém prove que ganharemos um cêntimo sequer, com a fusão ou extinção de muitas freguesias, algo que vai contra o poder local de proximidade.

Por falar nisso, destaco também a forma como a senhora presidente tem vindo a trabalhar, desenvolvendo um trabalho de imparcialidade e igualdade na cidade, no concelho e nas

freguesias. Quero dar-lhe os parabéns por ter sido imparcial nas delegações de competências e por estar sempre disponível.

Também subscrevo o que foi dito a respeito do senhor presidente da Assembleia. Tudo seria muito melhor para todos nós se tivéssemos muitas mais pessoas a trabalharem desta forma no meio político, colaborando na defesa do concelho e da ilha.

### ***Interrupção dos trabalhos para almoço.***

### ***Recomeço os trabalhos às 14h26m.***

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Muito boa tarde a todos. Em primeiro lugar quero fazer algumas correções e assumir a minha imprecisão relativa à questão do IHRU. Em segundo lugar, gostaria de referir uma incorreção constante da página 44 do relatório de gestão visto que a capacidade de endividamento da Câmara não é de € 2 000 000,00 mas sim de € 1 010 000,00, ou seja, metade; é o valor que consta aqui. Passo a citar: «*A margem de endividamento bancário cresceu na ordem dos 22,8% face a 2011, atingindo 1,01 milhões de euros.*» Confere a percentagem mas não conferem os 2 milhões.

Queria responder ao senhor deputado João Santos mas ele não está presente, por isso vou esperar que regresse do almoço.

Doutor António Maio, sem querer, o senhor veio de encontro às minhas intervenções nesta casa assumindo que, de facto, os orçamentos anteriores eram ainda piores do que este e o senhor sempre os defendeu e elogiou. Salientou execuções orçamentais com valores na ordem dos 80% na grande maioria das rubricas, exceto nas mais importantes que são os investimentos. Desta vez quase chegaram lá mas o cumprimento das promessas, que se mantêm, ficam abaixo dos 60% e isso, numa execução orçamental é, invariavelmente mau.

Lembro que no orçamento para 2012 estavam previstos, para 2013, a execução de € 3 000 000,00 em obras no mercado Duque de Bragança; não havendo esses investimentos, é claro que chegamos ao fim dos exercícios com resultados líquidos positivos.

Quanto à ata que citou do ano passado, reafirmo tudo o que disse na altura sem retirar uma vírgula.

Senhor deputado António Toste. Como de costume, o senhor perdeu uma oportunidade para não dizer tolices acerca de sondagens e outras coisas que referiu. Eu gosto muito da Ribeirinha e de muita gente da Ribeirinha mas, tal como o senhor não gosta do meu mandato como membro da oposição, eu também não gosto do seu mandato na Junta da Ribeirinha e podemos assumir isso com toda a frontalidade em democracia.

É o seu mandato na Junta que me afeta porque me afeta a falta de equidade relativamente às condições que lhe são dadas para governar aquela freguesia, face às que são dadas aos outros presidentes de Junta do concelho e até da ilha. Não acredito que não haja na sua bancada colegas seus que se sintam altamente incomodados com o facto de o senhor ter condições que mais ninguém tem.

O senhor é um presidente de Junta satisfeito, com boas condições para trabalhar; ótimo para si e para a sua freguesia, consoante algumas escolhas, umas melhores, outras menos boas, mas lá chegaremos. A falta de equidade em relação a outros presidentes de Junta é uma coisa gritante.

A Ribeirinha tem direito a meios que mais nenhuma outra freguesia tem e gasta como se não houvesse amanhã; é uma festa como aquela descrita pela ex-ministra da educação de José Sócrates, a Maria de Lurdes Rodrigues que dizia que, o que foi feito com as escolas no país

no tempo de Sócrates foi uma festa. Se calhar, com a escola da Ribeirinha é uma festa parecida.

Gostaria que me respondesse em que é que a Ribeirinha é diferente da Agualva, do Porto Judeu, das Quatro Ribeiras, de Santa Bárbara ou de outra Junta de Freguesia qualquer, para que tenha um tratamento tão diferenciado!

O que eu defendo aqui não é nada contra a Ribeirinha; é equidade a favor de toda a gente mas é um facto que é diferente e os seus colegas calam-se, aceitam e ficam sem as obras. Pelos vistos, vale gritar mais. Como o senhor grita muito, tem muito, os outros têm menos porque gritam menos!

Se houver na Ribeirinha uma catástrofe ambiental com as proporções das que aconteceram no Porto Judeu, na Agualva ou nas Quatro Ribeiras, de acordo com os técnicos da Direção Regional do Ambiente (não fui eu que inventei isto), aquela obra que está feita na ribeira pode potenciar uma catástrofe de dimensões incalculáveis porque o que ali está feito acelera a velocidade das águas! Até, parques infantis, o senhor construiu no leito da ribeira lá em cima na serra; é verdade, sim senhor! Ainda bem que nunca houve e esperamos que nunca haja uma catástrofe na Ribeirinha como a que aconteceu recentemente no Porto Judeu.

Quanto às considerações pessoais que o senhor fez e faz e é useiro e vezeiro em utilizar, sabe muito bem o esforço que fez e o que esperneou para voltar a ser deputado na Assembleia Regional! Sabe muito bem as chantagens e as pressões que fez, ameaçando até deixar de ser candidato à Junta da Ribeirinha nestas eleições! Nem no Banco onde o senhor tem o seu emprego de origem há quem queira trabalhar consigo e o senhor sabe muito bem disso! Até teve dificuldade em regressar ao seu posto de trabalho!

Não lhe admito que teça considerações nesta casa, seja de que tipo for, acerca da minha competência, das minhas capacidades ou do que quer que seja a nível pessoal! Tenha paciência! Se o senhor não gosta de ouvir, há de se comedir ao dizer.

De facto, o senhor tem ganho eleições democraticamente na Ribeirinha; o povo é soberano, mas tem que admitir que as oposições existem. Se o PSD tiver que perder, há-de perder sempre na Ribeirinha, mas prezo muito que não conte com pessoas com características parecidas com as suas, graças a Deus!

**Sr. d. m. António Maio:** – Ainda bem que sou eu a intervir de imediato a seguir ao senhor deputado Luís Rendeiro. Peço desculpa por dizê-lo mas assumo sempre o compromisso prévio de não entrar em diálogo com o senhor deputado, porque muitas vezes não lhe reconheço idoneidade e capacidade para isso. Lamento dizer isto mas é o que sinto.

Tenho que dizer que é completamente falso e muito grave o que o senhor deputado acabou de dizer a respeito do senhor deputado António Toste. O senhor disse que ele teve dificuldades em regressar ao seu posto de trabalho porque o banco não o queria, o que é rigorosamente mentira!

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Eu não disse, o banco; disse, os colegas!

**Sr. d. m. António Maio:** – O senhor disse que era o banco; o senhor falou no banco...

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Eu referi-me os colegas!

**Sr. d. m. António Maio:** – O senhor falou no banco mas isso depois vê-se na ata! Oh, senhor deputado, eu sou o diretor geral daquela instituição e posso afirmar aqui perante todos que o senhor António Toste é um excelente colaborador bancário. Fiz muita força para ele continuar e recebia-o de volta com imenso agrado.

O senhor António Toste fez um excelente trabalho na agência de S. Mateus onde trabalhava. É um excelente colaborador em qualquer sítio e ele sabe bem que isto não é conversa de



circunstância; ele sabe bem tudo quanto fiz. Tivemos conversas prévias ao mais alto nível e o conselho de administração fez toda a força para que o senhor deputado pudesse voltar a trabalhar para a Caixa...

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O senhor sabe o que é que se inquietou...

**Sr. d. m. António Maio:** – O senhor não me interrompa! Se quer falar, inscreva-se. Já me falta a paciência para falar consigo porque o senhor já ultrapassou os limites. O que o senhor disse é muito falso e tem que ficar registado em ata!

Tenho pena que o senhor deputado Joaquim Ponte não esteja presente porque gostaria de esclarecer um pormenor para ficar em ata. Na sua intervenção de há pouco, o senhor deputado disse que o FMI estava em Portugal pela 3ª vez e que, nas duas vezes anteriores, resolveu problemas deixados pelo Partido Socialista mas passou-se rigorosamente o contrário.

O Fundo Monetário Internacional interveio em Portugal em 1977 e em 1983 com a ajuda do PS que era governo. Em 1977, no I Governo Constitucional, estava em coligação com o CDS e o ministro das finanças de então, era o doutor Vítor Constâncio.

A segunda vez foi em 1983-1985 com o Bloco Central em que o ministro das finanças era o senhor Hernâni Lopes, o primeiro-ministro era o doutor Mário Soares e o vice-primeiro-ministro era o doutor Mota Pinto. Quer de uma, quer da outra vez, quem salvou o país foi o Partido Socialista pela liderança de Mário Soares. Temos que ser rigorosos e isto tem que ficar em ata porque teria ficado mal com a minha consciência se não o referisse; o senhor deputado Joaquim Ponte tinha obrigação de saber disto.

O país resolveu o seu problema com plena eficácia sem o apertar de cinto que agora se verifica. Pergunto se faz sentido que se aumente o IVA na restauração de 13 para 23%! Os industriais da restauração dizem que não faz qualquer sentido porque a receita arrecadada baixou.

Passando agora à parte da conta, pergunto à senhora presidente se a Câmara está a fazer alguma diligência no sentido da recuperação dos valores do IRS que não foram pagos em 2009 e 2010.

Temos conhecimento que o desemprego aumentou no concelho. Haverá casos de carência social que estarão a ser acompanhados pela Segurança Social, mas gostaria de perguntar ainda à senhora presidente se esta Câmara tem sentido essa situação e, que medidas têm tomado a este respeito. Penso que a senhora presidente é uma pessoa com muita sensibilidade e formação profissional e académica nesta matéria.

Finalmente e como foi dito há pouco, a capacidade de endividamento é pouco superior a um milhão de euros, apesar de ter aumentado neste mandato. A senhora presidente já afirmou aqui ou deu a entender que não se vai recandidatar. Uma vez que demonstra conhecimento de todos os *dossiers* da Câmara, o que acho louvável porque está aqui há pouco mais de um ano e domina todas as matérias com grande à vontade, gostaria que me dissesse se acha que esta capacidade de endividamento é suficiente para que a Câmara realize os projetos em curso como o mercado Duque de Bragança, o Teatro Angrense, a escola de Santa Bárbara, etc., sabendo que há também uma forte participação dos fundos comunitários.

**Sr. d. m. António Toste:** – Senhor deputado Luís Rendeiro, não vou descer ao seu nível. Eu falo de situações políticas e não de casos particulares e há pouco não o ofendi; fiz-lhe uma pergunta da mesma maneira que o senhor fez uma pergunta à senhora presidente da Câmara. Sei bem o que disse. Não afirmei; apenas perguntei e não o ofendi em nada. É lamentável que o senhor faça isso aqui mas, conhecendo-o da maneira que o conheço e lendo o que escreve para o jornal, não é de espantar a arrogância que o senhor tem.

Com essas suas tomadas de posição é derrota atrás de derrota, desfavorece o PSD e favorece o PS; é o que se tem visto. Se o senhor continuar por esse caminho, haverá mais derrotas para o seu partido.

Lamento profundamente a sua falta de atitude para comigo porque não fui indelicado consigo, não o acusei de nada e o senhor fez aqui afirmações graves e mentirosas! Não se deve chamar mentiroso a ninguém mas, neste caso, eu afirmo aqui que o senhor é um mentiroso! Eu tenho uma carta escrita há muitos anos que confirma o que disse aqui o doutor Maio, o que a Caixa pensa a meu respeito e se me quer lá ou não.

Não estou mal com os meus colegas. Hoje chego à Caixa e vejo que, mais de 50% dos meus colegas são gente nova que não estava quando eu lá estava. Não estou mal com ninguém, não acredito que um colega meu diga isso mas pode haver algum colega seu com a doença do PSD que lhe transmita isso. Pode haver um caso pessoal mas, no geral, ninguém diz uma coisa dessas porque, o que o senhor acabou de dizer aqui, é uma grandíssima mentira!

Quanto à minha função de deputado, é mais uma mentira! Das 3 vezes que fui convidado para ser deputado, nunca exigi nada ao meu partido; aceitei de alma e coração, pela minha terra, pela minha freguesia e pela minha região e o senhor não pode afirmar o contrário!

Mais uma vez, o senhor é um grandíssimo mentiroso! É mentiroso demais! É mentira! O senhor prove que isso é verdade! O senhor tem que provar aquilo que diz e não tem condições de o fazer! Tem que ficar escrito em ata que o senhor é mentiroso por causa do que disse em relação à minha pessoa!

**Sr. presidente da Mesa:** – Senhor deputado António Toste, peço que tenha contenção. Não vale a pena estar a...

**Sr. d. m. António Toste:** – Senhor presidente, peço desculpa pelo tom que estou a usar mas aquele senhor deputado vai ter que provar o que disse a respeito dos meus colegas não me quererem e de eu fazer chantagens com o PS.

Sei que não é delicado da minha parte chamar-lhe mentiroso mas quero que fique bem escrito em letras grandes que o senhor deputado Luís Rendeiro, quanto ao que disse da minha pessoa, António Toste, é MEN-TI-RO-SO! Ele tem que provar aquilo que disse! Uma coisa é falar de questões políticas, a outra, é falar de questões pessoais e dizer mentiras! O termo é esse: mentira!

O facto de a minha freguesia ter condições que mais ninguém tem, não é verdade. Eu tenho delegações de competências e protocolos com a Câmara Municipal como todos os outros mas cada um gere-os da maneira que quiser e souber procurando o melhor para a sua terra.

Eu fiz na Ribeirinha o que não foi feito no tempo do PSD; fiz acessibilidades para criar melhores condições para a minha freguesia. O que a Câmara fez até aos dias de hoje foi asfaltar um desses caminhos e a Junta de Freguesia abriu 4 arruamentos.

Enquanto vejo aqui muitos presidentes de Junta a pedirem à Câmara que faça os arruamentos, os muros, que canalize a água ou asfalto, o presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, António Toste, abriu 4 arruamentos na freguesia com esse dinheiro e a Câmara tem vindo a pavimentá-los; foi uma opção minha de acordo com o que os cidadãos da Ribeirinha querem e não de acordo com o que o senhor ou o seu partido querem, porque, se fosse pelo seu partido, a zona da Serra da Ribeirinha ainda hoje seria a desgraça daquele tempo. Hoje é mil vezes melhor e as pessoas é que provam isso. Eu apenas faço o meu trabalho, as pessoas é que o avaliam e o senhor está aqui para falar mal, o que é lamentável!

Todos os presidentes de Junta precisam do apoio da sua câmara e do seu governo. Os partidos só sabem criticar e dizerem que está mal. Quando se gastou demais é porque se gastou

demais, quando se gastou de menos é porque se gastou de menos. Não me interessa se há mais ou menos betão; o que me interessa é ir ao encontro do que as pessoas precisam.

Na minha freguesia falo com toda a gente de Santo Amaro à Serra para perceber as necessidades da população; é o que tenho feito ao longo dos tempos. Eu sei que lhe custa ver uma freguesia em evolução! As pessoas veem e avaliam o trabalho.

Quem concorre às eleições trabalhando, tem mais probabilidades de ganhar do que aquele que não trabalha e é isso que lhe custa! Em 2004 fiz o que os outros não tinham feito: passei a Ribeirinha do PSD para o PS, isso custa-lhe e vai custar-lhe por muito mais tempo!

Lamento profundamente porque não queria entrar em discussões pessoais consigo nem com ninguém porque não é essa a minha maneira de estar. Quero falar de coisas políticas desde a escola ao caminho, se está bem ou se está mal. O nosso dever enquanto políticos e órgãos autárquicos ou do governo, é ir de encontro ao que as populações precisam e é isso que fazemos.

Nem o senhor, nem o CDS-PP se preocuparam minimamente em saber se o povo da Ribeirinha quer ou precisa daquela escola. Disse aqui por várias vezes e escrevi para o jornal que estava de portas abertas na Junta para receber o PSD e o CDS-PP e nenhum destes partidos procurou o presidente da Junta. Não falam com as pessoas; falam daquilo que não sabem nos jornais e eu não estou para essas politiquices.

Eu não digo o que diz a senhora presidente; se tenho que fazer a parte política, faço-a sem problemas nenhuns e também faço o meu trabalho que está à vista de todos mas não é para si porque estou-me pouco importando se o senhor gosta ou não; isso a mim não me diz nada! É como o senhor costuma dizer: estou-me lixando para isso! O que me preocupa é se o povo da minha freguesia está satisfeito com o que lá está a ser feito; é essa a minha preocupação.

**Sr. presidente da Mesa:** – Queira concluir, senhor deputado.

**Sr. d. m. António Toste:** – Esqueci-me de falar da ribeira. Senhor presidente! dê-me só mais um minuto, para falar da obra da ribeira.

**Sr. presidente da Mesa:** – Senhor deputado! Peço desculpa mas já ultrapassou o seu tempo.

**Sr. d. m. António Toste:** – Então vou inscrever-me para intervir mais uma vez para explicar a obra da ribeira àquele senhor porque, pelos vistos, ele não percebeu.

**Sr. presidente da Mesa:** – O senhor deputado António Toste não pode voltar a inscrever-se neste ponto da ordem dos trabalhos, a não ser para a defesa da honra, se for caso disso. Tem a palavra o senhor deputado Luís Rendeiro para defesa da honra.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – É óbvio que não vou ser delator dos seus colegas da Caixa da Misericórdia que confidenciaram as questões que aqui levantei mas também é óbvio que o dedo foi tão metido na ferida que o senhor sentiu todo esse incómodo; caso contrário, a sua reação não teria sido essa.

Quanto à questão central, que é a equidade de tratamento entre as Juntas de Freguesia, vamos conversar acerca de escolas; fale com o seu colega da freguesia de Santa Bárbara e pergunte-lhe se teve os mesmos meios e o mesmo tratamento.

Nenhuma das questões que aqui apontei me foi respondida, a não ser a calúnia e os insultos de sua parte.

**Sr. d. m. António Toste:** – Eu não o insultei; chamei-lhe mentiroso!

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Deu-me beijinhos, com certeza. A sua linguagem e o seu comportamento nesta Assembleia foram graves e o senhor esteve, com certeza, muito

ocupado a trabalhar na sua freguesia ou teve umas férias bem grandes desde o fim do último ciclo eleitoral até ter tomado posse até agora.

**Sr. d. m. António Toste:** – Senhor presidente, peço a palavra para defesa da honra.

**Sr. presidente da Mesa:** – Oh, senhor deputado António Toste, a intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro não justificou que o senhor pedisse a palavra para defesa da honra. Ele esclareceu o que quis dizer na sua primeira intervenção a respeito de alguns colegas seus e não vamos resolver esse problema aqui. O senhor já disse que tinha um documento da direção da Caixa e poderá apresentá-lo quando quiser; temos aqui 2 posições antagónicas, por isso, estamos esclarecidos.

**Sr. d. m. António Maio:** – Não preciso de intervir em defesa do senhor deputado António Toste mas, não é ofensivo dizer-se aqui que os colegas não o querem no local de trabalho? Isto é do mais ofensivo que há! Se não há direito a defesa da honra, não sei o que é isso!

**Sr. presidente da Mesa:** – Senhores deputados; quando o presidente da Assembleia pede contenção, por alguma razão é. O senhor deputado Luís Rendeiro referiu que havia alguns colegas seus que não gostavam de si, o que é perfeitamente normal e humano, mas a sua afirmação fica com ele! Os senhores não vão passar o resto da tarde a dizerem que um fala a verdade e o outro está a mentir! Já percebemos ambas as partes.

Senhor deputado António Toste; o senhor administrador da Caixa já disse que tinha uma carta na defesa da sua pessoa. O que é que o senhor quer provar mais aqui? Cada um fica com a posição que tomou e ponto final.

Peço desculpa mas não há mais nada a esclarecer aqui porque todos já percebemos qual foi a posição do senhor deputado Luís Rendeiro e a do senhor deputado António Toste. Não se trata de estar a defender um ou o outro e estamos a divergir do que é essencial neste debate.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Pedi a palavra porque o CDS-PP foi aqui referido 2 ou 3 vezes como tendo alguma coisa a ver com a história da famosa escola da Ribeirinha. Para que fique claro, o CDS levantou questões de transparência e legalidade em relação a alguns processos sobejamente conhecidos sobre a transferência de propriedade e localização do terreno da Ribeirinha.

Em segundo lugar, visto que temos escolas vazias no concelho, é perfeitamente legítimo falar-se da oportunidade de mais uma escola e da sua localização porque o dinheiro para a sua construção não saiu do orçamento da Junta. A Junta poderá dar a sua opinião mas os partidos ouvi-la-ão apenas se assim o entenderem porque se trata de orçamentos municipais e regionais e a discussão deve ter lugar no sítio próprio.

Com o devido respeito, é óbvio que a população puxa a si o mais possível mas cabe à classe política, a decisão se o investimento deverá ser feito ali ou acolá porque não faz sentido que se construa uma escola onde não há crianças, assim como não fará sentido a construção de um centro de dia numa freguesia onde não haja idosos; as coisas devem ser devidamente ponderadas.

O CDS-PP tem toda a legitimidade para fazer uma apreciação política e fê-lo, independentemente de ser a favor ou contra a construção de uma escola na Ribeirinha; teve toda a legitimidade para contestar o terreno e apresentou alternativas em relação a outros espaços. É um processo perfeitamente transparente e legítimo do ponto de vista político, assim como foram legítimas as dúvidas do CDS em relação à transparência ou àquilo que possa ter acontecido na transferência dos terrenos; tanto quanto sei, o assunto está resolvido e arrumado.

É óbvio que é preciso contestar o local da escola. Ainda a semana passada se discutia os maus resultados em tantas escolas de elevada qualidade nos Açores. Os resultados obtidos pelos alunos açorianos são dos piores ao nível do país, um fenómeno que, se calhar, ultrapassa a governação; é uma questão pertinente e deve dar que pensar.

**Sr. presidente da Mesa:** – Não há mais intervenções para este 2º período... Oh, senhor deputado António Toste; o senhor sabe que o regimento diz que há a possibilidade de cada deputado se inscrever por 2 vezes relativamente a cada matéria e o senhor já o fez. É o que diz o regimento e eu não posso ultrapassá-lo! Toda a gente poderia falar da Ribeirinha mas o senhor não tem direito a voltar a intervir; peço-lhe imensa desculpa. O tratamento é igual para toda a gente.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Vou acrescentar uma coisa ao que disse o doutor António Maio sobre as ajudas do FMI nas alturas dos governos do PS. Relembro à casa que, na altura, os governos tinham a moeda própria em seu poder, um instrumento que não têm agora.

Se hoje em dia temos que aumentar impostos e aplicar outras políticas para podermos fazer face às exigências que nos são impostas, na altura podíamos desvalorizar a moeda. Como o senhor bem sabe, a utilização desse instrumento surte o efeito do empobrecimento da população assim como o aumento de impostos.

Há bocadinho senti-me um ligeiramente ofendida pelo senhor doutor António Maio ter dito que, ao contrário de outras legislaturas, não havia ninguém ao seu nível nesta bancada para discutir questões económicas mas, para que conste, temos aqui 2 pessoas da sua área. Se o compreendi mal, peço desculpa.

**Sr. d. m. António Maio:** – Eu queria dizer precisamente o contrário. Sabendo que havia pessoas credenciadas para o poderem fazer, não o faziam; foi isso que quis dizer. Longe de mim querer diminuir a vossa capacidade que, aliás, já reconheci em intervenções anteriores. Isso deve estar escrito em ata mas, às vezes, as palavras atraíam-nos.

Não era isso que estava no meu pensamento mas, já agora, a senhora permita-me que lhe diga que nunca a ouvi falar a respeito de questões da conta, do orçamento ou de outras matérias. A senhora nunca falou e eu gostaria de debater com quem sabe; foi isso que quis dizer.

**Sra. presidente da Câmara:** – Em resposta às questões colocadas à Câmara a respeito do IRS de 2009 e 2010, efetivamente, a Câmara avançou para o tribunal, que decidiu a nosso favor, mas o Estado recorreu ao supremo tribunal. Como o tribunal deu razões ao Estado em outras situações semelhantes, estamos a aguardar a deliberação mas não ficaremos surpreendidos se as coisas ficarem assim.

Em relação às ações que a Câmara possa tomar no combate ao desemprego no concelho, para além do apoio que já prestamos aos estratos sociais desfavorecidos e outras medidas diversas que aplicamos como os apoios ao desporto, por exemplo, há que lembrar que a ação social é quem normalmente assume esta função. O município, por sua vez, reduz tarifários, avançaremos para os pagamentos a 30 dias já a partir de 1 de maio e já aplicamos as taxas mínimas de IMI, além da integração de diversos outros programas.

Quanto à questão que me foi colocada a respeito da suficiência de verba para os processos em curso, não estamos a pensar em qualquer endividamento porque vamos concorrer a fundos comunitários e, em princípio, os fundos próprios da autarquia farão face aos restantes 15%.

*Não se registando mais intervenções e postos à votação, os Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2012, constantes do Ponto 1.2, foram aprovados por maioria com 26 votos a favor (19 do PS, 6 do PSD, 1 do deputado municipal independente), 3 abstenções do CDS-PP e 5 votos contra do PSD.*

**1.3 - Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados referentes ao exercício de 2012, para apreciação e votação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, apresentando os seguintes resultados:**

**Demonstração dos Resultados do Exercício:**

- **Custos e Perdas:** 7 463 011,85€ (sete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, onze euros e oitenta e sete cêntimos).
- **Proveitos e Ganhos:** 7 653 004,23€ (sete milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatro euros e vinte e três cêntimos).
- **Resultado Líquido do Exercício:** 189 992,38€ (cento e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e dois euros e trinta e oito cêntimos).

**Fluxos Financeiros:**

- **Saldo inicial:** 664 714,69€ (seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e catorze euros e sessenta e nove cêntimos).
- **Receitas Arrecadadas:** 7 179 654,85€ (sete milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos).
- **Despesas Efetuadas:** 7 291 023,87€ (sete milhões, duzentos e noventa e um mil, vinte e três euros e oitenta e sete cêntimos).
- **Saldo Final:** 553 345,67€ (quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos).

**No relatório de gestão, a Diretora-Delegada Maria do Anjo Ekström analisa os factos mais relevantes dos diferentes setores de atividade e propõe, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, que o resultado líquido do exercício de 2012, no valor negativo de € 189 992,38 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e dois euros e trinta e oito cêntimos) seja transferido na totalidade para a conta 59 “resultados transitados”.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Chamo a atenção para as mesmas notas prévias apresentadas, ou seja, as leis que entraram em vigor, nomeadamente a LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), as revisões orgânicas, as chefias, etc., que também tiveram implicações nos resultados deste ano.

Falando em prestações de contas por resultados, no que diz respeito às receitas, houve uma redução de 23% de 2011 para 2012 o que representa menos 9,51% em termos de taxas de execução.

Há uma redução de 63% nas receitas de capital com uma execução da receita de 28%. Em termos de receitas totais existe menos 32% de verba e uma execução das receitas totais de menos 18%. Mesmo assim há uma execução das receitas correntes de 97%, as receitas de capital situam-se nos 96% e as receitas totais são de 97,01%.

Em 2012 a despesa corrente apresentou uma execução de 93,73%, a despesa de capital registou uma execução de 81,52% e a despesa total situou-se nos 90,56%.

No que diz respeito às taxas de crescimento, em termos financeiros, falamos de menos 8% nas despesas correntes e menos 1,3% em termos de execução.

Nas despesas de capital temos menos 20% em termos financeiros e há menos 9,56% em termos de execução.

Houve um aumento na execução de 7,05% na despesa total o que representa menos 12% em termos financeiros.

Apresentámos um resultado líquido do exercício negativo de € 189 992,38 e o saldo de gerência é de € 553 345,67.

Neste caso dos Serviços Municipalizados, salienta-se que as taxas de execução são ao nível da faturação e não dizem respeito ao pagamento.

Se surgir alguma questão mais técnica a respeito do resultado líquido negativo do exercício, à qual eu não saiba responder porque passei a integrar os Serviços Municipalizados apenas no fim do ano, se o senhor presidente da Mesa permitir, temos presente a técnica da área dos Serviços para algum esclarecimento adicional.

O resultado líquido negativo tem a ver com as amortizações. Foi detetado um erro na forma como a amortização estava a ser calculada, com a receita a ser calculada a 3 anos e a despesa a 10. Quando se encontraram as contas, obteve-se resultado líquido negativo.

Se este acerto de contas tivesse sido feito anteriormente, nomeadamente no ano passado, já teria dado este mesmo resultado. Houve a opção de reconhecer isto este ano de se fazer este acerto em 2012 porque percebemos que havia um erro contabilístico que teve que ser corrigido; assim, reflete um resultado que, em termos de contabilidade, se apresenta negativo mas, se formos a ver saldos de gerência e tesouraria, não correspondem a esse resultado negativo.

É preciso fazer um alerta. No início deste ano optou-se por não aumentar os tarifários dos Serviços Municipalizados mas, neste momento, as receitas do fornecimento de água e recolha de resíduos sólidos, que assumem uma componente negativa muito forte, não são suficientes para fazerem face às despesas, o que quer dizer que, com estes tarifários, os serviços começarão a pagar para fornecerem as populações.

Isto vai provavelmente ser corrigido em termos de lei a curto prazo; se calhar, no próximo ano, a lei vai obrigar a que, entidades como os Serviços Municipalizados cobrem pelo menos o suficiente para fazerem face às despesas.

Foi tomada uma decisão no início deste ano. Havia uma adequação da taxa de ERSARA e uma ligeira adaptação nos serviços agrícolas que, se tivesse sido aplicada, esta situação não estaria a acontecer.

Esta opção tem que ser repensada no futuro. Neste momento não estamos ainda numa situação preocupante mas poderemos vir a estar se não subirmos os tarifários. Sei que ninguém gosta de assumir esta responsabilidade mas é um aspeto a ter em atenção.

Assim, o aspeto primordial a destacar é a escassez desta receita, num ano em que baixou muito o consumo de água; é difícil perceber se as pessoas têm vindo a economizar ou se isso se deveu ao ano chuvoso que temos tido.

Em despesas de capital, evidencio a conduta e o reservatório do Poejo, o projeto de execução do Chafariz Velho/Figueiras Pretas e o programa de Telegestão.

No que toca às despesas correntes, é novamente no pessoal e na aquisição de bens e serviços que se encontram os valores mais expressivos.

Em 2012 o prazo médio de pagamento a fornecedores foi de 59 dias, o que manifesta o esforço que o município tem estado a desenvolver.

O seu endividamento é de € 2 039 621,38 e é preciso ter em atenção que a despesa do município relacionada com os Serviços Municipalizados, passa a estar refletida nas próprias contas dos Serviços que passaram a assumir as suas responsabilidades perante a banca.

As dívidas a terceiros situam-se nos € 396 740,00, menos 150% do que em 2011.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Manifestamos a nossa satisfação por não haver aumento nos tarifários, algo que temos pedido por diversas vezes ao longo deste e de outros mandatos; penso que qualquer pessoa aqui presente compreende a importância de uma medida dessa natureza, face à situação económica e social que vivemos.

Antes de ponderarem proceder a aumentos futuros dos tarifários para fazerem face à cobertura das despesas, sugiro que os Serviços Municipalizados façam algo que temos vindo a propor há vários anos, focando-se mais nos 2 serviços que são o seu *core business*, a gestão dos resíduos sólidos e o abastecimento de água, e se desliguem um pouco de outras intervenções de âmbito pedagógico, embora lhes reconheçamos alguma importância.

Numa altura em que é importante não onerar mais as famílias, julgo que é preferível deixar passar mais 2 ou 3 anos com menos campanhas de sensibilização, mantendo os tarifários, do que insistir em algumas atividades fora do eixo do *core business*.

Relembro que discordámos com o que nos foi dito aqui recentemente pela vereação da altura a respeito do *outsourcing* que os Serviços Municipalizados deveriam fazer com a subcontratação da gestão dos resíduos e da água com pedagogia e ações de formação noutras áreas de planeamento e intervenção, porque achamos que estes são os serviços públicos básicos e necessários.

Se a Câmara quiser concessionar os serviços, deve fazê-lo mas não precisa de manter uma estrutura com os serviços que o município presta à população em 2 áreas essenciais, como a gestão dos resíduos e das águas, apenas para gerir contratos porque, para isso, o gabinete jurídico da autarquia serve perfeitamente. Não é isto que a Câmara está a fazer mas era uma intenção anunciada há 2 ou 3 anos no decorrer deste mandato com outro elenco camarário aí nessa mesa.

Felicito as iniciativas contrárias a esta porque achamos que é importante manter esta lógica devido à otimização dos recursos. No período de vereação que referi, todo o aumento de despesa dos Serviços Municipalizados foi sustentado por aumentos de tarifário o que, felizmente, não está a acontecer agora.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O senhor deputado Nuno Melo Alves já esvaziou o conteúdo das referências que eu ia fazer; estou de acordo com a generalidade da sua intervenção e acrescento que se nota uma diferença significativa no grau de execução do investimento dos Serviços Municipalizados em relação à Câmara Municipal.

**Sr. d. m. António Maio:** – Também creio que o essencial está dito mas quero felicitar quem fez este extenso e bem elaborado relatório de prestação de contas que merece ser lido com atenção e é uma peça notável de informação ao serviço dos munícipes em geral, de nós deputados e de quem decide e acompanha a gestão dos Serviços.

Nunca é demais dizer que, com a certificação e o Parecer do conselho fiscal, as contas devem ser aprovadas sem reservas. Pelo que nos foi dado observar pelos auditores externos, não há nada de negativo a apontar em relação à gestão de 2012.

Gostaria de salientar os resultados negativos que a senhora presidente já justificou, pelo ajustamento que foi efetuado à taxa de amortização dos subsídios, critério que já deveria ter sido adotado no passado. Salvo erro, foi isso que percebi aqui no relatório e pergunto porque é



que não foi feito anteriormente, visto que, certamente, os auditores externos já tinham feito a certificação em anos anteriores.

Um outro aspeto tem a ver com o aterro intermunicipal que passou a ser gerido pela TERAMB em fevereiro de 2011. É dito no relatório que ainda não se procedeu à transferência do respetivo património, por razões processuais relacionadas sobretudo com a propriedade do terreno onde o aterro está instalado. Pergunto para quando essa transferência que me parece que deve ser feita o mais rápido possível.

Penso que não se fez referência à eficiência da gestão dos Serviços ao longo do ano. O prazo médio de pagamento a fornecedores reduziu de 70 para 59 dias, o que é excelente, e o prazo de recebimentos aumentou de 79 para 87, algo que não deixará de estar alheio à crise financeira das famílias e das empresas.

Finalmente queria evidenciar o aspeto crítico que a senhora presidente levantou e que o senhor deputado Nuno Melo Alves referiu ao pormenor; subscrevo o que disse no sentido de poderem ser aperfeiçoados alguns métodos de gestão que evitem o aumento de tarifários.

Politicamente pode não ser muito correto o que a senhora presidente referiu mas é um ato muito corajoso. Uma vez mais, acho que lhe fica bem essa linguagem de clareza e frontalidade que demonstra uma boa gestão.

Não sei se esse tarifário é sustentável; se não for, existe o perigo de resultados negativos no futuro, eventualmente preocupantes para a consolidação dos Serviços. Não domino a matéria em absoluto, apenas retirei as minhas conclusões pelo que li no relatório mas, depois do que ouvi da senhora presidente, é um alerta que não pode deixar de ser tido em consideração para futuras gestões camarárias.

**Sra. presidente da Câmara:** – Não sei se fiz alguma confusão mas percebi que teria sido dito a determinada altura para se apostar menos em campanhas; certo, deputado Nuno Melo Alves?

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – O que foi dito a determinada altura foi que o papel dos Serviços Municipalizados ia ser mais didático, mais pedagógico com mais intervenção a esse nível de campanhas de informação das pessoas e que os serviços deveriam ser contratados a terceiras entidades como a TERAMB, etc. O que nós defendemos é uma filosofia diferente: ou os Serviços fazem ou mandam fazer e não precisam de existir.

**Sra. presidente da Câmara:** – Muito bem. Este ano gastaram-se € 15 000,00 em campanhas de sensibilização e foram gastos € 400 000,00 em deposição e resíduos no aterro. Por vezes, esses € 15 000,00 gastos em campanhas, refletem-se no dobro ou no triplo em poupanças.

A transferência do património para a TERAMB tem vindo a ser falada sucessivamente e terá determinado impacto nas prestações de contas, por isso tem que ser devidamente preparada, para que tanto a TERAMB como a Câmara tenham capacidade de receber esse ativo, do qual 40% será destinado à Câmara Municipal da Praia da Vitória e 60% à Câmara Municipal de Angra. Acredito que esse património será transferido dentro de 2 ou 3 anos mas depende da evolução e do próprio processo que se está a desenvolver na TERAMB.

*Não se registando mais intervenções e postos à votação, os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados referentes ao exercício de 2012, constantes do Ponto 1.3, foram aprovados por maioria com 24 votos a favor (19 do PS, 5 do PSD) e 10 abstenções (7 do PSD, 3 do CDS-PP).*

#### **1.4 – Relatório de Gestão de Contas e prestação de Contas 2012, da Empresa Municipal CULTURANGRA, EEM, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Este documento surge apenas para conhecimento. Confesso que tenho um gosto especial em apresentar estas contas, devido ao tempo em que estive envolvida na CULTURANGRA.

Foi traçado um objetivo com vista à minimização de custos e potencialização da empresa desde há alguns anos, que foi claramente alcançado numa altura em que saiu uma lei que obrigou ao seu encerramento, face aos resultados dos últimos 3 anos.

Há que evidenciar uma redução de 10% nas receitas totais da CULTURANGRA, relativamente a 2011, e uma redução de 14% relativamente a 2012. O endividamento é zero, fizemos um esforço muito grande para saldarmos todas as dívidas bancárias, regularizámos a conta caucionada, saldámos as dívidas a fornecedores e transitámos com apenas € 195 794,00, de cujo valor a maior parte diz respeito à segunda prestação da máquina de cinema que caía em março. A outra grande fatia diz respeito a impostos decorrentes do normal funcionamento da empresa. Finalmente havia também uma fatura de pouco mais de 4 000,00 euros.

Volto a referir que foi com bastante pena que encerrámos e entregámos a empresa mas fizemo-lo sem dívidas, encargos ou responsabilidades para o município de Angra; será transferida alguma verba de tesouraria e não chegou a transitar uma prestação da Câmara para a CUTURANGRA.

Informo também que as Sanjoaninas 2012 apresentaram um resultado líquido positivo de 135 000,00 euros que foi alcançado através do esforço enorme de toda a comissão das festas e houve um contexto positivo em torno da festa que se traduziu numa mais-valia para a CULTURANGRA.

Como sabem, existe um protocolo de cedência entre a Câmara, a CULTURANGRA e os seus funcionários que deixa de ter utilidade e validade com o encerramento da empresa. Pagámos todas as dívidas a fornecedores, temos a situação regularizada com todos os compromissos saldados e estamos a desenvolver todos os procedimentos para o encerramento definitivo da empresa municipal previsto para junho ou setembro.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Julgo que a situação da CULTURANGRA já foi mais que debatida em várias sessões desta Assembleia Municipal e estão absolutamente claras as posições de toda a gente mas queria deixar aqui mais algumas achegas.

Em primeiro lugar, tudo o que disse a senhora presidente é absolutamente verdade mas houve ainda uma injeção de cerca de 2 000 000,00€ de capital para despesas correntes da CULTURANGRA para equilíbrio de contas, quando estava previsto um milhão e qualquer coisa.

O maior rigor das contas das Sanjoaninas vem de encontro ao que temos referido por várias vezes porque, se agora as festas são bem geridas, elas foram mal geridas em anos anteriores. A existência de uma CULTURANGRA, uma ACA ou outra qualquer instituição, tornou mais complicado o que aconteceu no passado e agora tudo se tornou mais simples, facto a que não esteve alheio um maior controlo em Sede de vereação camarária, fruto da perda de uma maioria absoluta por parte do Partido Socialista.

**Sr. d. m. António Maio:** – Congratulo-me com tudo o que disse a senhora presidente e, ao contrário do que referiu o senhor deputado Luís Rendeiro, acho que foi a CULTURANGRA que contribuiu para um maior rigor das Sanjoaninas.

Não nos esqueçamos que a empresa municipal tinha também a seu cargo, a cultura, o desporto e outras áreas muito abrangentes que, no seu conjunto, chegavam a gastar à volta de € 5 000 000,00; ainda o ano passado se falou nisso.

Temos de reconhecer que, num passado relativamente recente, eram consumidos recursos do município em valores superiores a 5 000 000,00€, fruto de má gestão. Uma coisa era a CULTURANGRA desses 5 000 000,00€, a outra, a CULTURANGRA dos € 2 000 000,00. Acho notável que se tenha conseguido fazer as Sanjoaninas e toda a atividade que se fez com esses 2 000 000,00 de euros e julgo que será completamente impossível fazer tudo isso por menos.

Felicito a senhora presidente porque sei que esteve ligada à CULTURANGRA; é pena que a empresa tenha que encerrar, mas temos que cumprir a lei. Na minha opinião, a Câmara terá muitas dificuldades em conseguir fazer tudo isto pelo mesmo valor.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Começo por concordar com o senhor António Maio a respeito da anterior CULTURANGRA dos € 5 000 000,00 com prejuízos e dívidas acumuladas durante tempo a mais que infelizmente levaram ao seu encerramento.

Um dos méritos da democracia é o entendimento e o trabalho coletivo na busca de melhores soluções e racionalidade quando não existem maiorias e este parece-me um bom exemplo de colaboração que conduziu a melhores resultados. A CULTURANGRA deixou de absorver tantos recursos do município como aconteceu em tempos, não por necessidade, mas, sim, por opção política. A gestão tem sido diferente nestes últimos anos, o que é de louvar e destacar.

A empresa municipal terá eventualmente trazido vantagens em algumas circunstâncias noutros tempos mas a realidade é outra e temos a registar que não tenha deixado um rasto negativo para a Câmara.

**Sr. d. m. João Santos:** – O senhor deputado pensa que a diferença dos resultados relativos à gestão das Sanjoaninas tem apenas a ver com a perda da maioria absoluta por parte do PS ou considera que também houve alguma falta de rigor do ex-vereador do PSD, enquanto presidente das Sanjoaninas?

Se estivermos de acordo que as culpas não são só de uns, ficamos por aqui; caso contrário, terei que me dar ao trabalho de lhe preparar umas continhas para quando discutirmos esse ponto lá mais adiante.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – O Partido Socialista está em vantagem no outro ponto.

**Sr. d. m. João Santos:** – Relativamente às contas?

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Relativamente à oposição.

**Sr. d. m. João Santos:** – Não está em questão a atribuição das maiores culpas; o que perguntei é se a culpa era apenas da maioria absoluta do PS. Por uma questão de rigor, é bom que reconheçamos todos a nossa quota-parte de culpa e sei que o senhor deputado já o fez hoje por diversas vezes.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Senhor deputado João Santos, longe de mim deixá-lo sem resposta. Até ao momento em que a Câmara de Angra deixou de ter um elenco de vereação de maioria absoluta do Partido Socialista, nunca foram tornadas públicas quaisquer dívidas das Sanjoaninas; não existiam! Sempre que o executivo camarário foi questionado acerca da existência de dívidas, o Partido Socialista e as sucessivas vereações de maioria absoluta assumiam que não as havia.

Se a realidade reportada por quem de direito fosse outra, os assuntos teriam sido tratados de outra forma. Qual não foi a nossa surpresa quando soubemos que, afinal, havia um passivo quando vossas excelências perderam a maioria absoluta!

Afinal havia dívidas acumuladas, afinal havia problemas com a Associação Cultural Angrense, afinal havia vereadores e ex-vereadores de todas as formas e cores e um conjunto de coisas que, antes não havia.

O que eu quis dizer de forma objetiva foi que, a partir do momento em que houve perda de maioria absoluta por parte do Partido Socialista, passou a haver maior controlo, maior rigor e maior fiscalização também nas contas das Sanjoaninas; começou a haver uma diminuição dos prejuízos como se pode verificar pelos 135 000,00 euros de lucro das últimas Sanjoaninas; já viu? Que giro!

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Gostaria de lembrar que isso não se deveu exclusivamente à perda da maioria, mas ajudou, porque o CDS-PP conseguiu fazer aprovar em Sede de Câmara uma proposta para que os orçamentos das Sanjoaninas fossem levados àquele órgão, debatidos e votados; essa proposta não foi a panaceia nem a solução para resolver tudo, mas ajudou.

**Sra. presidente da Câmara:** – Estive a confirmar e não existem € 2 000 000,00 extraordinários de transferências da Câmara para a CULTURANGRA. Não houve nenhum acréscimo nas transferências, antes pelo contrário; no final de 2012 saldámos tudo e ainda veio dinheiro para trás. Pode ter havido indução em erro porque estive à procura e não houve transferências.

A respeito da má gestão das anteriores festas Sanjoaninas, o ano de 2004 foi com certeza um ano muito mal gerido porque foi o meu ano e deixei um resultado líquido negativo de duzentos e tal mil euros.

Em 2008 e 2012 houve resultados líquidos positivos. Nos restantes anos, as Sanjoaninas deram resultados líquidos negativos, uns maiores, outros menores, por isso chegámos ao montante que temos agora.

### **1.5 - Relatório de Gestão de Contas e prestação de Contas 2012, da Empresa TERAMB, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. vereador Hugo Rosa:** – Senhor presidente, senhores deputados, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, boa tarde a todos.

A atuação da TERAMB em 2012, o seu segundo ano de atividade, circunscreveu-se à operação e manutenção de todas as estruturas do aterro, incluindo a estação de tratamento de águas residuais lixivantes, bem como os trabalhos preparatórios da implementação do novo sistema de tratamento e valorização de resíduos urbanos, nomeadamente através da realização do estudo geológico, da contratação dos assessores para a elaboração das peças procedimentais e apoio à candidatura ao POVT.

O ano em causa foi marcado por um decréscimo da quantidade total de resíduos depositados em aterro em cerca de 5,6%, menos 0,23% para o município de Angra, menos 11,33% para ao município da Praia, menos 18,6% para particulares e menos 16,33% para empresas, um reflexo da situação socioeconómica que o país atravessa com a redução da procura e do consumo.

Tendo em conta que a receita da TERAMB advém quase exclusivamente da deposição de resíduos, o total faturado foi de € 743 783,20, o que equivale a 3% abaixo do esperado; no entanto, verificou-se um aumento de 14% comparativamente a 2011.

A referida receita corresponde, em 98%, à faturação da tarifa de deposição de resíduos e a parte restante à gestão do parque de viaturas apreendidas na ilha Terceira através da alienação de veículos em fim de vida, sobretudo peças, depois da operação de abate. Esta atribuição é titulada por um contrato de gestão celebrado entre a TERAMB e os municípios.

A despesa representa, essencialmente, fornecimentos e serviços externos, 83,9%, designadamente o aluguer de máquinas para laboração no aterro, serviços de vigilância e segurança e restantes gastos com pessoal.

Concluindo, o ativo líquido da TERAMB a 31 de dezembro de 2012 é de € 447 781,67, o passivo é de € 238 612,15, o valor dos capitais próprios é de € 209 179,52 e os resultados operacionais são positivos no valor € 25 042,22, o que equivale a resultados líquidos de € 28 590,06.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – No que diz respeito à TERAMB, o PSD aguarda serenamente o projeto de tratamento de resíduos prometido pela Câmara Municipal de Angra e com início previsto para o final do corrente ano, como já foi anunciado na comunicação social. É essa a tarefa principal a que a TERAMB se destina e para a qual foi criada, já tem algum atraso e é uma peça central do cumprimento do Plano Estratégico de Resíduos da Região Autónoma dos Açores.

Já foi motivo de debate aqui na Assembleia Municipal e entendemos que, o que a TERAMB está a executar de momento, poderia perfeitamente continuar a ser executado pelos Serviços Municipalizados. Está a faltar o objeto para o qual a empresa foi projetada que é o tratamento de resíduos da ilha Terceira e restantes ilhas do Grupo Central.

Como é sabido, vai haver um forte investimento e subsídio no transporte marítimo de resíduos de todo o Grupo Central para serem tratados e valorizados aqui na ilha Terceira, quer por triagem, quer por compostagem, quer ainda por valorização energética, enfim, por todas as formas que sejam economicamente viáveis com vista à criação de empregos e mais-valias.

Haverá com certeza alguns pruridos ambientais, que são habituais no que à temática dos resíduos diz respeito, mas julgo que o mais importante é que, se possível ainda nesta legislatura, se avance com o arranque da construção de todas as infraestruturas que são um investimento muito avultado e altamente participado com fundos comunitários.

Apesar de se tratar de lixo e resíduos, tudo isto é muito importante para a nossa ilha porque, hoje em dia, os resíduos já não são vistos apenas como despojos sem utilidade; têm valor e mercado e são potenciadores de um conjunto cada vez mais alargado de mais-valias.

**Sr. vereador Hugo Rosa:** – Concordo com o que disse o senhor deputado Luís Rendeiro mas relembro que a candidatura ao POVT está aprovada e a fase de qualificação está a findar com a análise de candidaturas. Há pouco o senhor disse que o projeto não avançava mas está a avançar e trata-se de um concurso público com as suas fases. O concurso da oitava bolsa também já saiu e os restantes sairão até ao final do ano.

**1.6 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2012, cujo total é de € 98 571 997,57 (noventa e oito milhões quinhentos e setenta e um mil novecentos e noventa e sete euros e cinquenta e sete cêntimos), para apreciação do órgão deliberativo municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.**

– O Inventário foi apreciado.

**1.7 - Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo, composto pelo Município de Angra do Heroísmo, que compreende a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados e pela Culturangra, EEM, para apreciação e votação, em cumprimento do disposto no artigo 46º da Lei das Finanças Locais e nos termos do artigo 53º, nº2, alínea e) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.**

**Sra. presidente da Câmara:** – A consolidação de contas não é mais do que a avaliação das 4 prestações de contas anteriores em conjunto, sendo que, no caso da TERAMB, são

contabilizados apenas 60%, atendendo a que os restantes 40% cabem à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Houve uma redução de 4% nos proveitos de 2011 para 2012 em termos de Grupo Municipal e uma redução de 8% nos custos, ou seja reduziram-se as receitas mas reduziram-se ainda mais os custos.

O resultado líquido do exercício é superior em 40%, relativamente ao ano transato. O saldo de gerência é de € 2 052 136,00 e registou-se uma redução de 42% nas dívidas a terceiros que passaram dos 5 762 000,00 euros em 2011 para os 3 353 000,00 euros em 2012.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a **Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo constante no Ponto 1.7 foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PS e 16 abstenções (13 do PSD, 3 do CDS-PP).***

**1.8 - Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do ponto 8.3 do POCAL (DL n.º 54 – A/ 99 de 22 de Fevereiro) e em conformidade com o disposto da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de janeiro.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Esta revisão consiste na integração de receita e a sua distribuição pela despesa. Em termos de reforços da receita, os valores mais significativos têm a ver com o IMI e com o valor do saldo de gerência anterior de € 1 229 630,00.

Temos a devolução de uma verba paga à Associação Cultural Angrense no valor de 436 986,00 euros e 2 empréstimos da habitação social, bonificados a 100%, da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos que também são inseridos aqui na parte da receita; há um valor de € 2 655 008,29 a inserir no nosso orçamento.

Em termos de despesa, este valor é distribuído por diferentes rubricas que são reforçadas. Na aprovação do orçamento, já tinha ficado definido que algumas delas seriam depois reforçadas aquando a inserção do saldo de gerência; refiro-me à deliberação do Tribunal Constitucional a respeito da atribuição dos subsídios de férias e de Natal, cuja devolução está aqui contemplada.

Temos o financiamento de € 1 290 000,00 para a contratualização do empréstimo destinado aos prejuízos causados pelas intempéries do Porto Judeu e € 1 475 809,00 para a Associação Cultural Angrense, valor esse que diz respeito à situação que é conhecida de todos.

Reuni em Sede do Tribunal de Contas que se pronunciou sobre o procedimento anterior e detetou alguns pormenores que deveriam ter sido corrigidos. Foi feita uma correção para um novo procedimento de acordo com o que deveria estar expresso com o valor que está aqui contemplado.

No que respeita à parcela referente às intempéries do Porto Judeu, o município vai avançar com fundos próprios. Se for aqui aprovado, será contraído um empréstimo bancário exclusivamente no valor de € 1 290 000,00 e o valor remanescente será avançado com fundos próprios do município.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Senhor presidente, peço uma interpelação à Mesa. Uma vez que o Ponto 1.17 será votado depois deste, penso que a ordem deveria ser invertida, dado que o pedido de empréstimo já consta aqui.

**Sra. presidente da Câmara:** – Primeiro tem que estar previsto no orçamento e só depois é que se pode votar; de outra forma, não haveria verba prevista em orçamento. A ordem é mesmo essa.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Peço também uma interpelação à Mesa, senhor presidente. Ao ser votado por esta ordem, poderá haver sentidos de voto diferentes em ambos os pontos.

**Sr. presidente da Mesa:** – De acordo com a informação da senhora presidente da Câmara, terá que ser assim.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Este é um ponto sensível para o PSD porque contempla os novos projetos referentes aos temporais de março de 2013, a reintrodução dos subsídios de férias e de Natal por decisão do Tribunal Constitucional e a receita decorrente do aumento da taxa do IMI.

Lembro que continua a faltar aqui algo que já foi pedido pelo PSD por demasiadas vezes nesta casa e prometido pela própria Câmara Municipal. Refiro-me às provas respeitantes à forma como o dinheiro foi gasto porque nunca tivemos acesso à documentação. Já está toda a gente farta de nos ouvir falar nisso e pedir o acesso a esses documentos mas precisamos de saber o que é que se está a pagar.

Como o grupo municipal do PSD, em Sede de vereação ou nesta Assembleia Municipal, nunca teve acesso ao que se reportam estas despesas, não podemos votar a favor qualquer plano de pagamento.

Percebo que a senhora presidente queira arrumar este assunto e deixar tudo limpinho em final de mandato para não se aborrecer mais com tribunais de contas, sei que a Câmara é pessoa de bem e quer pagar as suas dívidas e eu defendo o seu pagamento, mas não passamos cheques em branco e queremos saber exatamente a que se reportam as dívidas. Essa documentação foi pedida e prometida em Sede de vereação e em Assembleia Municipal e mereceu a concordância de deputados do grupo municipal do Partido Socialista.

Sei que discordámos e discutimos muitas vezes de forma mais franca ou mais azeda, mas até o doutor António Maio disse que acha saudável que estas coisas sejam transparentes porque se referem a dinheiros públicos e os municípios têm direito de saber onde foram aplicados.

Por nunca termos tido acesso à informação e não sabermos onde foi gasto esse dinheiro, não podemos votar a favor deste documento.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013 foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (21 do PS, 6 do PSD), 3 abstenções do CDS-PP e 7 votos contra do PSD.*

**1.9 – Pedido de autorização à Assembleia Municipal, tendo em vista a assunção de compromissos plurianuais que os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo pretendem assumir, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

*Não se registando quaisquer intervenções e posto à votação, o Pedido de Autorização constante do Ponto 1.9 foi aprovado por maioria com 34 votos a favor (21 do PS, 13 do PS D) e 3 abstenções do CDS-PP.*

**1.10 – Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2013, aditando o perfil dos dirigentes a exigir nos procedimentos concursais, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 de 7 de fevereiro.**

*Não se registando quaisquer intervenções e posta à votação, a Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados, constante do Ponto 1.10, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PS e 16 abstenções (13 do PSD, 3 do CDS-PP).*

**1.11 – Proposta para a constituição do júri para o procedimento concursal com vista ao preenchimento do cargo de Chefe de Divisão Municipal de Águas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Embora a indicação dos júris tenha que vir a esta casa, entendemos que é uma competência que a Câmara deve poder exercer livremente e só por razões anormais ou extraordinárias é que poderia merecer um voto contra. Este Ponto e o Ponto 1.13 merecerão o nosso voto favorável.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação a Proposta para constituição de júri constante do Ponto 1.11 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (21 do PS, 3 do CDS-PP) e 13 abstenções do PSD.*

**1.12 - Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2013, aditando o perfil dos dirigentes a exigir nos procedimentos concursais, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro.**

*Não se registando quaisquer intervenções e posta à votação, a Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, constante do Ponto 1.12, foi aprovada por maioria com 21 votos a favor do PS e 16 abstenções (13 do PSD, 3 do CDS-PP).*

**1.13 – Proposta de júri de recrutamento para nomeação de cargos de dirigente intermédio de 2.º e 3.º grau para as unidades orgânicas de Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos, Unidade de Serviços Integrados, Unidade de Desenvolvimento Comunitário e Unidade de Promoção Municipal e Cultura, para aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.**

*Não se registando quaisquer intervenções e posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.13 foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (19 do PS, 3 do CDS-PP) e 12 abstenções do PS D.*

**1.14 – Alteração ao regulamento municipal de taxas, no sentido de se isentar o pagamento das taxas relativas ao licenciamento, comunicação prévia e autorização respeitantes à realização de operações urbanísticas em habitações próprias na sequência de infestação por térmitas, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.**

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Senhora presidente, penso que este processo contém algumas incongruências. A ata da reunião de Câmara refere que esta alteração ao regulamento municipal foi uma proposta da presidente da Câmara Municipal. Deve tratar-se de uma incorreção porque, depois, na própria proposta de alteração ao regulamento, aparece como uma proposta do PSD; convinha alterar a ata.

Penso que há aqui algo que não está bem porque o Ponto 7 da proposta diz que deverá ser isentado, no todo ou em parte, o pagamento das taxas pelos proprietários cujo prédio se encontre infestado por térmitas. Não deveria ser isentado no todo?

A proposta do PSD vai no sentido de se isentar o pagamento das taxas relativas ao licenciamento, comunicação prévia e autorização, respeitantes à realização de operações urbanísticas em habitações próprias na sequência de infestação por térmitas.



No regulamento existente há uma regra que diz que a Câmara pode isentar, no todo ou em parte, o pagamento de taxas a quem pretenda fazer obras no centro de Angra. O outro ponto que se deverá acrescentar a seguir, o Ponto 7, tem que ter a seguinte redação: «*O órgão executivo municipal pode isentar do pagamento no todo, de taxas a serem pagas por proprietários, usufrutuários ou arrendatários dos edifícios que se encontrem infestados por térmitas*»; foi isso que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara.

Penso que há aqui mais uma questão que a Câmara deveria também repensar. O Ponto 8 diz que um auto de vistoria realizado pelos serviços do município de Angra é que fará prova dos edifícios infestados por térmitas, mas o decreto legislativo regional nº 22/2010-A de 30 de junho cria a figura do perito qualificado com competência para avaliar a extensão da infestação de térmitas e a emissão do certificado, procedendo ao respetivo registo junto da entidade gestora do SCIT (Sistema de Certificação de Infestação por Térmitas) no prazo de 5 dias.

Existindo por lei um perito qualificado com a legitimidade de declarar se uma casa está infestada por térmitas e registar isso na própria Secretaria do Ambiente, não sei até que ponto uma vistoria dos técnicos da Câmara se pode sobrepor a um relatório de um técnico qualificado.

Penso que o proprietário é que deveria apresentar o certificado de térmitas do técnico qualificado, fazendo ónus da prova junto da Câmara, de que a casa está infestada de térmitas para beneficiar da isenção do pagamento de taxas. Os Pontos 7 e 8 devem ser alterados.

**Sra. presidente da Câmara:** – A proposta foi feita em reunião de forma informal; entreguei um documento escrito por mim referindo que a proposta surgiu do vereador António Ventura do PSD.

Quanto à isenção do todo ou em parte, percebo o que a senhora está a dizer, mas poderá haver casos em que um proprietário possua uma janela infestada e pretenda fazer obras em todo o edifício, por isso, cabe ao município apreciar se se trata de uma inspeção de risco.

Em relação ao certificado, o que a senhora disse faz todo o sentido e os técnicos da Câmara não atuam perante uma certificação do perito qualificado.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Não há casas apenas com uma janela infestada; só quem não tem casas com térmitas é que pode dizer uma coisa dessas. A partir do momento em que as térmitas entram numa casa, aquilo é uma praga e mais de metade da casa fica infestada; isso não cabe na cabeça de ninguém.

**Sra. presidente da Câmara:** – Cabe na minha cabeça e na minha casa.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Oh senhora presidente; a questão não é essa! Isto vai contra a proposta do PSD que advém do facto da falta de benefícios ou ajudas por parte de quem tem casas infestadas por térmitas para efeitos de restauro.

Toda a gente sabe que o diploma que o governo tem em vigor não serve ninguém porque os apoios são mínimos; não se consegue! Esqueçamos esse diploma; ele não existe. Quem tem uma casa infestada por térmitas não tem qualquer tipo de apoio e a ideia do PSD vinha no sentido de que, a Câmara, de alguma forma, pudesse contribuir para isso com vista à isenção total.

Imagine que a pessoa apresenta um relatório e a Câmara tem dúvidas; vai lá o técnico? Não sei até que ponto um técnico da Câmara pode contrariar um relatório de um perito qualificado. Tudo isto tem que ser muito bem pensado porque já há legislação sobre esta matéria.

**Sr. d. m. Vasco Capaz:** – Quem é que nomeia os peritos qualificados?

**Sra. presidente da Câmara:** – É a Secretaria do Ambiente quem tem essa responsabilidade.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Tiraram um curso orientado pela universidade na sequência da saída deste diploma que é certificado pela Secretaria do Ambiente. Ninguém pode comprar ou vender uma casa sem a apresentação do relatório que o perito qualificado envia para a Secretaria onde fica registado.

**Sra. presidente da Câmara:** – Senhora deputada, como sabe esta proposta surgiu do PSD, foi aprovada em reunião de Câmara e não há qualquer problema em alterar o que for necessário; podemos retirá-la e voltar a apresentá-la na reunião de junho se os colegas vereadores assim o entenderem.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Se o senhor presidente mo permite, pretendo uma interpelação à Mesa. O grupo municipal do PSD propõe uma pequena conferência entre vereadores para que cheguem a um consenso. Estamos disponíveis para que esta proposta seja retirada e seja apresentada noutra reunião da Assembleia até que a vereação consensualize uma posição definitiva; no entanto, se for resolvido agora, melhor.

*A conferência solicitada pelo senhor deputado Luís Rendeiro durou cerca de 5 minutos.*

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Penso que este assunto se resolve facilmente. A senhora presidente concorda que, no Ponto 8, se altere esta questão do auto de vistoria realizado pelos técnicos da Câmara para apresentação de certificado de infestação de térmitas emitido por perito qualificado? Se houver apenas uma janela infetada, o certificado dirá que a casa não está infestada e a Câmara não vai isentar.

Se a Câmara se sentir melhor, mantendo a referência «*no todo ou em parte*», para, em conformidade com o certificado de térmitas, poder ter uma margem maior, tudo bem. A ideia é ajudar a pessoa que vai fazer o restauro mas tudo será referido no relatório do perito qualificado. O Ponto 7 ficaria como está e o Ponto 8 alterar-se-ia para: «*Através da apreciação por parte da autarquia, de certificado de infestação de térmitas emitido por perito qualificado.*»

**Sra. presidente da Câmara:** – Não tenho a certeza se a Assembleia pode alterar e aprovar uma proposta previamente aprovada em reunião de Câmara; se calhar, retiramos a proposta e voltamos a apresentá-la na sessão de junho.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – A Câmara não está toda presente?

**Sra. presidente da Câmara:** – Isto não é uma reunião de Câmara. Estava prevista uma reunião de Câmara para hoje mas ficou sem efeito.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – A partir do momento em que uma proposta da Câmara é apresentada na Assembleia Municipal, a mesma deverá ser votada com uma determinada condicionante.

**Sra. presidente da Câmara:** – Assim, a Assembleia estaria a alterar uma deliberação da Câmara.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – A Assembleia estaria a fazer uma proposta de alteração que regressaria à reunião de Câmara.

**Sra. presidente da Câmara:** – Daria no mesmo porque teria que regressar à sessão da Assembleia Municipal de junho.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Seria aprovada aqui.

**Sr. presidente da Mesa:** – Se aprovarmos a proposta aqui e tiver que voltar a reunião de Câmara, não invalida que, depois da Câmara a aprovar, ela não tenha obrigatoriamente que

voltar à Assembleia. Julgo que não podemos aprovar condicionalmente e a senhora presidente está a propor que a proposta regresse em junho.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Se isto vem à aprovação, a Assembleia tem que se pronunciar.

**Sr. presidente da Mesa:** – A proposta seria retirada.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Porque é que há de ser retirada se nos estamos a pronunciar sobre o assunto? Podemos nos pronunciar, fica em ata e regressa para que a Câmara volte a deliberar sobre isto na sequência do que foi deliberado na Assembleia.

**Sr. presidente da Mesa:** – Percebo a lógica e reconheço alguma razoabilidade no que está a dizer mas não podemos assumir uma proposta da Câmara como nossa e voltar a impô-la à Câmara; para isso, teríamos que assumir essa proposta, que não foi agendada na Assembleia Municipal. Julgo que o que se passa é a recomendação da Assembleia para que esta proposta seja alterada em reunião de Câmara e apresentada na reunião da Assembleia Municipal de junho.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – A Assembleia tem que se pronunciar sobre a proposta e não faz sentido que ela volte atrás.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – A proposta foi apresentada à Assembleia Municipal que a pode votar nestes termos e em junho votaríamos as alterações efetuadas hoje; assim entraria em vigor hoje.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Como é que a Câmara depois vai alterar?

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – A Câmara pode alterar porque tem competência para tal. A proposta entraria em vigor a partir da sua aprovação em Assembleia Municipal, as alterações a respeito dos peritos no Ponto 8, poderão ser alteradas em Sede de reunião de Câmara e a proposta regressa à próxima reunião da Assembleia em junho.

**Sr. presidente da Mesa:** – A sugestão do senhor deputado Nuno Melo Alves não contraria o que já foi sugerido pelas diversas bancadas; a proposta pode ser aprovada de acordo com as várias recomendações, alterada em reunião de Câmara e apresentada na reunião da Assembleia Municipal de junho.

Senhora deputada Alódia; tenho dúvidas que a Assembleia possa alterar e obrigar a Câmara a aceitar o que for aqui decidido; confesso a minha incerteza a respeito desta postura.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Não precisamos de nos preocupar com essas dúvidas; a proposta poderá ser votada tal como foi aprovada em reunião de Câmara e sujeita às alterações porque, ao entrar em vigor, permite que os residentes com este tipo de problema, possam usufruir disto até à próxima sessão da Assembleia Municipal.

A Câmara é livre para propor as alterações ao regulamento desde que as aprove. Se o PSD não se opuser, isto resolve-se hoje; caso contrário, a proposta pode ser retirada e apresentada na próxima sessão da Assembleia. Assim não haverá ambiguidades em relação à competência da Assembleia Municipal para alterar uma proposta da Câmara.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O grupo municipal do PSD vai acolher a sugestão do CDS-PP. O que se pretende é aligeirar procedimentos porque há pessoas que têm casas em risco, precisam de avançar com as obras e quaisquer atrasos acabam por prejudicar os municípios. Se não conseguirmos a proposta perfeita, ao menos que tenhamos a melhor possível e que seja aperfeiçoada tão breve quanto possível.

**Sr. d. m. José Guilherme Brasil:** – Quanto é que custa o certificado do técnico qualificado? É que temos a história do gás em que o técnico vai instalar e acabamos por pagar uma 2ª vez. Não sei se é a mesma coisa mas, se é para ajudar as pessoas, este serviço deve ser feito de

forma gratuita pela Câmara Municipal para não se recorrer ao certificado técnico que custa dinheiro.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas constante do Ponto 1.14 foi aprovada por unanimidade.*

**1.15 – Criação de Comissão para a Tourada à Corda da Ilha Terceira, para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.**

*Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.15 foi aprovada por unanimidade.*

**1.16 – Integração do Município na UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, para autorização do órgão deliberativo, nos termos da alínea m), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Angra tem o mérito de ter sido capital do reino por 2 vezes e poucas são as cidades do país que se podem gabar de tal feito; no entanto, gostaria de ouvir algumas explicações detalhadas. Reconhecendo o valor desta associação, assumo a minha ignorância porque desconheço o que ela faz e quais as vantagens que Angra poderá obter com esta adesão.

Gostaria que a senhora presidente fizesse uma breve apresentação da utilidade desta associação, uma vez que a adesão implica o pagamento de um joia de € 1 500,00. Fora isto, além de qualquer honra que nos seja reconhecida pela riqueza da nossa história, se o soubermos aproveitar, poderemos obter vantagens económicas, turísticas e culturais no futuro.

**Sra. presidente da Câmara:** – Como referiu, é uma honra pertencer a esta união porque, de um máximo de 40 cidades, algumas ficarão limitadas ao estatuto de observador, apenas 15 serão efetivas e Angra do Heroísmo será convidada a ser uma delas por ter sido capital.

Esta união desenvolve vários projetos como *workshops*, congressos e temáticas nas cidades aderentes que se refletem em cada um dos municípios. Estes 1 500,00 euros que pagaremos anualmente, poderão multiplicar-se por 3 ou 4 a favor do concelho.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta de integração constante do Ponto 1.16 foi aprovada por unanimidade.*

**1.17 - Pedido de contração de um empréstimo até ao montante de € 1 290 000,00 (um milhão duzentos e noventa mil euros), destinado a financiar as intervenções necessárias à reposição das infraestruturas e equipamentos municipais atingidos pelos temporais de março de 2013, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2013. A adjudicar à proposta economicamente mais vantajosa, para aprovação, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – De acordo com as informações que nos foram transmitidas pelos vereadores do PSD, o valor total dos prejuízos em causa que podem ser reportados à Câmara Municipal poderá atingir os € 1 800 000,00.

Soube que foram pedidas propostas a 9 entidades bancárias e apenas 2 deram resposta. A Caixa Geral de Depósitos terá respondido com uma contraproposta de € 650 000,00 e o banco Santander Totta terá respondido com o valor pretendido de € 1 290 000,00 para ser pago em

12 anos, o que poderia agravar ainda mais a sustentabilidade da dívida do município face aos encargos financeiros deste projeto, cujo valor, ao fim de 12 anos, seria quase igual ao do próprio empréstimo.

A prioridade é a assistência aos sinistrados e, só por isso, o PSD vai votar a favor mas queria deixar à reflexão, se não poderiam ser equacionadas outras alternativas ou outra organização de prioridades na gestão do concelho. Trata-se de mais um encargo com uma dívida e há sempre melhores opções de gestão que implicam escolhas porque outras coisas ficarão por fazer visto que as catástrofes se sobrepõem a quaisquer outras prioridades.

Eu não faria qualquer ressalva, não fosse o caso de, apenas 2 das 9 instituições bancárias contactadas, terem respondido e apenas uma delas se ter disponibilizado para conceder o montante pedido e com condições pouco meigas. Votaremos a favor porque é importante acudir aos sinistrados mas, não haverá outras alternativas, senhora presidente?

**Sra. presidente da Câmara:** – Pensamos que há 2 opções; uma delas seria uma deliberação diferente por parte do Conselho de Ministros para que o governo nos apoie com uma parte, a outra, a autarquia assumiria os prejuízos com fundos próprios mas já o fizemos com o que podíamos.

São estas as alternativas que temos de momento. Temos ligações provisórias de abastecimento de água e as ruas por asfaltar no Porto Judeu, o que acarreta alguns riscos se vier outra chuvada; estas situações têm que ser intervencionadas com urgência.

Qualquer atraso poderá eventualmente significar algum benefício financeiro para o município mas é apenas uma questão de sorte porque poderá haver ainda mais prejuízos e temos que avançar com a reconstrução.

**Sr. d. m. Alberto Azevedo:** – Queria lembrar que o senhor presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu se encontra ausente nos Estados Unidos onde se deslocou para agradecer os apoios concedidos pela comunidade emigrante. Há pouco obtive a informação de que já foram angariados mais ou menos 38 000 dólares em 3 jantares, o que agradecemos à comunidade emigrante.

Gostaria de esclarecer uma dúvida; fui informado pelo João de que houve uma reunião entre a senhora presidente e o vice presidente do Governo Regional, na qual foram definidas as áreas de atuação de cada uma das entidades e seria bom que esta Assembleia tivesse conhecimento do que ficou definido.

O Governo Regional ficou responsável pela recuperação da Ribeira do Teste na zona habitacional e na zona agrícola e a Câmara ficou com a Grota do Tapete e os arruamentos municipais.

Gostaria de saber o que se espera a partir do momento em que for aprovada essa proposta, se haverá alguma intervenção no arruamento entre as 4 bicas e as últimas casas da zona da Ribeira do Teste ou se está prevista alguma intervenção no pacote de estradas.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – O grupo municipal do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta referente ao pedido de contração de empréstimo e, fazendo eco das palavras da senhora presidente, lamentamos a posição do Governo da República a respeito desta matéria.

Gostaríamos que os angrenses e os açorianos em geral tivessem sido tratados exatamente da mesma forma que outros cidadãos nacionais, porque não admitimos que o Governo da República trate uns como cidadãos de primeira e outros como cidadãos de segunda.

Exortamos os restantes grupos parlamentares para que votem favoravelmente a proposta que o Partido Socialista apresentou à Mesa desta Assembleia. À semelhança do que aconteceu na

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, esperamos que esta Assembleia Municipal tome uma posição clara e inequívoca sobre esta matéria.

**Sra. presidente da Câmara:** – Reunimos com o senhor vice-presidente do Governo para nos certificarmos que não haveria áreas comuns que pudessem gerar alguma confusão. Como referiu, a Ribeira do Testo é da responsabilidade do Governo Regional e a Grota do Tapete, Jogo da Bola, Poço do Além e os arruamentos municipais serão da responsabilidade da Câmara Municipal. Recordo que estamos a falar apenas da freguesia do Porto Judeu mas existem alguns arruamentos na freguesia de S. Sebastião que também precisam de ser intervencionados.

A estimativa total dos prejuízos ronda os 1 850 000,00€ em termos de infraestruturas da responsabilidade do município e o maior peso financeiro refere-se à Grota do Tapete porque engloba intervenções na própria grota. Para além da pavimentação, haverá intervenções nas redes de águas, esgotos, eletricidade, etc.

Por se tratar de questões relacionadas com intempéries, a legislação prevê a possibilidade de ajustes diretos. Estávamos à espera da aprovação do empréstimo e respetiva votação e possível aprovação nesta reunião da Assembleia Municipal para avançarmos de imediato com as obras.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Esta minha segunda intervenção será uma breve resposta à intervenção do senhor Fábio Vieira. Estou à vontade para falar acerca deste assunto porque houve uma discussão semelhante na Assembleia Legislativa Regional na semana passada e, apesar de algumas discordâncias acerca dos considerandos da proposta apresentada pelo Partido Socialista, a sua parte resolutiva, que é o que interessa, mereceu o voto unânime de todos os partidos na ALR. Julgo que não haverá dúvidas acerca da posição da bancada do PSD na defesa dos interesses dos sinistrados, porque primeiro estão as pessoas e depois as políticas.

Queria pedir à Mesa para fotocopiar e distribuir o documento trazido aqui pelo doutor Joaquim Ponte porque julgo que o senhor deputado Fábio Vieira não estava presente na sala na altura em que ele o leu; esse documento refere o conjunto de respostas do Governo às perguntas dos senhores deputados do Partido Socialista na Assembleia da República sobre este assunto.

A senhora presidente da Câmara já fez distribuir um documento com o que, no entender da Câmara Municipal, falta nesta resposta do Governo da República às questões dos deputados do Partido Socialista eleitos pelos Açores na Assembleia da República.

Gostaria que o documento que o doutor Joaquim Ponte leu nesta Assembleia fosse fotocopiado e entregue a todos os senhores deputados municipais porque, das 2 vezes que o mesmo foi mencionado, o senhor Fábio Vieira não se encontrava na sala.

*Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Pedido de Contração de Empréstimo constante do Ponto 1.17 foi aprovado por unanimidade.*

## **2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **2.1 – Proposta de Declaração da Tauromaquia como Património Cultural Imaterial do Município de Angra do Heroísmo.**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Respeitando quem não concorde com os espetáculos tauromáquicos, esta proposta merece o nosso apoio pela importância que a tauromaquia tem

enquanto expressão cultural na nossa terra. Apoiamos esta medida para ajudarmos a proteger e valorizar devidamente a tauromaquia que, infelizmente nalguns círculos, começa a ser tratada como algo que não merece respeito ou consideração.

Respeitamos alguma argumentação sobre os direitos dos animais mas não nos deixamos confundir porque, apesar de haver pessoas que se comportam como animais, os animais continuam a não ser pessoas; como tal, entendemos que uma declaração desta natureza pode ajudar a preservar e a proteger uma manifestação mais do que cultural porque faz parte da essência do terceirense e está intimamente ligada a todas as nossas festividades.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Tal como o senhor deputado Nuno Melo Alves, também tive o privilégio de ser um dos deputados terceirenses que foi defender a tauromaquia, quando se discutiu na ALR uma petição que visava pôr fim a todo o tipo de apoios públicos à tauromaquia nos Açores.

Conhecemos bem o tema e identificamo-nos com ele. Não foi por acaso que a democracia na Terceira não deu expressão nesta casa aos partidos que habitualmente são contra a tauromaquia que é a manifestação cultural mais importante da Terceira e, a ver pelo número de aderentes, se calhar é a mais importante dos Açores; faz parte da nossa identidade, da nossa história, do nosso ser e corre-nos nas veias.

Era o que mais faltava que não aprovássemos uma proposta destas na nossa Assembleia Municipal, era o que mais faltava que Angra não fosse a cidade taurina que é e era o que mais faltava que este concelho e esta ilha não fossem valorizados pela sua identidade.

A tauromaquia é uma marca incontornável da identidade terceirense, e cada vez mais extra terceirense, porque as ilhas Graciosa, S. Jorge e o Pico estão também cada vez mais taurinos. Quando se pensa em tauromaquia nos Açores, pensa-se na Terceira e nos terceirenses; esta é uma marca que nos pertence e não a devemos deixar fugir.

**Sr. d. m. João Santos:** – O Partido Socialista associa-se a esta proposta. À semelhança dos líderes dos outros grupos municipais, achamos que não há muitos mais comentários a fazer porque o assunto da tauromaquia não deve ser tratado como o tem sido por várias vezes e, se nos alongarmos em considerações, estaremos a dar protagonismo a certos movimentos e argumentos que não deviam colher grande simpatia.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação, a **Proposta de Declaração constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade e aclamação.***

## **2.2 – Proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Classe Filantrópica ao Senhor José da Rocha Borges, primeiro presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, após o 25 de Abril de 1974.**

**Sr. presidente da Mesa:** – Assumi esta proposta porque entendi que, só por si, o desempenho do cargo de presidente da Assembleia seria justificável para a atribuição desta medalha, embora confesso que não estou a pensar que me seja atribuída alguma.

O senhor José Borges foi o primeiro presidente desta Assembleia a seguir ao 25 de abril. Os que tiverem a minha idade e alguns cabelos branco como eu, saberão que foi um período bastante conturbado em que não foi fácil ser eleito presidente desta Assembleia.

Tomei esta iniciativa de âmbito pessoal pelas razões que acabei de referir, independentemente da leitura do currículo do senhor José Borges que, para além do cargo que desempenhou nesta Assembleia, foi um homem que desempenhou cabalmente o seu dever cívico como cidadão, assumindo papéis difíceis em alturas difíceis.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Vou ausentar-me por razões de incompatibilidade até a conclusão da votação.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a **Proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Classe Filantrópica ao Senhor José da Rocha Borges foi aprovada em escrutínio secreto, com 30 votos a favor e 4 abstenções.***

### **3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP**

#### **3.1 – Proposta do CDS-PP, no sentido de ser recomendado à Câmara Municipal que solicite mais fiscalização por parte da Polícia de Segurança Pública, no troço da Rua Diogo de Teive compreendido entre a curva da Twin's e a rotunda da Silveira, com vista a assegurar o cumprimento das normas do trânsito, com especial incidência no cumprimento das interdições ao estacionamento.**

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Esta proposta surgiu de uma iniciativa apresentada aqui pelo Partido Socialista em 2011 visando a alteração de alguns sinais de trânsito. Há uma imprecisão num dos considerandos porque, na altura em que isto foi escrito há uns meses, não me apercebi que um dos sinais de trânsito já tinha sido corrigido e só o vi quando por lá passei à 3ª vez porque estava pouco visível atrás de um poste da luz.

A proposta apresentada pelo PS na altura visava a alteração dos sinais de trânsito e a criação de barreiras ou divisórias centrais que impedissem o estacionamento em certas zonas da cidade. Abstivemo-nos na votação porque entendemos que a proposta era positiva e ia ao encontro de uma melhor circulação na zona mas considerámo-la ineficaz sem um aumento do policiamento no local.

Foi substituído um sinal de trânsito por um outro de paragem e estacionamento proibidos mas, infelizmente, continua a verificar-se que, nas horas mais críticas, não há respeito pela sinalização, o que só se conseguirá através de uma maior fiscalização policial.

Já agora, deixo à reflexão desta Assembleia algo que nada tem a ver com esta proposta; refiro-me à rampa da Silveira que é usada para estacionamento quando não se encontra vedada pela corrente.

A polícia marítima, que tem a competência de fiscalização daquela zona, multou por diversas vezes alguns carros que se encontravam lá estacionados à noite em desrespeito pelos sinais de paragem e estacionamento proibido.

Penso que se poderia propor a retirada dos sinais de trânsito daquela rampa com vista ao estacionamento em horários previamente definidos fora da época balnear porque o acesso nessa época só é permitido para serventia do hotel e do restaurante que existe lá em baixo.

Por vezes as correntes são retiradas noutras alturas do ano, permitindo o acesso aos pescadores e outros, como aconteceu esta semana por diversas vezes. Se a Câmara levasse a cabo esta diligência, facilitaria o estacionamento naquela rampa e não prejudicaria os estabelecimentos comerciais.

A mudança dos sinais na zona da Silveira não surtiu o efeito desejado porque as pessoas continuam a parar ali a caminho de casa para se abastecerem de algo que tenha faltado à última da hora, prejudicando a circulação nas horas de ponta.

**Sr. d. m. João Santos:** – É óbvio que o Partido Socialista se vai associar a esta proposta, apesar de se pensar que votamos contra as propostas da oposição só porque são da oposição.



Tenho que lhe confessar que, quando apresentámos aquela proposta, tive a oportunidade de dizer à senhora presidente da Câmara que o resultado seria o que vemos hoje mas algo tinha que ser feito na altura. Como não podemos estar lá a impedir a paragem ou o estacionamento, vamos sugerindo alterações à legislação. Felizmente, hoje passo menos pelo casco urbano de Angra e utilizo mais a circular diariamente.

Apesar de gostar muito de Angra, acho que o policiamento na cidade é pura e simplesmente inexistente; desapareceu! Não há policiamento. Todos gostamos de viver numa certa calma e lá vamos agradando a todos sem aborrecer ninguém mas, para isso, altera-se a lei e não se espera que ela não se cumpra.

Cheguei a perguntar à senhora presidente da Câmara se poderia falar com a PSP porque para-se simplesmente o carro em hora de ponta em frente ao «Pão Quente» na rua da Sé para se beber café, comer um bolo, comprar uns papos-secos e dar 2 dedos de conversa, chega o carro da polícia e o senhor guarda, indignadíssimo, buzina para que os carros que circulam à sua frente, ultrapassem o carro que está mal parado. O agente, que é um polícia de trânsito, também ultrapassa rapidamente a viatura que se encontra mal parada e vai à sua vida.

Já vi a polícia a fazer isto também na Silveira. Está lá o sinal de proibição de paragem e estacionamento e o senhor guarda está incomodado porque aquilo está a demorar muito; então, qual é a solução? Recorre-se da buzina para apressar o pessoal e ultrapassar o problema e as coisas ficam assim mesmo!

Eu sou capaz de perceber que, quem esteja sozinho com uma criança de 2 ou 3 anos de idade dentro do carro, pare na rua da Sé para ir à farmácia mas não compreendo que, quem esteja acompanhado de outro adulto, não possa estacionar ali ao lado na rua Carreira dos Cavalos e não se possa deslocar 7 ou 8 metros para ir à farmácia; isto já não é tolerância.

O mesmo se passa em relação à Silveira; até poderia compreender que se parasse ali se o estacionamento mais próximo ficasse a 500 metros mas fica a menos de 50, para não falar da possibilidade de se estacionar alguns metros mais adiante naquela zona de passeio. Intriga-me a atitude da Divisão de Trânsito da PSP para com o trânsito desta cidade.

Poderá dizer-se: bom, isso não é para aqui chamado porque é um problema de autoridade da PSP mas, senhora presidente, a senhora sabe melhor que ninguém que tudo o que se passa nesta cidade e neste concelho acaba por lhe bater à porta direta ou indiretamente. A regulação e o policiamento do trânsito neste concelho bate-lhe à porta e deixa uma má imagem da sua cidade e do seu concelho.

Perdoe-me se estou a ser demasiado agressivo e o meu possível desconhecimento de causa, mas penso que a Câmara deveria ter feito muito mais do que aquilo que já fez.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O PSD vai votar a favor desta proposta do CDS-PP que, afinal, é uma cópia da proposta do PS e já na altura apresentámos o nosso voto favorável.

Senhor deputado Nuno Melo Alves, permita-me discordar da utilização da rampa da Silveira como estacionamento porque isso implicaria muitas vezes uma inversão de marcha dos automóveis no cais da Silveira e criaria questões de segurança muito pertinentes.

Quanto a mim, aquela zona não deve, em circunstância alguma, ser usada para estacionamento em época alguma do ano; no entanto, os terrenos envolventes às zonas de estacionamento existentes atualmente ali ao pé do forno da cal e da casa do falecido doutor Paim, talvez pudessem sofrer algum tipo de beneficiação que permitisse estacionar ali alguns veículos automóveis, aumentando a capacidade das zonas mais próximas dos locais em questão.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Proposta do CDS-PP constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade.*

**Sr. d. m. João Santos:** – Se a Câmara Municipal fizer alguma abordagem à PSP sobre o tema atrás referido, peço que dê conta a esta Assembleia, do teor dessa conversa e da resposta da PSP.

#### **4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

**Recomendação à Secretaria Regional dos Recursos Naturais para, através da Direção regional do Ambiente providenciar, durante o ano 2013, a edificação de um quebra-mar na baía do Fanal de modo a impedir o embate das marés na falésia ou outra solução que, tecnicamente, cumpra os mesmos objetivos antes que venha a causar maiores prejuízos, ou seja, evitar que no próximo inverno tenha que ser encerrada a circulação a veículos na avenida General Fernando Borges, vulgo Estrada do Fanal e levantar o muro de vedação marginal que se desmoronou há cerca de 10 dias.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Percebo a preocupação que está por detrás desta recomendação que vem no seguimento da intervenção do senhor representante da Junta de Freguesia de S. Pedro mas a bancada do PSD pede que a mesma seja retirada e reformulada porque o objetivo é correto mas nota-se que foi feita em cima do joelho e já temos mamarrachos que cheguem.

Qualquer enrocamento de proteção de orla costeira deverá envolver uma obra necessariamente grande, cara, com meios muito complexos e nunca deverá ser equacionada sem que seja tido em conta o que o PSD e todos os partidos defenderam na última campanha eleitoral, ou seja, um projeto correto de ordenamento de toda a envolvente do Fanal e da sua baía.

Se for feito o que está aqui proposto, é o mesmo que começar a casa pelo telhado. Sabendo que os ventos são predominantes de sudoeste e atingem dimensões fantásticas naquela baía, não é qualquer molhinho de pedras que vai surtir o efeito desejado; tem que ser feita ali uma obra grande, bem pensada, bem estruturada e bem projetada.

Peço ao grupo municipal do Partido Socialista que esta proposta não seja votada. Compreendo o princípio e a preocupação, mas o que aqui é proposto é pouco e pode não ser bom se for votado nestes moldes.

Recordando outras discussões que tivemos em relação a esta matéria, no que diz respeito à consolidação da encosta e ao reaproveitamento de uma eventual zona balnear na zona do Fanal, tudo isto tem que ser repensado num projeto conjunto, em vez de umas simples pedrinhas que impeçam as marés de embaterem na costa. Tem que ser feita ali uma obra grande porque, por vezes, entram ondas de 14 ou 15 metros por aquela baía dentro.

Peço que esta proposta não seja votada por todos os considerandos que acabei de referir.

**Sr. d. m. João Salvador:** – Não me custa aceitar que a proposta seja retirada mas temo que aquilo se transforme num projeto megalómano porque há muito que a Secretaria do Ambiente fala que está a preparar um projeto para aquela zona.

Não é que eu não goste de ver ali uma zona balnear mas dificilmente haverá condições para isso a não ser com um projeto megalómano porque já se viu que o tufo é pouco consistente. O que recomendamos nesta proposta é um quebra-mar idêntico ao que foi feito em S. Mateus para consolidação daquele muro, embora saiba que lá existe pedra e no Fanal temos tufo.

É evidente que o ideal seria fazer-se mais alguma coisa, além de um simples quebra-mar mas podemos correr o risco de esperarmos muito tempo porque já se fala da mesma coisa há muitos anos nas campanhas eleitorais.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – A precipitação não costuma ser amiga das boas obras. O que foi feito no Terreiro em S. Mateus foi um enrocamento de proteção da orla costeira e não um quebra-mar.

Apesar de se reconhecer as boas intenções, aquele enrocamento não terá funcionado assim tão bem porque, corrija-me o senhor vice-presidente da Proteção Civil e também presidente da Assembleia Municipal se eu estiver enganado, desde que o mesmo foi edificado, o mar galgou a orla e chegou às habitações mais vezes do que antes.

Penso que a baía do Fanal precisa de um quebra-mar grande para afastar a ondulação da costa, apanhando uma zona de águas mais profunda e é incontornável que terá que ser feita uma obra grande e megalómana.

Esta questão preocupa-me porque, apesar de residir na Feteira, nasci e fui criado na zona da Silveira, conheço muito bem os seus problemas e não há maneira de se fazer ali uma pequena intervenção. Não há meio-termo; ou se faz algo em grande, com cabeça, tronco e membros ou a erosão tomará naturalmente conta da orla.

**Sr. d. m. João Santos:** – Entendo a posição do senhor deputado Luís Rendeiro mas isto não foi feito em cima do joelho; reconhecemos que foi um pouco precipitado porque as circunstâncias assim o determinaram.

Não nos custa retirar esta proposta mas gostaria de dizer que, apesar de toda a discussão abordada em campanhas eleitorais a respeito da requalificação de toda aquela zona do Fanal, aqui estamos a fazer mais do que isso e não me parece nada precipitado.

Tudo isso foi discutido num cenário que se alterou significativamente. Falava-se numa solução que, tecnicamente, cumpra os mesmos objetivos porque, com requalificação, zona balnear, recuperação da estação elevatória ou seja lá o que for, correremos sérios riscos de não termos estrada no próximo inverno com todas as consequências que daí advirão para a circulação na cidade.

Pode-se retirar ou reformular a proposta mas o objetivo seria arranjar uma solução que protegesse aquela estrada porque ela corre o risco de desaparecer ou de ficar de tal forma danificada que impeça a circulação e a redução de um acesso importante à cidade de Angra.

**Sr. d. m. João Salvador:** – A questão é se a estrada não terá que ser interrompida no próximo inverno. Sabendo que os últimos meses têm sido atípicos, temos vindo de derrocada em derrocada até à derrocada final que aconteceu há 10 dias muito próxima da estrada e da ETAR. Há uma zona próxima do centro comunitário que se aguentou por agora mas não sei quanto mais tempo resistirá.

Nós prevíamos isto e há muito tempo que entrámos em diálogo com a Secretaria através da Direção Regional. Falam-nos num projeto grande como referiu o senhor deputado Luís Rendeiro mas temo pela segurança daquela falésia no próximo inverno. Se o líder do nosso grupo municipal assim o entender, não tenho qualquer problema em retirar a proposta mas penso que devemos fazer alguma coisa.

**Sra. d. m. Irina Pimentel:** – Vou ressaltar uma questão importante relativamente ao que referiu o senhor deputado Luís Rendeiro. Tenho o privilégio de lavar a louça a olhar para o mar porque moro no Terreiro de S. Mateus e o mar galgava muito mais aquela zona antes da obra de enrocamento. Lembro que a igreja antiga foi dali retirada por se tratar de uma zona com muita erosão e o enrocamento conseguiu abrandar esse processo natural.

A obra beneficiou toda aquela orla costeira e também o bairro e aquela estrada precisava de ser consolidada. Desde que a obra foi feita, o mar galgou apenas uma vez e chegou às habitações mas, graças a Deus, os estragos foram de pequena monta.

**Sr. d. m. João Santos:** – Confesso que não conheço a situação em que se encontra a falésia. Estamos a falar do próximo inverno mas convém não esquecer que esta derrocada aconteceu há 10 dias e não sabemos o que pode acontecer ainda este ano. Imaginemos que aquilo está de tal forma ameaçado que nos obrigue a repensar a circulação automóvel?

Proponho a reformulação deste texto no sentido de que, a preocupação desta Assembleia Municipal visa uma avaliação urgente do real estado daquela falésia. Se calhar, teria que ser feita uma intervenção de urgência devido à rapidez com que a derrocada ocorreu e o número de metros que a falésia recuou. Penso que deve ser feita uma avaliação e uma intervenção que evite o agravamento do problema.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O texto precisa de ser reformulado e a situação terá que ser avaliada com a envolvimento de entidades como o Laboratório Regional de Engenharia Civil, os serviços do ambiente ou a universidade dos Açores.

Proponho que a Câmara Municipal, através da sua vereação, encete todas as diligências no sentido de avaliar os riscos no local e a intervenção adequada tão rápida quanto possível. Também compreendo que é necessário que se faça ali qualquer coisa urgentemente mas não seremos nós a determinar o tipo de obra; é necessário que lá vá alguém fazer uma avaliação adequada e se delegue na vereação camarária, a responsabilidade dessas diligências.

**Sr. d. m. João Santos:** – O Partido Socialista concorda com essa posição e, enquanto grupo municipal, pretende deixar muito claramente à Câmara Municipal de Angra a sua preocupação para com este assunto e a necessidade de que isto seja tratado de forma eficaz e urgente; que fique registado que era isso que este grupo municipal pretendia com esta iniciativa. Se o objetivo for alcançado de outra forma, por nós, tudo bem.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves:** – Todas as observações que foram feitas fazem sentido e este texto deve ser reformulado de modo a que se transmita a necessidade urgente de um levantamento da situação com vista a uma solução definitiva. Convém que alguém se comece a mexer porque não estamos livres de outras derrocadas nos próximos dias.

**Sr. presidente da Mesa:** – Já há consenso?

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Recomenda-se à Câmara que envide esforços no sentido de avaliar a situação com vista à aplicação das medidas adequadas na zona do Fanal.

**Sr. d. m. João Santos:** – Quando a Câmara abordar as outras entidades, deverá fazer saber que tem toda a Assembleia Municipal preocupada com este assunto.

**Sr. presidente da Mesa:** – Retira-se a proposta e a Câmara deve assumir essa responsabilidade com as recomendações que foram feitas.

*Com a anuência da entidade proponente, a Proposta foi retirada acabando por não ser incluída na ordem de trabalhos*

#### **4.1 – Recomendação ao Governo da República para usar de igualdade no tratamento do Município de Angra do Heroísmo, face a outros apoios anteriormente prestados, por ocasião das intempéries que assolaram o arquipélago dos Açores no dia 14 de março de 2013.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Os considerandos já foram aqui discutidos na altura em que se encontrava presente o doutor Joaquim Ponte. A bancada do PSD vai votar favoravelmente

esta recomendação porque nos identificamos ainda mais com a segunda versão da parte resolutiva.

**Sr. d. m. Fábio Vieira:** – Congratulamo-nos com essa tomada de posição clara do PSD e que, depois de outros organismos como a Assembleia Legislativa Regional ou o executivo camarário, também a Assembleia Municipal possa fazer eco dessa preocupação.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Queria saber se a senhora presidente da Câmara já tem a resposta às questões que lhe coloquei no início desta reunião.

**Sra. presidente da Câmara:** – Apenas me facultaram os dados relativos à suspensão da fiscalização em fevereiro. Não disponho dos restantes dados mas talvez os consiga até ao final da reunião.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – Muito obrigada. Eu aguardo.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação, a **Recomendação ao Governo da República constante do Ponto 4.1 foi aprovada por unanimidade.***

**Sr. presidente da Mesa:** – Antes de passarmos à leitura da minuta da ata, lembro que, nas sessões de abril, é habitual na conferência de líderes proceder-se ao sorteio da freguesia onde será realizada a sessão de junho. Assim sendo, vamos realizar o sorteio, de entre as freguesias que ainda não foram contempladas com reuniões da Assembleia Municipal.

*Ficou determinado por sorteio que a 3ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho se realize na freguesia das Cinco Ribeiras e, em alternativa, na freguesia da Ribeirinha.*

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 17H35M do dia 22 de abril de 2013, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.*

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**